

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

**REALIDADE, SIGNIFICADO E EXPECTATIVAS DO PROGRAMA
NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: O CASO DE GUIRICEMA E SÃO
MIGUEL DO ANTA - MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S237r Santos, Suellen Nascimento dos, 1987-
2014 Realidade, significado e expectativas do Programa Nacional
de Habitação Rural : o caso de Guiricema e São Miguel do
Anta-MG / Suellen Nascimento dos Santos. – Viçosa, MG, 2014.
xvii, 119f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Neuza Maria da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas. 2. Programa Nacional de Habitação Rural. 3. Família. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 320.9

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

**REALIDADE, SIGNIFICADO E EXPECTATIVAS DO PROGRAMA
NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: O CASO DE GUIRICEMA E SÃO
MIGUEL DO ANTA - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação e Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de março de 2014

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Aline Werneck Barbosa de Carvalho

Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

Dedico esta dissertação aos meus pais, Jairo e Simônia, e à minha avó, que mesmo distantes, estiveram presentes a cada instante de lutas e vitórias dessa conquista.

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

(DaMatta, 1997, p.11)

Seja bem vindo(a), que a casa é sua!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me presentear com este mestrado, me mostrando um novo caminho e me ajudando a trilhá-lo e a enfrentar cada obstáculo para o alcance da vitória. Ele também me proporcionou encontros belíssimos com a natureza. Agradeço a Ela, Mãezinha e Advogada Minha, Nossa Senhora de Fátima por estar ao meu lado em todas as horas e por me carregar em Seu Colo de amor.

À minha mãe terrena, Simônia, por sonhar comigo e acreditar que sempre posso ir além; ao meu pai Jairo por mesmo distante, mostrar seu apoio; à minha irmã Shayanne, ao Flávio e Gabrielzinho pelo carinho depositado sempre; à minha linda avó Conceição por todo zelo e amor; aos meus tios e tias pelo incentivo, principalmente Mara e família pelas orações. A todos os demais familiares que torceram por mim e amigos distantes, dentre eles Gisely e família e Dona Maria Souza com suas orações.

Ao meu namorado e companheiro, pela motivação e por me fazer determinada a cada etapa da dissertação. Devo muito a você meu querido.

À Universidade Federal de Viçosa – UFV -, por me tornar uma pesquisadora das Ciências Humanas. A Divisão de Saúde pela assistência médica prestada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – PPGED - da UFV, por acreditar no meu potencial e na minha contribuição fornecida ao Programa.

A todos os professores, em especial Neide pelos ensinamentos, Rita por todo apoio nos momentos mais importantes e decisivos e Ana Lúcia por me apresentar ao PPGED. Aos funcionários Aloísia, Lena e Roberto pela prestatividade. Ao professor Marco Aurélio do Departamento de Administração pelo auxílio na análise quantitativa da pesquisa.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo.

À minha orientadora, Neuza Maria da Silva, por aceitar o desafio, abraçar a causa e me acolher nesta reta final da pós-graduação. Serei eternamente grata por isso. E obrigada também pelos ensinamentos, por me permitir expressar e por ser tão sábia em dar a liberdade para crescer, mas também em podar quando necessário.

À professora Lílian Perdigão Caixeta Reis, coorientadora, por enriquecer a pesquisa com seus conhecimentos e pela paciência que transmite. À professora Maristela Siolari da Silva, também coorientadora, por todas as contribuições e reflexões complexas, porém necessárias ao meu crescimento como pesquisadora.

Aos membros da Banca Examinadora, pela atenção dedicada à leitura deste trabalho e pelas contribuições.

Aos amigos que conquistei neste mestrado, Eliane, Leilane, Renata, Renato e Flávia pela amizade dentro e fora do departamento, sustentada mesmo com a distância e os apertos dos trabalhos. A Edilene que me ensinou com total disposição o SPSS.

Aos amigos do curso de inglês, que em tempos de aflição me fizeram sorrir, mostrando que o importante é ter *“successful life”*.

Aos amigos que sempre estiveram de alguma forma presente nesta minha empreitada, Layon, Carlito, Maurício, Thiago, Hanna e Marina; e as minhas amigas irmãs de República Camila e Tati que escutaram cada lamentação, cada angústia, mas também cada grito de conquista. Aos colegas do Ministério Universidades Renovadas – MUR – por mostrarem que o caminho se torna mais fácil ao lado do Pai.

Aos que me conduziram a visitas inesquecíveis, onde conheci novas pessoas, novos sonhos, novos mundos e novas realidades! E me tornei nova! Obrigada de coração à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – de São Miguel do Anta-MG, às técnicas Janaína e Cormarie. Esta que com dedicação e paciência me proporcionou os melhores encontros. Ao Sindicato dos Produtores Rurais de Guiricema – SINDRUGUI – em especial José Davi Ervilha, Daniel, Maiara, Marly e as meninas da saúde, todos que me guiaram até os entrevistados ou facilitaram este acesso. À EMATER de Guiricema, particularmente ao José Luís. À Márcia, Carlinhos, Pollyanna e Bruno que me acolheram em seu lar como se eu fosse parte da família. À EMATER de Viçosa-MG e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa por todo apoio inicial dado à pesquisa.

Aos que me mostraram que uma dissertação vai além da teoria, e que perpassa vidas, histórias, lutas, trajetórias, sonhos, emoções e sentimentos, o meu muito obrigado! Agradeço a todos os entrevistados, atores essenciais da minha pesquisa, em especial: Maria da Glória, Maria de Fátima, Eva, Gilmar, Carlota e Marli em Guiricema e Pompéia, Simone, Milton e Zequinha em São Miguel do Anta pelos cafezinhos, almoços e janta, pelas bicicletas emprestadas, pela carona no caminhão, pelo torresmo, pela conversa partilhada e pela estadia. Obrigada por transmitirem por meio desses rostos queimados de Sol, dessas mãos calejadas, de suas casas simples, o melhor que eu desejo ser: alguém que encontre na simplicidade motivos para ser feliz. Vocês deram todo o sentido à minha pesquisa!

À comunidade pela qual me sinto na responsabilidade de levar os resultados do meu trabalho, agradeço pela confiança.

Finalmente, a todos aqueles cujos nomes não mencionei, mas que de alguma forma participaram desta grande etapa da minha vida. O meu muito obrigado por tudo!

BIOGRAFIA

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS, filha de Jairo Rodrigues dos Santos e Simônia Nascimento dos Santos, nasceu no dia 16 de junho de 1987, no município de São Mateus - ES.

Cursou seus primeiros anos de estudos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor João Pinto Bandeira, tendo concluído o ensino fundamental e médio no ano de 2004, na Escola Estadual de Ensino Médio Ceciliano Abel de Almeida, também na cidade de São Mateus-ES.

Em 2007, iniciou o Curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde estagiou no Laticínios Escola – Funarbe – no setor administrativo, exerceu atividades de Incubação pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) e atuou como estagiária na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, no município de Santana do Itararé-PR; na assessoria de grupos, associações, cooperativas e ONGs locais, tendo concluído o bacharelado em janeiro de 2012.

Em março de 2012, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da UFV, concluindo-o em março de 2014.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Interesse pelo Tema.....	3
1.2. O Problema e sua Contextualização.....	4
1.3. Objetivos da Pesquisa	8
1.3.1. Objetivo Geral.....	8
1.3.2. Objetivos Específicos.....	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1. Políticas públicas, exclusão e pobreza	9
2.2. As Políticas Habitacionais no Brasil	12
2.3. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.....	16
2.4. O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR	20
2.5. O significado da casa rural ao longo da história brasileira	22
2.6. A casa rural em Minas Gerais	33
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1. Local de Estudo.....	36
3.1.1. Unidade empírica de análise: o PNHR nos municípios	38
3.2. População e amostra.....	41
3.3. Método de coleta de dados	43
3.4. Variáveis envolvidas no estudo.....	44
3.5. Método de Análise dos Dados.....	45
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
4.1. Perfil Socioeconômico	46
4.1.1. Perfil socioeconômico dos entrevistados	46
4.1.2. Perfil socioeconômico das famílias dos entrevistados	48
4.2. Significado e expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR	51

4.2.1. Percepção da casa pelos entrevistados	51
4.2.2. Descrição da casa pelos entrevistados.....	52
4.2.3. Nível de satisfação com relação à casa construída.....	55
4.2.4. Expectativa de moradia com relação à casa	60
4.2.5. Lugar onde foi/será construída a casa, permanência e vínculos	65
4.2.6. Necessidade versus desejo	68
4.2.6.1. Necessidades ou desejos em relação a características da casa	69
4.2.6.2. Necessidades dos equipamentos	75
4.2.6.3. Equipamentos desejados pelos entrevistados.....	78
4.2.7. Valores atribuídos a algumas características dos cômodos da casa.....	80
4.3. Formas como são utilizados e as desempenhadas associadas aos espaços da casa e equipamentos pelos beneficiários do PNHR.....	95
4.3.1. Funções dos cômodos da casa na percepção dos entrevistados	95
4.3.2. Equipamentos presentes na casa	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CAO	Comissão de Acompanhamento da Obra
CEF	Caixa Econômica Federal
CRE	Comissão de Representantes do Empreendimentos
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EO	Entidade Organizadora
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensões
INCRA	Instituto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aquisição de Alimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PlanHab	Planejamento Habitacional
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SINDRUGUI	Sindicato dos Produtores Rurais de Guiricema
SM	Salário Mínimo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social
UH	Unidade Habitacional

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2010 em números relativos e absolutos em Guiricema, MG.	37
TABELA 2 – Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2010 em números relativos e absolutos em São Miguel do Anta, MG.....	38
TABELA 3 – Municípios pesquisados e dados das famílias referentes ao PNHR, 2013.	42
TABELA 4 – Perfil socioeconômico dos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.....	47
TABELA 5 – Perfil socioeconômico dos membros das famílias que residem com os entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.....	49
TABELA 6 – Percepção da casa pelos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	52
TABELA 7 - Descrição da casa pelos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.....	52
TABELA 8 – Motivos pelos quais a casa atende as necessidades. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	55
TABELA 9 - Motivos pelos quais a casa não atende as necessidades. Guiricema e São Miguel do Anta, 2013.	58
TABELA 10 – Expectativas de moradia com relação a diferentes aspectos da casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	61
TABELA 11 – Propriedade onde foi/será construída a casa. Guiricema e São Miguel do Anta, 2013.....	66

TABELA 12 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da cozinha e da despensa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	69
TABELA 13 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características do banheiro. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	71
TABELA 14 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características de acabamento. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013	72
TABELA 15 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características dos quartos. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	72
TABELA 16 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da copa/sala de jantar. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	73
TABELA 17 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da sala de TV. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	74
TABELA 18 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características do cômodo para equipamentos agrícolas, do acesso à tecnologia e da segurança. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	75
TABELA 19 – Importância atribuída aos equipamentos pelos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	76
TABELA 20 - Equipamentos de interesse do entrevistado. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	79
TABELA 21 – Valor atribuído a algumas características da cozinha e da despensa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	81
TABELA 22 - Valor atribuído a algumas características do banheiro. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	85
TABELA 23 – Valor atribuído a algumas características de acabamento. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	86

TABELA 24 – Valor atribuído a algumas características dos quartos. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	89
TABELA 25 – Valor atribuído a algumas características da copa/sala de jantar. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	91
TABELA 26 – Valor atribuído a algumas características da sala de TV. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	92
TABELA 27 – Valor atribuído ao cômodo para equipamentos agrícolas, ao acesso à tecnologia e à segurança. Guiricema e São Miguel do Anta - MG, 2013.	93
TABELA 28 – Percepção dos entrevistados em relação aos cômodos da casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	95
TABELA 29 – Quantidade de cômodos que o entrevistado gostaria de ter na nova casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	98
TABELA 30 – Equipamentos presentes na casa antiga ou na casa do PNHR dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	99
TABELA 31 – Média de equipamentos por família. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	100

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa adaptado (sem escala) dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2014.	37
FIGURA 2 – Planta da casa do município de Guiricema – MG, 2013.	39
FIGURA 3 – Planta da casa do município de São Miguel do Anta – MG, 2013.	41
FIGURA 4 - Área de serviço da casa do PNHR do município de Guiricema-MG, 2013.	54
FIGURA 5 – Cozinha conjugada com a sala na casa do PNHR no município de Guiricema-MG, sem divisória (à esquerda) e com divisória (à direita), 2013.	60
FIGURA 6 – Cozinha da casa do PNHR de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013.	70
FIGURA 7 – Bancos de madeira encontrados na casa antiga dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	83
FIGURA 8 – Cozinha com armário industrial (à esquerda) e armário de madeira feito na própria região (à direita). Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.	84
FIGURA 9 – Banheiro da unidade habitacional do PNHR do município de Guiricema-MG (à esquerda) e de São Miguel do Anta-MG (à direita), 2013.	86
FIGURA 10 - Casas do PNHR dos municípios de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita) com tinturas compradas no comércio, 2013.	87
FIGURA 11 – Quartos do PNHR dos municípios de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013.	90
FIGURA 12 – Varanda da unidade habitacional do PNHR de Guiricema-MG (à esquerda) e de São Miguel do Anta-MG (à direita), 2013.	96

FIGURA 13 - Banheiro com serpentina (à esquerda) e com estrutura mais urbanizada (à direita), da casa antiga dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	97
FIGURA 14 – A sala de TV da casa do PNHR de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013.....	97
FIGURA 15 - Fogão a lenha, ainda utilizado, da casa antiga dos beneficiários, e fogão a lenha improvisado (à direita). Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.....	100

RESUMO

SANTOS, Suellen Nascimento dos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Realidade, significado e expectativas do Programa Nacional de Habitação Rural: o caso de Guiricema e São Miguel do Anta – MG.** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Coorientadoras: Lilian Perdigão Caixeta Reis e Maristela Siolari da Silva.

Em decorrência do quadro histórico de déficit habitacional em que se apresenta o Brasil, diversos programas e políticas públicas têm sido lançados, a fim de combater a crise de moradia do país. Esses programas muito evidentes nas cidades, também se fazem notar na zona rural onde situações precárias de acesso a serviços e materiais têm trazido a necessidade de investimento dos órgãos públicos. Dentre essas ações voltadas para o público residente no campo, em 2009, foi lançado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Em função de se tratar de um Programa recente e ainda pouco estudado, este trabalho buscou analisar os termos em que tem sido implantado este programa, especificamente se este tem se dado em consonância com o sentido de moradia e expectativas do principal agente social: o beneficiário. A pesquisa realizada com cinquenta e cinco famílias contempladas pelo Programa nos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta em Minas Gerais, é de caráter quantitativo e qualitativo. O estudo desenvolvido trouxe como resultado, a parcial incongruência entre o projeto de unidade habitacional do PNHR e a expectativa de moradia do beneficiário, visto que as casas do Programa possuem características urbanas e o camponês mantém valores específicos do ambiente rural. Conclui-se que o PNHR introduz uma nova perspectiva de “casa”, com configuração urbana e com características uniformizadas, existindo uma defasagem com respeito às expectativas dos beneficiários em termos de divisão e readequação do espaço, novos ambientes, maior tamanho e materiais utilizados na construção da Unidade Habitacional.

ABSTRACT

SANTOS, Suellen Nascimento dos, M.Sc. , Universidade Federal de Viçosa, March, 2014. **Reality, meaningfulness and expectations of Programa Nacional de habitação Rural (of the National Program of Rural Housing): The case of Guiricema and São Miguel do Anta- MG.** Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-advisers: Lilian Perdigão Caixeta Reis and Maristela Siolari da Silva.

As a result of Brazil's housing deficit, many programs and public policies have been created in order to solve and improve Brazil's situation regarding the housing crisis panorama. These programs are easily noticeable in cities and also in rural districts where the situation is precarious and the access to services and materials are very difficult. Among the actions, programs and strategies with regard to the rural population, in 2009, the Programa Nacional de Habitação Rural (National Program of Rural Housing) also known as PNHR was set up under the Programa Minha Casa Minha Vida (My house My Life). This program is recent and because of that it hasn't been thoroughly studied. Therefore, this work focused on analyzing the terms in which this program has been implemented, especially if it is in full coherence with expectations of the mainly social agent: the beneficiary. The fifty five families that took part in this research received and will receive the benefits from the local municipalities of Guiricema and São Miguel do Anta, in Minas Gerais, and this research is from qualitative and quantitative type. This studied was able to point out the inconsistency between PNHR and the housing expectation of the beneficiaries. Since the houses of the program have urban features, this factor opposes to the values of the rural population and to the environment they live in. Thus, it can be concluded that PNHR introduces a new perspective regarding "home", divided into urban and rural house styles. Concerning the styles previously mentioned, there is a gap in relation to the expectations from the beneficiaries in terms of division and space readjustment, new environments, bigger house size and the materials used in the construction of Housing Units.

APRESENTAÇÃO

Tendo como pressuposto um estudo de caso que excede à teoria explicitada em Leis que promovem a implantação de Programas de Políticas Públicas Habitacionais, o presente trabalho abarca questões motivadoras e, ao mesmo tempo, busca examinar a viabilidade desses Programas. Um adendo a princípio simplório, mas que surgiu de lacunas evidenciadas ao longo da história brasileira e que emerge a cada dia por meio do déficit de moradia, que atinge as camadas de baixa renda da população.

Sendo assim, o presente estudo pleiteia trazer para a discussão, temáticas sobre o que vem a ser as políticas públicas, quais suas relações com a pobreza e exclusão, como se deram as políticas habitacionais ao longo dos governos brasileiros e quais os interesses que conduziram estas políticas a atingirem o meio rural. Meio este que tem sido modificado constantemente devido à interação exercida com o urbano. Nessa perspectiva, essas mudanças também são evidenciadas nos aspectos das casas, detalhadas no presente trabalho.

A dissertação estará estruturada em cinco capítulos e será desmembrada a partir dos objetivos que permeiam toda discussão de análise.

No primeiro capítulo, na *“Introdução”*, será apresentado como se deu o interesse pela temática abordada, sendo logo após descrito sobre o problema central do trabalho, sua contextualização e as hipóteses levantadas. Em seguida, são apresentados os objetivos geral e específicos que serão paulatinamente atendidos.

O capítulo dois, *“Revisão de literatura”*, buscará discutir acerca do universo das políticas públicas, bem como haverá uma explanação das políticas habitacionais no Brasil. Também expõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – e sobre a principal política habitacional visada na pesquisa: o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR que está imerso numa realidade também a ser explanada aqui, a realidade rural, seus costumes, hábitos e valores voltados ao sentido de “casa”.

No terceiro capítulo, *“Procedimentos metodológicos”*, será traçado o local de estudo da pesquisa, o processo de implementação do PNHR nessas localidades, a população e a amostra escolhida, o método de coleta de dados e as variáveis envolvidas no estudo.

No quarto capítulo, *“Análise e discussão dos resultados”*, embasado na teoria apresentada, serão proporcionados os resultados, discussões, descrições e análises dos

dados coletados durante a pesquisa de campo, com a proposta de responder aos objetivos expostos.

Por fim, no quinto e último capítulo, “*Considerações finais*”, será apresentada uma avaliação do estudo, se atendeu ou não aos objetivos, às hipóteses e à expectativa do pesquisador, bem como será mostrado a quem este trabalho poderá ser útil.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1. Interesse pelo Tema

O interesse em desenvolver uma pesquisa em que são discutidas as expectativas de moradia e realidades contempladas no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – deve-se em grande parte à formação acadêmica da mestrandia em Gestão de Cooperativas. Durante a graduação, disciplinas vinculadas à área rural, a exemplo de *Extensão Rural*, *Sociologia Rural*, *Desenvolvimento de Comunidades e Agricultura Familiar*, bem como o Estágio curricular na área rural, incentivaram o interesse e afinidade com questões envolvendo o campo. Além do mais, discussões sobre cooperativismo habitacional, despertaram o interesse por aprofundar estudos acerca das políticas habitacionais do Brasil.

No Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica este estudo se insere na linha de pesquisa “Famílias, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais”. Acredita-se que este contribuirá para evidenciar parâmetros avaliativos do programa, tal como ponderou Farias (2012: p.23)

As pesquisas sobre modos e condições de vida, cultura, saberes, valores, bem como as representações que direcionam as práticas sociais das famílias têm demonstrado a relevância econômica, social, política, afetiva e emocional do universo doméstico para a sociedade, dando visibilidade e atribuindo valor àquilo que era oculto e considerado gratuito.

O caráter inovador do estudo situa-se em abranger uma discussão sobre o PNHR, um Programa recente no cenário nacional e que articula questões diversas, ainda pouco exploradas neste contexto, além de conduzir - mediante um estudo de caso envolvendo dois municípios da microrregião da Zona da Mata Mineira - a indicadores que permitem a avaliação e monitoramento de políticas habitacionais, voltadas ao contexto rural e, em especial, inseridas em cidades de pequeno porte.

1.2. O Problema e sua Contextualização

O Brasil possui um déficit habitacional que pode ser mensurado em aspectos quantitativos e qualitativos. Alves e Cavenaghi (2005) propõem que a oferta e a demanda de moradias devem ser analisadas em termos quantitativos e a adequação dos domicílios, em termos qualitativos. Inclui-se aí um diagnóstico sobre as carências dos serviços públicos e de infraestrutura. Para a Fundação João Pinheiro (2005), déficit habitacional refere-se ao somatório dos totais referentes à coabitação familiar, aos domicílios improvisados e aos domicílios rústicos¹. Este déficit, por vez, pode se dividir em déficit por incremento de estoque, e déficit por reposição de estoque. No primeiro incluem-se os domicílios improvisados, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel. No déficit por reposição de estoque devem ser considerados os domicílios rústicos e a depreciação. No estudo da Fundação João Pinheiro ainda consta o conceito de inadequação de domicílios, que envolve as variáveis: carências de infraestrutura e inadequação fundiária urbana.

Ainda, tomando por base a definição de déficit habitacional qualitativo e quantitativo, é possível considerar em termos quantitativos que, no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007-2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o déficit habitacional quantitativo é majoritário no meio urbano representando um total de 85%. Outro dado importante é que, de acordo com dados do IBGE/PNAD 2007-2012, o déficit habitacional rural relativo (déficit em relação ao total de domicílios existentes) no Brasil é de 8,68%, um número não muito expressivo, mas ainda alarmante visto que este índice reduziu somente 3% desde 2007.

Com relação a aspectos qualitativos, os dados do PNAD/ IBGE 2011 revelaram que dentre os 8.491 milhões de domicílios particulares permanentes rurais existentes no Brasil, apenas 23% possuíam coleta direta do lixo e somente 66% tinham acesso a telefonia. Já, dentre os 52.801 milhões de domicílios particulares permanentes urbanos, 93% possuíam coleta direta de lixo e 93,7% tinham acesso a telefonia. Outras variáveis de infraestrutura, como abastecimento d'água, esgotamento sanitário, banheiro e iluminação elétrica também atendiam, quase em sua totalidade, os domicílios particulares urbanos em detrimento dos domicílios na área rural. Outro dado qualitativo

¹ É aquele “(...) em cuja construção predominem: paredes e cobertura de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida”. (ALVES; CAVENAGHI, 2005, p.270)

relevante é que, de acordo com dados do IBGE/PNAD 2007-2012 acerca do déficit habitacional, as habitações precárias ² representavam um déficit urbano de menos de 10% do déficit total em 2012; em contrapartida, representavam aproximadamente 70% do déficit total rural neste mesmo ano. Complementa-se nestes dados que, em valores absolutos, a precariedade rural segue maior (31%) que a urbana (LIMA NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013). Assim, observa-se que, em nível de Brasil, há um déficit habitacional quantitativo e qualitativo maior em áreas rurais do que nas áreas urbanas.

Ao considerar um enfoque mais específico, é notável que este déficit habitacional se estenda também às pequenas cidades. Em Guiricema, Minas Gerais, por exemplo, conforme dados do IBGE Cidades (2010), há 1.476 domicílios particulares permanentes urbanos no município. Em contrapartida, há 1.434 domicílios particulares permanentes rurais: uma diferença pouco representativa se não fosse considerado o quadro histórico populacional de Guiricema, tendo em vista que em 1970, a população residente urbana do município era de 2.290 habitantes, enquanto a rural era de 11.643. Ao longo dos anos, a população rural foi decaindo e a urbana se elevando. No ano de 2000, a população urbana de Guiricema era de 3.939 habitantes, enquanto a população rural era de 5.299 habitantes, segundo dados do IBGE. Em 2010, estes números quase se igualaram, havendo uma população urbana de 4.225 habitantes e uma população rural de 4.482 habitantes. Estes números parecem estar se equiparando, mas expressam uma tendência à continuidade da migração, pois, conforme afirma Dalcin e Troian (2009) há uma tendência imigratória dos jovens, que é, em grande parte, justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia. A ausência de outras políticas públicas no meio rural tende também a contribuir para esta evasão, visto que, além da habitação, faltam investimentos em infraestrutura (acesso a serviços, como transporte, saúde e escola), influenciando no acesso a condições dignas de moradia.

O mesmo ocorre no município de São Miguel do Anta, onde há 1.149 domicílios particulares urbanos e 900 domicílios particulares permanentes rurais. Uma diferença mínima, se não fosse a queda da evolução populacional rural ocorrida entre os anos de 1970 e 2010, conforme dados do IBGE.

² As habitações precárias compreendem dois subcomponentes, são eles: os domicílios improvisados, que são todos os domicílios classificados como Particular Improvisado; e os domicílios rústicos, caracterizados quando há Domicílios Particulares Permanentes (DPP) do tipo casa e apartamentos que não sejam de alvenaria ou madeira emparelhada, cujo material predominante seja de taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material ((LIMA NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013).

Esses dados, mais uma vez comprovam o aumento da população urbana, reflexo, entre outros fatores, da forte evasão rural. Wesz Júnior *et al* (2006, p.2) a respeito dos agricultores afirma o seguinte: *“(...) o principal motivo que leva-os a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades, e sim a impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias.”*. Silvestro *et al* (2001) e Wesz Júnior *et al* (2006) acrescentam sobre a necessidade de inovação na política fundiária brasileira, proveniente de uma reforma na estrutura agrária de distribuição de terras, no crédito agrícola, na infraestrutura, na educação, na capacitação e assistência técnica e, por fim, no lazer para o morador rural.

Em decorrência desse quadro, alguns projetos foram e têm sido implementados no sentido de mitigar os problemas que assolam a população residente nessas regiões. No Brasil, cita-se o Programa Crédito Instalação, que, de acordo com Cardoso (2009, p.71), consiste no *“(...) provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.”*.

Na análise dos investimentos que têm sido feitos na área de habitação rural registra-se um histórico de poucos recursos ao longo dos últimos anos. Os recursos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o atendimento à questão da moradia têm sido insuficientes para o processo convencional de construção civil (INCRA, 2007). Na maioria dos casos, essas experiências têm possibilitado apenas a construção de moradias inacabadas e com áreas mínimas, muitas vezes incapazes de alojar uma família inteira com conforto e salubridade. Como resultado disso, têm-se padrões habitacionais que quase nunca atendem às necessidades dos grupos-alvos desses investimentos.

Anteriormente ao Programa Nacional de Habitação Rural, no ano de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e das Cidades havia lançado o primeiro Programa da Habitação Rural do Brasil que atendia a duas modalidades de trabalhadores rurais: os assentados e os agricultores familiares (NEAD, 2003). Contudo, de acordo com uma pesquisa realizada por Rover e Munarini (2010, p. 261), o Programa contou com algumas limitações que impediram que a maioria das famílias inscritas fosse contemplada: *“A não disponibilidade de recursos pelo Governo Federal, a falta de recursos dos agricultores para a contrapartida e o não enquadramento de alguns*

deles nas regras do Programa são os principais motivos que mantêm esta demanda reprimida”.

O projeto piloto desse primeiro programa foi sendo modificado ao longo dos anos, sendo criado em 2009, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. O PNHR é uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV³) que começou a ser implementado nos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta no ano de 2011, já contando até 2013 com 237 (duzentos e trinta e sete famílias). Nesses municípios, já houve a liberação da Caixa – agente responsável pela operação e finanças – para a construção das casas, tendo em vista que muitas já foram até entregues aos moradores. A Caixa é o órgão responsável por verificar a validade da documentação entregue pelo Responsável Técnico (RT) da engenharia e emitir a autorização para a contratação das operações com os beneficiários.

Entretanto, há poucos estudos que tratam da avaliação da adequação das moradias rurais ligadas ao PNHR. Nesse contexto, o presente estudo procurou analisar em que medida o projeto das casas reflete as expectativas e necessidades dos beneficiários.

Foi com base nessas discussões que a pesquisa ancorou-se em duas hipóteses: a) O programa habitacional voltado para população residente no campo está dentro de uma lógica de uniformização que não contempla as especificidades presentes nas representações desses grupos; b) Existem especificidades nas expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR que estão relacionadas às suas vivências (rurais e urbanas) e ao “sentido” que têm de moradia. Estas hipóteses constituem-se, antes de tudo, em respostas às indagações problematizadas acerca do contexto aqui apresentado.

Enfim, referenciando D’Aquino (1996, p.4) tem-se como pressuposto que os diferentes grupos sociais trazem consigo especificidades culturais relacionadas ao seu modo de vida, dando um “sentido” particular ao ato de morar e à casa, o que deve ser considerado no momento do planejamento e execução dos projetos habitacionais ou seja, o estilo de vida se constitui em *“uma ‘cultura’ adquirida em um grupo homogêneo, produto de disposições objetivamente concertadas, por constituírem a interiorização das estruturas objetivas.”* Assim, almejou-se por meio da pesquisa, compreender se as políticas habitacionais têm atingido a perspectiva do beneficiário.

³ De acordo com dados da Caixa Econômica Federal, pelo PMCMV na modalidade do PNHR, em Minas Gerais, desde o seu lançamento, em 2009, já foram contratadas 87.925 unidades habitacionais urbanas, representando um investimento da ordem de R\$ 5,15 bilhões até o primeiro trimestre de 2012.

Cabe ressaltar ainda que se tomou como objeto de estudo as expectativas e desejos em relação ao modelo de casa das famílias beneficiárias do PNHR. De forma mais específica, buscou-se compreender como o beneficiário imagina o equacionamento do espaço: da sala, da cozinha, dos quartos, do banheiro, do quintal, jardim (caso estejam presentes); as funções que ele pretende dar a cada um desses espaços; quais mobiliários, utensílios e equipamentos domésticos estão associados ao seu imaginário, como objetos que gostaria que estivessem presentes; e como ele avalia a segurança, material, adequação ao uso, infraestrutura, privacidade, aparência e convivência social da nova habitação.

Assim, como questão fundamental no estudo buscar-se-á compreender, a partir da avaliação do beneficiário ao PNHR, em que proporção o Programa tem atendido as suas necessidades e expectativas habitacionais.

Dessa forma o estudo justifica-se na medida em que a falta de moradia constitui-se uma questão social que afeta grande parte das famílias brasileiras e estudar as expectativas e realidades contempladas em relação à habitação no PNHR pode resultar em subsídios que permitirão a reorientação das políticas habitacionais do país.

1.3. Objetivos da Pesquisa

1.3.1. Objetivo Geral

- Analisar a realidade do PNHR, examinando se o significado e expectativas de moradia dos beneficiários estão sendo atendidas pelo referido Programa.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PNHR;
- Examinar o significado e as expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR, verificando-se em que medida a unidade habitacional do PNHR está em consonância com as perspectivas dos usuários;
- Caracterizar as formas de utilização e funções associadas aos espaços da casa e equipamentos pelos beneficiários do PNHR.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo deste capítulo é apresentar a revisão de literatura que ancorou as discussões desta dissertação. O capítulo está dividido nas seguintes seções: na primeira seção, procurou-se apresentar a relação entre políticas públicas, exclusão e pobreza, bem como suas definições; na segunda foi feita a evolução histórica das políticas habitacionais no Brasil; na seção seguinte, abordou-se sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e suas características; na quarta seção, descreveu-se o subprograma do PMCMV: o Programa Nacional de Habitação Rural. Finalmente, na quinta seção contextualizou-se o significado da casa rural ao longo da história brasileira.

2.1. Políticas públicas, exclusão e pobreza

Percebe-se que, ao longo dos anos, as políticas públicas têm se tornado cada vez mais relevantes e têm ocupado espaços de discussão por pesquisadores. O motivo dessa proeminência seria o aumento da pobreza e da exclusão que culminam na necessidade da política pública.

De acordo com Souza (2007, p.69) política pública pode ser resumida como *“(...) o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”*. Segundo a autora formular políticas públicas, consiste num estágio onde governos democráticos demonstram seus propósitos em programas e ações que repercutem em resultados e/ou mudanças (SOUZA, 2007).

Numa outra vertente, pode-se dizer que a política pública surge de uma necessidade eminente na sociedade. Após a necessidade “diagnosticada” tem-se a interação entre os atores sociais, envolvendo participantes formais e informais. Essa interação é fruto de uma ação intencional com objetivos a serem alcançados. A política pública é uma política de longo prazo, mas os impactos costumam ser imediatos (SOUZA, 2007).

Segundo Schuwartzman (2004), a pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas que, em algumas situações, ficavam desvalidas e merecedoras de amparo. Contudo, há outra maneira de se tratar do assunto, no sentido de que as causas da pobreza e sua solução não dependem da vontade ou caráter do indivíduo, mas das relações entre as pessoas, muitas vezes expressas nas desigualdades sociais.

Um exemplo dessas relações é apontado por Moreira (2009) na década de 1960 no meio rural, onde se ampliaram as desigualdades de distribuição de renda, bem como se ampliou o compromisso com o crescimento e a industrialização do país. Dessa forma, fatores de produção migraram para setores mais produtivos e, conseqüentemente, a modernização da agricultura expulsou trabalhadores ocupados na produção de alimentos, fazendo-os migrar para a cidade, no que aumentou a pobreza junto aos que não conseguiam se alocar no mercado de trabalho urbano.

Nesse período, algumas políticas agrícolas voltadas para a grande exploração agromercantil e para o crescimento da agricultura brasileira foram adotadas; contudo, a reforma política e os benefícios foram direcionados às famílias tradicionais da agricultura, sendo o pequeno agricultor, o trabalhador rural e as áreas de agricultura tradicional (incluindo agricultores familiares, quilombolas, indígenas, entre outros) desprivilegiados (MOREIRA, 2009).

Nos anos 1980, devido ao processo de democratização e da crise fiscal do estado,

(...) as decisões sobre a política agrícola deixaram de ser lideradas pela tecnoburocracia estatal e passaram a contar com a influência de novos setores como o Congresso Nacional, governadores e secretários dos estados, assim como os segmentos agroindustriais e as associações representativas dos produtores rurais. No entanto, os trabalhadores rurais e os pequenos produtores continuaram à margem do processo, de forma que essa modificação também não contribuiu para afetar a grave questão distributiva do Brasil (MOREIRA, 2009, p.924).

Já no governo Lula, ampliaram-se os programas de transferência de renda e de crédito subsidiado, tais como, Fome Zero e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que representou um fluxo de renda para as populações rurais mais pobres, com efeitos na redução dos índices de concentração de renda e de pobreza do País. Porém, o caráter assistencialista desses programas não os afirma como fator de transformação estrutural das mazelas sociais, o que, na opinião da autora, não altera “(...)a prioridade à política econômica voltada para os interesses de

mercado em detrimento das reformas estruturais necessárias para a erradicação do grave fenômeno da pobreza”(MOREIRA, 2009, p.925).

Outro breve exemplo foi com relação ao Banco Nacional de Habitação – BNH -, criado após o golpe em 1964, com funcionamento até 1986. Nesse período em que foram financiadas cerca de 25% das novas moradias construídas no país, sendo o BNH foi uma resposta do governo militar à forte crise de moradia presente num país que se urbanizava aceleradamente. O BNH buscava, por um lado, obter apoio entre as massas populares urbanas, e, por outro, criar uma política permanente de financiamento, que fosse capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional, objetivo este que prevaleceu, visto que a economia do país dinamizou-se através da geração de empregos e do fortalecimento deste setor (BONDUKI, 2013).

Entretanto, o BNH contribuiu pouco para resolver o problema de moradia visto que gerou *“(...) soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico (...) desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano”* (BONDUKI, 2013, p. 74).

Os dois exemplos citados são formas de políticas públicas criadas para solucionar questões relacionadas à pobreza na sociedade, mas que não foram bem sucedidas neste aspecto, em virtude da exclusão social e cultural praticada.

Essa exclusão se tornou familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades, e *“(...) sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida”* (WANDERLEY, 2012, p. 17).

Este fenômeno social já afeta um conjunto significativo da população, atingindo pessoas excluídas física, material ou geograficamente, não somente do mercado e suas trocas, mas das riquezas espirituais e valores não reconhecidos, implicando também numa exclusão cultural (WANDERLEY, 2012). Portanto, de acordo com os exemplos apresentados, a execução da política agrícola excluiu social e culturalmente o pequeno agricultor, o trabalhador rural e as áreas de agricultura tradicional ao desconsiderar as peculiaridades e a real necessidade dessa população. Essa mesma situação pode ser ampliada para a política habitacional do BNH, a partir do momento em que o BNH desconsiderou aspectos e valores particulares dessa população, na construção de moradias.

Esta privação coletiva ao meio rural está evidenciada em inúmeros aspectos, como a não acessibilidade, a subalternidade, não equidade e pobreza. Aliás, cabe ressaltar que, a situação da pobreza conduz a formas de ruptura do vínculo social e representa acúmulo de déficit e precariedades, acarretando a exclusão. Dessa forma, exclusão e pobreza não são sinônimas, como também a pobreza não resulta apenas da ausência de renda, mas de outros fatores, como o precário acesso aos serviços públicos e a limitada inserção no mercado de trabalho. Esta ausência de poder do “pobre”, o priva de agir e ter seu papel representativo na sociedade, dando lugar à exclusão (WANDERLEY, 2012).

A exclusão é um fenômeno em expansão, que tende a ser reproduzido através de mecanismos que o reforça. Este fenômeno tem se naturalizado, tornando-se aceito tanto pela sociedade quanto pelo próprio afetado, através de mecanismos que promovem o ciclo de reprodução desta problemática; o que conduz a um conformismo e a uma compreensão dessa exclusão social. Os indivíduos passam a aceitar a situação de pobreza e a não reconhecerem que possuem direitos, encarando-os como favores, ajuda (WANDERLEY, 2012).

Esses direitos estão explicitados na Constituição de 1988 que, segundo Schwartzman (2004, p.26), “(...)consagra a noção de que, além dos direitos políticos, os cidadãos brasileiros também têm direitos sociais, que vão desde o direito ao emprego e à educação até o direito ao atendimento, pelo setor público, de suas necessidades na área de saúde e do seguro social”. Assim está exposto na Emenda Constitucional nº64 de fevereiro de 2010, que altera o artigo 6º da Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Ainda assim, a figura paternalista⁴ do governo ao implantar as políticas públicas aparece como a única alternativa de atendimento às necessidades sociais, o que não é verídico.

2.2. As Políticas Habitacionais no Brasil

Em termos históricos, a questão habitacional no Brasil é antiga e começou a ser notada a partir de 1850, com a Lei que estabeleceu o fim do tráfico de escravos e com a

⁴ É uma forma de dominação em que um indivíduo exerce poder sobre outro, concedendo em troca alguns benefícios, que conduz à submissão e à subserviência (SCHWARTZMAN, 2004).

Lei de Terras (Lei nº601/ 1850), havendo diferença de uma semana apenas entre a promulgação de uma e outra. Não é por acaso que essas duas leis foram promulgadas num espaço curto de tempo, como explica Maricato (1995, p.17): *“De acordo com a lei, as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante compra e venda, o que afastava a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários.”* Assim, o Estado passa a regular o acesso à terra, e o trabalhador “livre” se sujeita ao trabalho realizado anteriormente pelos escravos. Com a Lei de Terras, modernizaram-se as relações entre proprietários e Estado, e as relações de compra e venda, visto que a terra foi valorizada enquanto mercadoria capaz de gerar lucro. Esta Lei, é claro, reafirmou o poder das elites agrárias e impediu o acesso da população de classe baixa à terra (MATOS, 2010). Ou seja, o negro que acabara de ter sua liberdade, sem condições de adquirir uma propriedade, retoma o posto de subordinação ao proprietário de terras.

Anos mais tarde, no período que vai de 1930 a 1980, houve um intenso processo de industrialização e urbanização no Brasil, com forte intervenção estatal na vida econômica e política. O crescimento urbano foi tão intenso que o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda de toda a população, surgindo muitas ocupações ilegais, como as favelas e os loteamentos clandestinos. Essas ocupações se deram principalmente pela camada pobre da população, visto que com o crescimento econômico aliado à industrialização, os trabalhadores do setor secundário foram excluídos do mercado imobiliário privado já que frequentemente recebiam baixos salários (MARICATO, 1995).

Maricato (1995, p.29) ressalta que: *“A evolução dos acontecimentos mostrou que ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza.”*. A população crescia, porém, em termos econômicos, a riqueza se concentrava nas mãos de poucos - o chamado binômio “crescimento e pobreza” -, havendo dessa forma uma grande desigualdade social e econômica que impactou o setor habitacional.

No período populista, com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o Estado passou a intervir na provisão de moradia aos trabalhadores. A problemática da moradia emergiu, já que *“(...) absorvia porcentagem significativa dos salários e influiu no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores”* (BONDUKI, 2011, p.73). Em 1942, o governo interferiu no mercado de locação, e congelou os aluguéis por meio da Lei do Inquilinato, como alternativa contra os aumentos abusivos de aluguéis.

O governo também incentivou o sonho da casa própria que passou a simbolizar, para muitos trabalhadores urbanos, o progresso material. Com esse incentivo, buscava-se apaziguar a classe trabalhadora, de forma a evitar revoltas populares. O governo Vargas também regulamentou as condições de reprodução da força de trabalho, voltando-se para o setor previdenciário e propiciando recursos para o financiamento de moradias. Foram criados, assim, nos anos 30, os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs (BONDUKI, 2011).

Nos anos 1940, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), direcionada para solucionar o problema habitacional. Porém, o projeto fracassou e foi extinto em 1964. Neste mesmo ano, foi criado, no governo militar, o Banco Nacional de Habitação (BNH), com a Lei nº 4.380, que instituiu o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. O BNH buscava “(...) *angariar apoio entre as massas populares urbanas, (...) e, por outro, criar uma política permanente de financiamento capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional (...)*” (BONDUKI, 2011, p. 72). O referido autor comenta que o BNH promoveu uma significativa produção habitacional, porém esta foi muito aquém das necessidades. O fim do BNH, em 1986, culminou com o aumento da inadimplência, já que se aumentavam as prestações e reduzia-se a capacidade de pagamento dos mutuários, devido à crise daquela década, que gerou recessão, desemprego, redução salarial e inflação.

Ao analisar historicamente, a partir do BNH, as políticas habitacionais urbanas voltadas para o público de baixa renda, observa-se que as mesmas têm sido insatisfatórias do ponto de vista dos beneficiários. De acordo com Cardoso (2003, p.106), estudos evidenciam “(...) *as contradições entre os dois grandes objetivos da política habitacional: alavancar o crescimento econômico e atender à demanda habitacional da população de baixa renda*”. O primeiro objetivo foi atingido ao se priorizar o financiamento para as camadas de mais alta renda, no que produziu um *boom* imobiliário. De outro lado, os financiamentos às camadas de menor renda, segundo Cardoso (2003, p.107):

(...) originaram uma inadimplência sistemática e ainda revelaram-se inadequados para as populações mais empobrecidas, dado o alto custo da moradia em relação aos níveis de rendimento. Apontam-se a favelização e o crescimento das periferias como consequência do fracasso e da ineficácia da ação do BNH em relação ao segundo objetivo.

O período pós-BNH foi marcado pela falta de uma estratégia nacional para enfrentar a questão habitacional, quando Municípios e Estados passaram a assumir esta

função. Esse período também é marcado pela aprovação da Constituição de 1988, que ampliou e fortaleceu o poder local, a democracia e os processos autogestionários e de participação popular, no que emergiram programas alternativos, como os de urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de novas moradias por autoconstrução, mutirão e autogestão (BONDUKI, 2011).

Segundo Bonduki (2013), em 1995, dentre os programas criados pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, estão programas de financiamento, como o Pró-Moradia e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), além da aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Porém, muitas ações de política macroeconômica desse governo reduziram o papel do setor público na execução de políticas de habitação, principalmente no que se refere à urbanização de áreas precárias, devido às restrições impostas à concessão de créditos a este setor.

Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida no Governo Luís Inácio Lula da Silva, com a intenção de produzir novas moradias para famílias de baixa renda. Esse programa foi retomado no governo da presidente Dilma Rousseff e, conforme avaliação de Maricato (2011), tem superado a expectativa quantitativa de moradias construídas, mas tem propagado lacunas históricas, com relação à promoção de benefícios às classes mais baixas. Segundo essa autora, *“o PMCMV retoma a política habitacional com interesse apenas na quantidade de moradias, e não na sua fundamental condição urbana”* (MARICATO, 2011, p.67). Prossegue assim um histórico de política habitacional que não beneficia propriamente a classe desfavorecida e que, por vezes, remete-se apenas a quantidades de moradias fornecidas e não à qualidade dessas moradias.

Outra consequência oriunda dessa política diz respeito ao clientelismo dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), desde o período do BNH, que também contribuiu para a concentração de renda e favorecimento da produção de moradia para a classe média em detrimento da classe baixa. É o que afirma Maricato (1995, p.22), referindo-se àquele período: *“A política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (...) com os interesses de políticos clientelistas (...). Na verdade essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado imobiliário de corte capitalista.”*

Nem mesmo a política de descentralização, pós-BNH, com a Constituição de 1988, mostrou-se desvinculada de práticas clientelistas já que *“(...) acarretou na imprecisão de definição de responsabilidades nas três esferas do governo, resultando*

aparente “vazio institucional” e a “ambiguidade”, agravados pela manipulação política do poder, sob a forma clientelista e eleitoreira (...)”. (RAMOS; ROCHA DE SÁ, 2003, p.158)

Nesse cenário político possibilitado pela Constituição, a participação popular emerge como um contraponto ao cenário de práticas clientelísticas e patrimonialistas. Ela se evidenciou de forma mais veemente na sociedade via conselhos, fóruns e outras unidades políticas (OLIVEIRA, 2005). Porém, estas ações contra-hegemônicas ainda são incipientes, visto que fatores de representatividade coletiva, poder decisório e democracia das classes mais baixas encontram-se inseridos minimamente na sociedade.

2.3. Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR⁵), é um Programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Foi instituído pela Lei nº 11977/2009, alterado pela medida provisória nº514 de 2010 e pelas Leis nº12.350/2010, 12.249/2010 e 12.424/2011. De acordo com esta última Lei, artigo 1º, o programa possui como finalidade *“criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais)”*, sendo este último valor alterado para R\$ 5000,00 (cinco mil reais)⁶.

Compreendendo os subprogramas Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), foi lançado em março de 2009, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o objetivo de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas unidades habitacionais⁷, em municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes

⁵ Fundo de Arrendamento Residencial, atuando como financiador do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) promovido pelo Ministério das Cidades. O PAR é desenvolvido em duas fases distintas. A primeira delas é a de compra de terreno e contratação de uma empresa privada do ramo da construção, responsável por construir as unidades habitacionais. Depois de prontas, as unidades são arrendadas com opção de compra do imóvel ao final do período contratado. Dados disponíveis em: < www.caixa.gov.br> Acesso realizado em janeiro de 2014.

⁶ Inicialmente a lei em 2009 no MCMV 1 indicou o valor de R\$4650,00, já no MCMV 2, lançado em 2011, pelo Governo Dilma Rousseff, o valor é de R\$5000,00. Os parâmetros dos valores são alterados pelo executivo federal segundo dispõe o art. 3º§3º da lei 11977/2009. Dados disponíveis em : <www1.caixa.gov.br> . Acesso realizado em janeiro de 2014.

⁷ Dados disponíveis em : < <http://www1.caixa.gov.br>> . Acesso realizado em janeiro de 2014.

referente às famílias com renda mensal de até R\$5.000,00. Além dessas famílias, o PMCMV atende também aquelas com renda mensal de até R\$1.600,00, em municípios com população inferior a 50.000 habitantes ou em áreas de atuação do FAR; tendo como meta para 2014 a produção de 860.000 unidades habitacionais na área urbana.

Para participarem do programa, as famílias necessitam atender a determinados requisitos, tais como enunciados na Lei Nº12.424/2011, artigo 3º:

- I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais);
- II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;
- III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Além desses requisitos, os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão fixar outros critérios de seleção dos beneficiários, desde que estejam em conformidade com as respectivas políticas habitacionais e as regras do Poder Executivo Federal. Os Estados, Municípios e Distrito Federal também terão a responsabilidade de executar o trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados (art. 3º §4º e §5º da Lei 12424/2011).

Ainda, de acordo com a Portaria nº 610 de dezembro de 2011 do Ministério das Cidades, após o cumprimento desses critérios e cadastramento ou atualização dos dados dos candidatos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, pelos municípios, a Caixa Econômica Federal (CEF) juntamente com a Entidade Organizadora (EO)⁸ selecionará as famílias a serem beneficiadas pelo Programa.

Além da CEF, que é responsável pela definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do Programa, outras instituições são consideradas participantes, tais como, o Ministério das Cidades, responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do Programa; o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que juntamente com o Ministério das Cidades revê os limites de renda familiar dos beneficiários e fixa a remuneração da

⁸ A EO é a pessoa jurídica sem fins lucrativos que contrata ou forma parceria com a CAIXA para viabilizar a execução do empreendimento. Pode ser representada por: cooperativas, associações, sindicatos ou Poder Público (Estados, Municípios e Distrito Federal) Dados disponíveis em : < www.caixa.gov.br> Acesso realizado em janeiro de 2014.

CEF, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa; o Distrito Federal, Estados e Municípios ou respectivos órgãos das administrações direta ou indiretamente vinculados ao Programa, que atuam como facilitadores à implementação dos projetos, destacando a indicação das áreas priorizadas para a implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte e recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. Por fim, há ainda as empresas do setor da Construção Civil, que participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.⁹

Importa ressaltar a relevância da execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários, responsabilidade do Poder Público Local, que tem como objetivo, definido pela Portaria nº 168 de abril de 2013 do Ministério das Cidades,

(...) proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns; na perspectiva de contribuir para fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade dos empreendimentos. (ANEXO V, PORTARIA Nº 168, 2013)

Além deste trabalho social, o Programa ainda visa estabelecer as condições para contratar a edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação, tais como, assistência social e segurança dos empreendimentos contratados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Dessa forma, o Programa visa atender os indicadores de habitabilidade mencionados nos objetivos desta pesquisa.

Com relação ao valor máximo de aquisição das unidades, para municípios com população menor que 50.000 habitantes (devido à especificidade da pesquisa em questão), o valor estipulado para Minas Gerais, de acordo com a Portaria nº 168 de abril de 2013 do Ministério das Cidades, é de R\$58.000,00 para a construção de casas.

Já relacionado à meta física, ainda segundo a Portaria nº 168, o Programa, com recursos do FAR, tem como meta a contratação de oitocentos e sessenta mil unidades habitacionais, até 31 de dezembro de 2014, respeitados os valores consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais. A distribuição da meta física entre Unidades da Federação foi efetuada de acordo com a estimativa do déficit habitacional urbano para famílias com renda até três salários mínimos, considerando os dados da Pesquisa

⁹ Dados disponíveis em : < <http://www1.caixa.gov.br> > . Acesso realizado em janeiro de 2014.

Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao ano de 2008. Dessa forma, a meta física para o Estado de Minas Gerais é de 84.857 unidades habitacionais até dezembro de 2014.

Krause, Balbim e Lima Neto (2013) questionam a política do PMCMV e alegam que este não prioriza a erradicação do déficit habitacional, mas promove uma alavancagem do desenvolvimento do país, tendo em vista que o Programa foi incluído no PAC - Programa de Aceleração de Crescimento¹⁰. Verifica-se, também, uma maior aderência de contratações de empreendimentos para famílias com renda de três a dez Salários Mínimos - SMs -, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, o Programa não condiz com o Planejamento Habitacional - PlanHab - que foi introduzido como um instrumento fundamental no Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social – SNHIS -, consolidado na Lei 11.124/05, e que objetiva introduzir o planejamento habitacional em nível federal, contribuindo para firmar o acesso à moradia como política social e de Estado (BONDUKI; ROSSETTO, 2013).

No estudo realizado por Krause, Balbim e Lima Neto (2013) foi feita uma análise comparativa das grandezas mostradas pela produção habitacional do MCMV e pelo déficit básico, por tipo de município, constatando-se que:

As diferenças entre os valores apresentados pelas correlações entre o déficit habitacional e a produção na área do FAR sugerem que este atue de modo mais aderente ao déficit habitacional em cidades médias do interior, mais ricas, locais onde sua execução seria mais fácil, garantida ou segura, e respondendo mais ao princípio de execução orçamentária (e/ou aos interesses das empresas construtoras) e menos a quesitos como localização, tipologia e forma de apropriação vinculados à análise do déficit habitacional feita pelo PlanHab. (KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013, pg. 29)

Essa constatação conduz à percepção de que o privilégio da execução do Programa em determinadas áreas parece responder mais fortemente à necessidade de dinamização econômica por meio da execução exclusiva de metas físicas, não necessariamente providas dos demais critérios relacionados às necessidades habitacionais, ou mesmo critérios urbanísticos, arquitetônicos, sociais, culturais e demográficos citados e utilizados pelo PlanHab (KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013).

¹⁰ Ocorreu a ampliação do PMCMV ao ser incluído no PAC sendo intitulado “Minha Casa, Minha Vida 2”. Esta iniciativa objetiva um investimento de R\$72,5 bilhões até 2014 e um forte efeito na economia brasileira com a criação de 1,4 milhão de empregos (984 mil só no setor de construção) e geração de R\$62,86 bilhões de renda em toda economia (R\$37,5 bilhões só no setor de construção). Dados disponíveis em : < <http://www.pac.gov.br>> . Acesso realizado em janeiro de 2014.

Outra questão que pode ser relevante é se de fato o PMCMV estaria atendendo exclusivamente aos déficits habitacionais ou estaria incluindo demandas habitacionais de famílias que teriam condições de adquirir a casa própria sem o auxílio do Governo. Por fim, cabe salientar a padronização das casas que pode não estar atendendo plenamente as necessidades das famílias de regiões específicas.

Esses e outros questionamentos levantados são possíveis, em virtude da dimensão que o Programa tem tomado na sociedade. Dessa forma, o presente trabalho alinhado a esses levantamentos, intencionou aprofundar nessas questões e em outras que porventura surgiram no contexto específico do PNHR.

2.4. O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que atende a três grupos de beneficiários, foi criado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o texto da Lei nº 12.424/ 2011, sua finalidade é definida como:

O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (BRASIL, Lei nº12.424/2011).

Também o artigo 14 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011 traz um complemento na definição de que *“O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)”*. Ainda, a Portaria interministerial N°395, de agosto de 2011, dispõe que a renda familiar anual dos agricultores familiares, futuros beneficiários do Programa, será aquela constante na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, gerida pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Aos beneficiários pertencentes ao grupo I, ou seja, aqueles agricultores familiares ou trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00, o programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Estes recursos são repassados diretamente às pessoas físicas, para que possam adquirir material de construção e realizar pagamento dos serviços de mão-de-obra destinados à produção da Unidade Habitacional (UH). Já os grupos II e III,

caracterizam-se por receberem financiamento habitacional e subsídios lastreados em recursos do FGTS e do OGU à pessoa física (beneficiário), que podem ser o agricultor familiar e os trabalhadores rurais organizados em Entidades Organizadoras (EOs). As principais diferenças entre os grupos I, II e III estão na proveniência dos recursos, no valor da renda bruta anual¹¹, e no valor dos investimentos, que variam conforme o grupo.¹²

Neste estudo, a prioridade foi dada ao grupo I, visto que esta parcela é a classe mais vulnerável e com mais dificuldades de enfrentar a questão habitacional sem intervenção do Estado, sendo a amostra estudada extraída deste. Assim sendo, pelo presente grupo, os agentes envolvidos no PNHR são o Ministério da Fazenda, o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, a Entidade Organizadora (EO), os Responsáveis Técnicos (RTs) e os beneficiários. Conforme citado, os três primeiros agentes possuem as funções estabelecidas pelo PMCMV. A EO é a pessoa jurídica sem fins lucrativos que contrata ou forma parceria com a CEF para viabilizar a execução do empreendimento. Ela pode ser representada por cooperativas, associações, sindicatos ou Poder Público (Estados, Municípios e Distrito Federal). Já os Responsáveis Técnicos são profissionais indicados pela EO, responsáveis pelos projetos técnicos de arquitetura, engenharia e trabalho social e suas execuções. Os beneficiários são os componentes do grupo indicado pela EO, devidamente enquadrados nas condições estabelecidas pelo programa, após a assinatura dos contratos.

Além desses agentes, há ainda as Comissões eleitas em Assembleia pelos próprios beneficiários. A primeira é a Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), responsável pela gestão dos recursos/subsídios liberados pela CEF e composta por no mínimo três integrantes: no mínimo dois beneficiários e um representante indicado pela EO. A CRE deve ser registrada em Cartório de Títulos e Documentos. A segunda é a Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO), responsável pelo acompanhamento do conjunto da obra e informação do andamento aos demais beneficiários, sendo composta também por no mínimo três pessoas, representadas por, no mínimo, dois beneficiários e um representante indicado pela EO, que são distintos daqueles que integram a CRE.

¹¹ Indicado pela Portaria nº229 de maio de 2012 do Ministério das Cidades como sendo de R\$15.000,01 até 30.000,00 e de R\$30.000,01 a R\$60.000,00 para os grupos II e III, respectivamente.

¹² Dados do Programa Nacional de Habitação Rural, disponível em: <www.caixa.gov.br>. Acesso realizado em janeiro de 2014.

Com relação aos grupos de beneficiários, estes são formados por beneficiários com mesma faixa de renda, com mínimo de 4 e máximo de 50 proponentes e individualizados por produtores rurais familiares ou trabalhadores rurais familiares. Outra regra do Programa é que todas as moradias rurais vinculadas ao projeto devem estar localizadas no mesmo município ou, no máximo, em três municípios distintos, desde que façam fronteiras (limítrofes), observadas as demais condições do Programa, bem como as de proximidade entre as famílias beneficiárias e de logística.¹³

Os beneficiários do Programa podem ser o agricultor familiar, que deve comprovar renda por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a DAP; o trabalhador rural que apresenta o comprovante de renda formal ou declarada e também pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, que também comprovam renda via DAP.

De acordo com a cartilha da CEF, o valor de investimento máximo para a produção das Unidades Habitacionais do Grupo I é de R\$45.600,00 (para a construção da casa) e de R\$35.600,00 (para a conclusão, reforma ou ampliação). E, à família beneficiária do grupo I cabe devolver à União apenas 4% do valor recebido para a produção da casa, em quatro parcelas anuais, sendo que a primeira vence um ano após a assinatura do contrato. A esta família também fica disponível o uso de até 35% do valor destinado à edificação para pagamento de mão-de-obra.

Enfim, o PNHR caracteriza-se, conforme citado, com atores que dinamizam o processo de implementação deste, e promovem diferentes efeitos, nas mais diversas regiões do país.

2.5. O significado da casa rural ao longo da história brasileira

A “casa” possui como função básica dar abrigo, e “(...) *tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção (...) palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários*” (LEMOS, 1989, p.9). Portanto, ainda que possuam essas generalidades bem como espaços padronizados, a casa também contém

¹³ Dados disponíveis em: < <http://www.bb.com.br>>. Acesso realizado em janeiro de 2014.

especificidades com diferenciações que torna única cada unidade habitacional (CAMARGO, 2010). Além do mais, a casa, ou melhor, o habitar doméstico, para Camargo (2010, p. 16) representa: “(...) *um lugar especial para praticarmos nossas funções biológicas, liberarmos nossas emoções, convivermos com pessoas queridas longe de olhares estranhos, sermos nós mesmos, sem as máscaras que trazemos nas relações no mundo público (...)*”.

Enfim, a “casa” possui um sentido que transcende os aspectos e padrões físicos, perpassando por uma construção histórica desse “aparato” humano, que foi sendo aperfeiçoado e transformado num ambiente de intimidade, privacidade, transposição da cultura e de vivências.

Ao longo da sua história, a casa brasileira teve diferentes sentidos para os seus moradores. Conforme descreve Alvim (1998, p. 245), ela foi ganhando um sentido de privacidade para imigrantes que deixavam suas terras e migravam para o Brasil. Assim, longe da cultura originária, era dentro da casa que estes estrangeiros mantinham seus costumes e valores: “*a paisagem brasileira configurou-se, mais do que se pensa, com base em valores do mundo privado desses imigrantes*”.

As casas dos séculos XIX e XX, descritas por Algranti (1997), denotam uma “(...) *preocupação com o bem-estar e a vontade de criar ambientes mais agradáveis para o convívio familiar e a intimidade*” dos seus moradores (ALGRANTI, 1997, p.98). É, pois, “(...) *no interior do lar que se dá a intimidade dos corpos e dos sentimentos de seus habitantes.*”

No Brasil, pode-se dizer que a construção do significado da “casa/domicílio” foi dada historicamente pelo branco europeu, índios e negros que contribuíram social, econômica e culturalmente para as diferentes visões que se tem dessa categoria. A análise desse significado difere a partir da perspectiva de análise dos diferentes autores. Algranti (1997, p.85), por exemplo, ao definir “domicílio” vai associá-lo a um espaço de intimidade. Nas palavras da autora, refere-se a um “(...) *espaço de convivência da intimidade. Domicílios de vários tipos, é certo, temporal e regionalmente delimitados, habitados por indivíduos de origens diferentes (...)*”. Nele, as famílias constituíam diversos tipos de uniões, sacramentadas ou não; e reuniam-se pessoas sob as mais diversas formas, compondo apenas pessoas de uma mesma família nuclear e escravos, como também agregados e parentes próximos. Os domicílios propiciavam a interação dos colonos com o meio natural, que criavam formas de subsistência e vivenciavam laços afetivos (ALGRANTI, 1997).

Conforme descrição da autora, nas primeiras décadas do século XVI, as famílias moravam em localidades distantes umas das outras, mas com o povoamento e a colonização, novos costumes foram inseridos na sociedade brasileira, juntamente com novas composições familiares. Quanto à forma de morar dos colonos, havia muitas diferenças tanto com relação aos materiais utilizados na construção quanto ao padrão arquitetônico, cuja forma e divisão interna expressavam as características dos humildes e dos privilegiados, bem como revelavam aspectos importantes da vida dos moradores. Nas vilas e cidades, nos primeiros séculos da colonização, as moradas eram simples e pobres, visto que os moradores eram desprovidos de recursos (ALGRANTI, 1997). Os sobrados e residências somente surgiram mais tarde. De certa forma, havia uma padronização nas casas urbanas

(...) com casas de tamanho mais reduzido, de apenas um andar, nas quais predominavam os materiais disponíveis na região, como barro, madeira e pedras. Os sobrados e as vivendas, ocupados pelos membros da elite, surgiram mais tarde, em consequência da diversificação da economia e do crescimento urbano (ALGRANTI, 1997, p.90).

Essa padronização não ocorria com relação aos domicílios rurais. Faltava-lhes uniformidade, apesar de possuírem características no geral similares, como quintais, jardins, hortas e anexos circundados por muros baixos, que delimitavam o espaço doméstico. Eram “(...) áreas destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais e à indústria doméstica” (ALGRANTI, 1997, p.91). A indústria doméstica com seu importante papel de garantir produtos para a subsistência dos colonos provinha de hortas e pomares, plantas que forneciam gordura vegetal, matéria-prima e animais de criação. Algranti também descreve os anexos das casas:

Essas casas cobertas de telhas no quintal devem ser os anexos que encontramos de sul a norte do país, ao longo de todo o período colonial. Alguns rústicos, simples telheiros, outros melhor edificados, abrigavam a casa de farinha, o monjolo ou a moenda. Serviam também para guardar utensílios e alimentos de toda espécie e era nessas dependências de trabalho que se passava boa parte do tempo, principalmente as mulheres da casa. (ALGRANTI, 1997, p.93).

Com relação às áreas externas das casas rurais:

As casas eram, assim, voltadas para dentro, às vezes com pequenos jardins na frente, e era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente (...). Nas áreas mais amplas e abastadas, o alpendre nos fundos, ou uma varanda propriamente dita, servia de espaço para as refeições. (ALGRANTI, 1997, p.94).

A autora faz a descrição de outras áreas pertencentes à moradia do colono. Ressalta que, além da área de serviço, havia o quintal que podia conter a senzala e a

secreta – uma espécie de buraco na terra usado para higiene pessoal. No caso das senzalas, estas estavam presentes nas grandes fazendas, comportavam um número maior de escravos do que poderiam comportar e elas eram: “(...) *cobertas de palha ou telhas, erguidas com tijolos, madeiras e pedras. Algumas dispunham de divisórias internas, outras abrigavam apenas mulheres, mas estavam sempre presentes quando o número de escravos era relevante*” (ALGRANTI, 1997, p.95). Algranti descreve ainda que os cativos, na falta de espaços na senzala, por vezes dormiam em esteiras em qualquer lugar da casa. Os escravos, portanto, viviam em condições precárias e, somente após 1850, com o fim do tráfico negreiro e, em 1888, com a abolição da escravatura, eles colocaram em prática o sentido de liberdade que tanto almejavam: “*Para eles a condição de homem livre seria concretizada, de imediato, na realização de desejos e na posse de objetos que lhes haviam sido proibido quando eram escravos*” (WISSENBACH, 1998, p.53). Homens livres na condição de desejo e posse de objetos que se assemelhavam aos incutidos nos padrões de vida dos senhores de terra, sendo a casa também uma dessas conquistas. Mas para adquirirem suas casas, primeiramente haveriam de ter terras, o que nem sempre era possível, dada as suas condições econômicas:

Nas zonas rurais, nos amplos espaços da economia de sobrevivência ou gravitando em torno das monoculturas, as populações negras mesclaram-se e se confundiram com largas camadas de populações nacionais (...) aderindo ao universo de valores e ao estilo de vida dos homens livres. A territorialidade negra se manteve em bairros rurais originários de doações de parcelas de terras aos libertos (...) (WISSENBACH, 1998, p.55)

A população sofreu uma mescla de diversos tipos sociais que se organizavam em torno de culturas de subsistência, no que constituiu um campesinato composto por uma população heterogênea, contudo, de condições de vida e visões de mundo similares. As moradias eram: “(...) *no geral choças construídas de pau a pique, de barro a sopapo, ou de adobe, cobertas de sapé ou de qualquer outra palha existente na região*” (WISSENBACH, 1998, p.64). As casas dos negros, caboclos e sertanejos na zona rural eram semelhantes e construídas com os materiais dispostos à mão:

(...) estacas de bambu, troncos de árvores, os tetos recobertos de sapé; o barro que se retira num simples abaixar do corpo e com o qual se recobrem as paredes (...) pouco ou quase nenhum móvel; os leitos, simples esteiras no chão ou então redes; a cozinha que se limita a um fogareiro e a pouquíssimos utensílios; as portas, amarradas de treliças de bambu e cipó (...) (WISSENBACH, 1998, p.64).

Conforme analisa Wissenbach (1998), as variações das casas, no período de final do século XIX e começo do século XX, se davam conforme as particularidades climáticas e as vegetações características de cada região:

Os mocambos em volta de Recife eram feitos igualmente de pau a pique (...) recobertos com folhas de coqueiros, dendezeiros e também das variantes locais de capim-sapé; em vez de cipó, era com fibras de embira que se faziam as amarrações. As mesmas coberturas poderiam ser notadas na versão mineira da casa de pau a pique, denominada “cafua” (...) Nas zonas marítimas e ribeirinhas, nos subúrbios em volta de Teresina, poderiam ser encontradas outras construídas inteiramente das folhas de buritis – um tipo de palmeira -, inclusive portas e janelas (...).(WISSENBACH, 1998, p.65).

Dessa forma, as particularidades das casas eram influenciadas pelos valores culturais dos homens livres, fortemente arraigados, compondo formações sócio-culturais e alterações sócio-econômicas significativas. Em termos culturais, com a mistura étnica, surgiram os caipiras, caboclos, sertanejos, dentre outras denominações que se referiam aos grupos sociais que residiam ou trabalhavam em terra alheia (WISSENBACH, 1998, p.56). Também os hábitos de mudança de lugar dos homens livres fora adotado pelos negros, como meio de escaparem da dominação patriarcal. Esse hábito, porém, garantia às moradias a condição de abandono, o que remetia a um desalento na construção das casas, visto que não eram necessários cuidados com a casa já que elas seriam abandonadas.

Este mesmo desapego se dava também em relação às moradias de famílias imigrantes, que vieram para o Brasil com o intuito de enriquecerem e de retornarem as suas terras, não se preocupando de início, com as peculiaridades em torno da “casa”. O contexto em que se deu esse processo de migração no Brasil foi descrito por Alvim (1998). De forma brilhante, a autora retrata as condições dadas no contexto europeu do século XIX que favoreceram a que um grande contingente de europeus migrasse para o mundo todo e também para o Brasil¹⁴.

A política imigratória brasileira trouxe uma caracterização distinta para a forma de ocupação do território brasileiro, especialmente para a configuração das habitações, tendo se dado de duas formas: por meio de alguns liberais do Império que desejavam

¹⁴ Segundo a autora, com a passagem do sistema de produção feudal para o sistema de produção capitalista na Europa, a concentração de terras passou às mãos de poucos proprietários, os impostos sobre as propriedades aumentaram e, conseqüentemente, o pequeno agricultor ao perder seu pedaço de terra, passou a trabalhar nas indústrias. O avanço tecnológico trouxe, como uma de suas conseqüências, a substituição da mão-de-obra por máquinas, gerando desemprego, e possibilitando ao pequeno agricultor a alternativa de buscar em outros países o ganho financeiro. Emigrar foi a solução encontrada por mais de 50 milhões de europeus que deixaram o continente entre 1830 e 1930 em busca de novas perspectivas e lucros por meio da apropriação de terra (ALVIM, 1998). Eles imaginavam que emigrando para o Brasil, enriqueceriam e depois retornariam às suas terras.

trazer pequenos proprietários para o Brasil, visando povoar as regiões sulinas; e, por meio dos grandes fazendeiros, que desejavam manter uma política agrária voltada para a grande propriedade e agricultura de exportação¹⁵ (ALVIM, 1998). Já os fazendeiros que almejavam as colônias de exploração e o comércio de exportação visavam a introdução “(...) de imigrantes em larga escala que pudessem minorar a escassez de escravos iniciada a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro.” (ALVIM, 1998, p.233). Esta idéia foi executada principalmente em São Paulo, onde fazendeiros pagavam o bilhete do traslado e, em troca, exigiam a presença dos trabalhadores imigrados em suas plantações.

É neste ambiente privado que os imigrantes tentavam manter seus valores, culturas e crenças, buscando assemelhar a paisagem local à do país de origem. A casa dos colonos do Sul, geralmente, possuía a cozinha fora do corpo da moradia e era neste ambiente que se faziam as refeições diárias, praticava-se a higiene pessoal e onde ocorriam reuniões com conhecidos ou vizinhos. Também havia um padrão com relação ao corpo principal da casa:

Dois cômodos serviam de dormitórios, um destinado ao casal (...) e o outro para os demais membros da família, onde dormiam muitas vezes dois ou três na mesma cama (...). Por fim, existia um terceiro compartimento destinado à sala mas que dificilmente, nos primeiros tempos, cumpriu esse papel. Nele se guardavam ferramentas e roupas de trabalho. (ALVIM, 1998, p.249)

Já os colonos italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, que se dirigiram para as fazendas de São Paulo, contaram com uma boa infraestrutura ao desembarcarem, mas tiveram limitações em conseguirem um pedaço de terra, visto que os cafeicultores paulistas almejavam apenas mão-de-obra farta e barata para suas plantações. Assim, os cafeicultores abrigavam os recém-chegados nas hospedarias e, em seguida, os levavam às plantações de café, de onde pagavam seus salários, por meio dos resultados das vendas de produtos das lavouras pessoais. No entanto, as relações entre colonos e fazendeiros firmadas num contrato apenas permitia ao colono a sua retirada

¹⁵ De acordo com essa política, as colônias de povoamento propiciariam o “branqueamento da raça e uma nação mais civilizada”, onde seriam reduzidas as diferenças entre senhor e escravo, com a inserção de pequenos proprietários. Porém, pouco mais da metade das colônias foram criadas, visto que o governo não tinha verbas o suficiente para arcar com o traslado e assentamento do imigrante, ainda que ocorresse o reembolso no prazo de dez anos. Além disso, outros fatores impossibilitaram tal intento: funcionários mal treinados para gerenciar os núcleos; demora na demarcação dos lotes; ausência de hospedarias para abrigar as pessoas após sua chegada, obrigando as famílias a embarcarem para o Sul e lá esperarem de seis meses a um ano para estabelecer, sendo o governo obrigado a mantê-las, aumentando suas despesas; ausência de uma política unitária para a introdução dos imigrantes e ausência de um responsável pela infra-estrutura para os colonos (ALVIM, 1998).

da fazenda por justa causa¹⁶. Os imigrantes que se dirigiram para São Paulo desejavam, tanto quanto aqueles que se dirigiram para o Sul do país, possuir um pedaço de terra. No entanto, não puderam obtê-la em troca de uma dívida de dez anos junto ao governo, pois a população deslocada para São Paulo era escolhida entre as mais pobres, visto que: “(...) *ao estado não convinha financiar passagens para famílias de trabalhadores que após alguns anos conseguissem recursos para abandonar as plantações de café.*” (ALVIM, 1998, p.250).

Ao chegarem, estes colonos contaram com infraestrutura e casa, mas, em troca destas despesas deviam aos fazendeiros mão-de-obra. Na descrição feita por Alvim (1998, p.252), as habitações desses imigrantes paulistanos em muito lembram as habitações populares atuais: “*Distante da casa do fazendeiro se estende uma fileira de casinhas, normalmente construídas com barro e cobertas de palha, minúsculas para o número de pessoas que devem abrigar (...)*”. No espaço interno construído de muros em tijolos ou de pau a pique, predominavam no máximo três ambientes, que não eram separados por portas, e as janelas eram fechadas com madeiras. Na parte externa ou até mesmo interna da casa, havia uma cabana feita de taquara e folhas de palmeira, onde se guardava o milho, porcos, galinhas e cabritos durante a noite (ALVIM, 1998).

Tanto quanto os colonos sulistas, os colonos de São Paulo tentaram reconstruir seus costumes através dos poucos terrenos, que recebiam ou dos lugares destinados à lavoura deles. Contudo, tinham que se adaptar à monotonia dos cafezais, tendo, em poucos casos, a oportunidade de plantar entre as fileiras de café, pés de milho e feijão para comércio e complemento dos salários. Assim, as moradias em São Paulo caracterizaram-se pela impessoalidade, isto é, a casa ainda não havia se tornado fator relevante na vida desses colonos. Eles viviam esperando pelo futuro e deixavam de mobiliar suas casas, juntando dinheiro para o retorno às terras de origem; possuíam cômodos vazios que funcionavam mais como depósito de instrumentos de trabalho. Os imigrantes japoneses pouco se preocupavam com a arrumação e conforto de suas casas, pois, mediante as condições de vida que tinham, almejavam retornar às suas terras de origem o mais rápido possível (ALVIM, 1998).

¹⁶ Segundo Alvim (1998) a possibilidade de saírem da fazenda estava atrelada a algumas condições, a saber, a falta de pagamento; doenças que o impeçam de continuar a trabalhar na fazenda; proibição por parte do proprietário de comprar ou vender a terceiros gêneros dos quais tenha a necessidade, bem como o excedente(...); maus-tratos físicos recebidos do proprietário (...) (ALVIM, 1998, p.250)

Já os colonos sulistas preocupavam-se com a higiene e estética do ambiente interno das casas, que ainda que pequenas, eram limpas, com leitos altos, continham um baú com roupas e colchão de palha no quarto, louças de barro na cozinha, juntamente com mesas, cadeiras ou bancos (ALVIM, 1998).

Com o passar do tempo, visto a impossibilidade de voltarem às suas terras, os colonos de São Paulo passaram a construir mesas e cadeiras, e a se preocuparem mais com o ambiente interno da casa.

No começo do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil e, conseqüentemente, a intensificação das transformações urbanas, as casas passaram a ter decorações interiores e maior conforto. Passa a haver uma maior preocupação com o bem-estar, com o convívio da família e com a intimidade (ALGRANTI, 1997).

Em relação aos espaços de sociabilidade dos colonos tanto do Sul quanto de São Paulo, estes se davam nas ruas ou na igreja, fora do ambiente domiciliar, através das festas religiosas comemoradas com procissões, missas e te-déuns (ALGRANTI, 1997). A igreja “(...) desempenhava a mesma função que as festas públicas, quer nas vilas e arraiais, quer nas grandes propriedades do campo, quando senhores e escravos se reuniam para suas orações” (ALGRANTI, 1997, p.114). Aos poucos também, devido às festas religiosas, o ambiente doméstico foi ganhando dinamismo e se transformando num espaço de confraternizações. Além disso, o ambiente interno doméstico contava com uma série de objetos de uso caseiro e pessoal, que indicavam hábitos e necessidades dos colonos:

(...) espelhos, tinteiros, bengalas, cachimbos, cofres e peças de devoção, com destaque para os rosários, crucifixos e santinhos. Estes últimos encontram-se sempre presentes nos inventários de homens e mulheres devotos, que decoravam seus aposentos com retábulos, nichos com imagens e oratórios de todos os tipos e tamanhos, muitas vezes ricamente adornados, não dispensando os vasos e flores em homenagem aos santos de sua devoção. (ALGRANTI, 1997, p.130).

Com o passar do tempo, em meados do século XVIII, os espaços foram reequacionados no interior das casas: a cozinha passou a integrar o corpo da casa; foram criados oratórios nos quartos ou paredes. Além disso, com a chegada da água encanada, as atividades de limpeza permaneceram na área externa, porém, instalaram-se tanques nas dependências. As mobílias mais elaboradas também ganharam espaço dentro do domicílio, ao chegarem aos portos de Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no início do século XIX, bem como os tapetes e quadros mais sofisticados, dentre outros. Também, as redes que, por vezes, substituíam as camas e cadeiras, foram deixadas de lado e as

camas começaram a aparecer com maior frequência; as paredes antes nuas ou decoradas com quadros religiosos ou crucifixos, passaram a receber quadros com cenas de paisagens. Outras mobílias eram confeccionadas pelos próprios colonos com matéria-prima local (ALGRANTI, 1997).

Até a segunda metade do século XIX, o padrão de casas para homens pobres e livres, no campo e na cidade ainda

(...) consistiam em pequenas choupanas com apenas um ou dois cômodos, nos quais se dormia, cozinhava e que muitas vezes abrigava uma pequena oficina, as casas dos indivíduos com algumas posses dispunha de mais aposentos, geralmente enfileirados. O da frente com janela virada para a rua servindo de sala, e os demais (...) que serviam de quarto de dormir (...). No final instalavam-se a cozinha e o alpendre, que davam para o quintal. (ALGRANTI, 1997. p.99)

Quanto às casas de abastadas famílias, aos poucos elas foram sendo equipadas com o melhor que havia na época, no Reino e na Colônia. Para essa camada, os domicílios passaram a ter um significado maior do que um lugar para se guardar materiais de trabalho e se passar a noite; eles passaram a fornecer proteção, aconchego, privacidade e intimidade.

(...) demonstrando interesse tanto no conforto como no requinte que marcava as moradas dos membros da elite em seu tempo (...). Mesas de vários tipos para os diversos ambientes, sofás e poltronas, escrivaninhas, utensílios de mesa luxuosos, mas também de cozinha e decoração, além de escravos para o serviço doméstico e dos seus caixeiros (...) (ALGRANTI, 1997. p.141)

Nos idos de 1948 a 1954, o estudo de Antônio Cândido (1977) em relação aos caipiras de Bofete, interior de São Paulo, nos permite compreender as mudanças que a moradia sofre ao analisar as mudanças na vida do caipira¹⁷, perceptíveis nas relações de trabalho e comércio, a partir do progresso industrial e da abertura de mercados à urbanização, quando, conseqüentemente, os bens de consumo atingem as áreas rurais. Conforme descreve o autor, o caipira passa a ter novas necessidades e a comprar cada vez mais o que antes produzia: “(...) destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia geral” (CÂNDIDO, 1977, p.165), e para que fossem efetivadas estas compras, o ritmo de trabalho se intensificou. O trabalhador também deixou de lado as formas coletivas de organização do trabalho, individualizando-se (CÂNDIDO, 1977). Com relação aos domicílios, Cândido (1977, p.117) descreveu um dos núcleos de sua pesquisa:

¹⁷ “Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas (...) à área de influência histórica paulista.” (CÂNDIDO, 1977,p.22)

(...) 50 pessoas se distribuíam por 13 das 17 casas existentes, sendo 7 de pau-a-pique barreado (...), 7 de tábuas e 3 de pedra (...) cada morador nunca avista mais que dois vizinhos da porta de sua casa. Obedeciam todas (...) à planta comum da habitação caipira, dividida em quatro peças de parede a meia altura, sem forro (...). As excreções e a higiene corporal se fazem fora, requerendo a bica d'água, provida de tábuas que permitem lavar a roupa. O milho é armazenado em paiol externo, e só o arroz e o feijão guardados na residência. A este mínimo se anexa quase sempre o forno de barro com a sua cobertura de sapé; e ao conjunto é que se pode realmente chamar de habitação rústica.

Os apêndices situados na área externa eram dados pelos chiqueiros, a chocadeira, a moenda manual, o pilão de pé, a horta e as árvores frutíferas. No Morro, um dos núcleos de estudo de Cândido, algumas residências não possuíam apêndices, evidenciando a penúria do morador (CÂNDIDO, 1977).

A casa era expressão do modo de vida do caipira. O ritmo de vida dos caipiras começava cedo se fundindo no ciclo agrícola; eles trabalhavam na espera do retorno que a terra lhes daria. Levantavam às 5 horas da manhã partindo para o local de trabalho, na maioria das vezes, distante da casa. Tinham uma jornada de 12 horas por dia no verão. Nos períodos de menos trabalho aos sábados e domingos, realizavam compras, transações, passeios em festas ou destinados a visitas. Os materiais utilizados no trabalho agrícola eram principalmente a foice e a enxada, posteriormente, o enxadão e a cavadeira. A existência de arados representava melhor situação econômica e era raro nas casas, em 1947; em seguida, em 1954, esse quadro foi se modificando. Ainda havia nas roças as construções de abrigos e malhadores:

Os primeiros vão desde duas cobertas de sapé encontrando-se em ângulo agudo (...) com altura central máxima de um metro ou um metro e meio, até verdadeiros ranchos. Servem para tomar refeições, abrigar da chuva, descansar e guardar instrumentos e colheita. Não raro, as mulheres fazem lá mesmo pamonhas (...). Os malhadores são espécies de jiraus, de cerca de um metro de altura, em que se batem as espigas de arroz (...) (CÂNDIDO, 1977, p.126)

Ao longo dos anos e com a expansão dos modos capitalista de produção, Cândido (1977) notou categorias de fatos de persistência e de alteração com relação aos grupos estudados. Os de persistência consistem em formas sociais e culturais que aconteciam, mas que perduram no presente. Já os de alteração, como o próprio nome se refere, são formações novas, geradas ou incorporadas pelo grupo para adequar-se às mudanças que ocorriam. Nesta mesma análise, Cândido traz à tona a figura de três modalidades de indivíduos: *“1) o caipira que procura enquadrar-se ao máximo nas novas condições; 2) o que se apegua à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; 3) o que é totalmente incapaz de ajustar-se a estas.”*(CÂNDIDO,

1977, p.170). Contudo, o autor conclui de forma pessimista, ao final de sua obra, que o caipira somente tem duas opções a seguir: renunciar ao seu estilo de vida e se integrar ao novo sistema social ou renunciar à sua autonomia, passando ao assalariado urbano e rural, ou à fome.

Baseado nessas opções, para Cândido (1977), houve uma mudança das relações do grupo com o meio, voltado para o aproveitamento dos recursos naturais. Antes, o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta eram práticas que se complementavam, passando posteriormente a terem significados diversos, como por exemplo, a caça como um divertimento. O autor assim explica que: “(...) *a familiaridade do homem com a natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante.*” (CÂNDIDO, 1977. P. 176). Cria-se, portanto, o meio artificial que abre caminho à civilização, o homem rústico fica para trás, desprendendo-se do meio integral e reajustando-se aos meios parciais e desarticulados. Enfim, ele se incorpora a uma nova cultura, a novos hábitos, crenças e valores. A economia capitalista faz emergir novas posições sociais. O autor deixa claro que não há uma substituição mecânica dos padrões, mas sim um ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social, redefinindo os modos de vida do homem rural (CÂNDIDO, 1977). Cabe a ressalva de que o contexto observado por Antônio Cândido foi na região de São Paulo, contudo existem variações nos hábitos e modos de vida nas diferentes regiões do país, que possuem relação direta com a configuração espacial da casa.

No deslocamento da força produtiva do campo para a cidade, e vice versa, pode-se notar uma aproximação dos modos de vida¹⁸ no campo e na cidade. O campo passa a ter acesso a bens, a serviços materiais e culturais, refletindo no estilo de vida e se materializando no padrão de moradia (NASCIMENTO; FIÚZA; PINTO, no prelo). Nessa conjuntura, a casa frequentemente também expressa esses modos de vida e trabalho, uma vez que a distância entre um padrão de casa urbana e um padrão de casa rural vai se reduzindo em função de uma dinâmica de maior interação entre campo e cidade.

¹⁸ Modo de vida seria uma organização da sociedade para satisfazer as suas necessidades, não só de caráter natural, mas também social e cultural. Desta forma, o “rural” e “urbano” que são “(...) *representações sociais, como conteúdos das práticas dos sujeitos e das instituições presentes na sociedade*”; também assumem a significação de modos de vida, já que promovem uma movimentação nos espaços “campo” e “cidade” (NASCIMENTO; FIÚZA; PINTO, no prelo).

2.6. A casa rural em Minas Gerais

O Brasil é composto por regiões com variados costumes, valores e culturas. E, de acordo com DaMatta (1986, p.8), Brasil é “(...) *país, cultura, local geográfico (...) e também casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, lar, ,memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial (...)*”.

É uma casa com diferentes moradas, diferentes povos, com diferentes tradições e estas diferenças refletem significativamente no estilo de moradia da população brasileira.

Além disso, se transferidas para as diversas regiões do país, estas realidades são ainda mais diversificadas: no Norte, com o contato com águas fluviais, no Sul com a presença da imigração européia que influencia o estilo das casas, com a mistura de culturas no Sudeste e com o clima rural do Centro-Oeste e a seca no Nordeste (FERRAZ, 2013).

Da mesma forma, conforme afirma Bosi (2006, p.7), não existe uma cultura brasileira homogênea e a “*admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço*”. Lemos (1989, p.10) ainda complementa, ao dizer que o que caracteriza a casa de uma determinada região é “(...) *o conjunto de critérios que regem a superposição ou a distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço*”. Neste contexto, Lemos (1989) destaca Minas Gerais como sendo a ilha mais portuguesa em sua produção, tendo em vista a breve ocupação territorial em busca de ouro e a anulação da população bandeirante e indígena (LEMOS, 1989).

A casa mineira, principalmente nas grandes cidades, traz consigo traços lusitanos, por meio de sua aparência decorrente das técnicas, dos materiais de construção e da repetição de modismos estilísticos. Contudo, a casa rural brasileira é bem diferente da casa rural de Portugal, visto residir isolada num latifúndio e, por vezes, estando distante léguas de outra morada ou vila. Já em Portugal o que prevalece são os minifúndios que se agrupam ao redor de pequenas aldeias (LEMOS, 1989).

Freyre (2004, p.136) ressalva que “*Só depois de bem iniciado o século XVIII é que na área mineira foram-se radicando, em número considerável, famílias ao solo*”. Até então, não havia habitação sólida e o objetivo prevalecente era a busca por ouro. O que fazia com que os colonos aventureiros se contentassem com a palhoça, a casa de barro ou o casebre, com um gênero de vida, habitação e alimentação próximo do

indígena. Com o tempo a figura feminina portuguesa surge para compor a família desses colonos, cujas ações passam a transmitir o sentido de conforto físico à casa, aos móveis e à vida doméstica (FREYRE, 2004).

Já no período das lavouras de cana e firmada a indústria de açúcar no Brasil, a população foi tomando definições entre senhor e escravo, e a casa colonial foi ganhando formas: casas de pedra, adobe, sapé ou palha; casa de branco ou de negro; sobrados e mucambos (palhoça ou tejupar). Entretanto, a nobreza da casa encontrava-se nos elementos de composição duradoura: pedra e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro, sobrados e casas-grandes (FREYRE, 2004).

Com relação ao mobiliário, este inicialmente não existia nas casas coloniais e, no século XVIII, era destinado às igrejas (BRANDÃO, 2009). Com relação à influência luso no país, pode-se dizer que:

Embora ainda houvesse transposição de peças de mobiliário da metrópole à colônia, o Brasil do século XVIII já contava, certamente, com uma importante produção de mobília, não apenas de aspecto tosco, destinada ao uso cotidiano, mas também aquela de caráter simbólico, associada ao luxo e à ostentação. (BRANDÃO, 2009, p.47)

Contudo, em Minas Gerais, difundiu-se entre os marceneiros atuantes, a simplicidade “(...) *as linhas retas do estilo, onde a madeira não se apresentava mais camuflada pelos entalhes, mas ela mesma em tons claros e escuros, tomando como elemento decorativo simplesmente o contraste de cores de madeira, em forma de incrustações*” (BRANDÃO, 2009, p.48). Nas últimas décadas do século XVIII, constatou-se a transição do estilo rococó ao neoclássico

As pernas dos móveis ganharam um corte circular, ou seja, tornaram-se cilíndricas com estrias, como colunetas (...) Os novos elementos decorativos adotados foram os fios de pérola, os festões de flores, como, aliás, flores miúdas e laços de fita, entalhados em madeira e vazados (BRANDÃO, 2009, p.48).

Enfim, os móveis se diversificavam cada vez mais, e o incremento de sua produção em manufaturas torná-los-ia acessíveis a um número cada vez maior de pessoas (BRANDÃO, 2009). Os móveis também foram ganhando novos formatos e mobiliários antigos foram se misturando e ganhando um estilo moderno. E, como afirma Meneses (2006, p.185), “*A memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano: a mudança*”. É ela que traz a conservação, o desenvolvimento e a cultura de identidade, expressados, no presente contexto, pelos mobiliários introduzidos no Brasil através dos portugueses e que foram modificados ao longo da história.

No geral, pode-se concluir que as políticas públicas habitacionais, em especial as citadas neste capítulo, têm assumido um importante papel na sociedade. Esta, que caracterizou a casa rural, ao longo dos anos, atribuindo-lhe determinados sentidos.

CAPÍTULO III

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, de cunho descritivo e analítico. Como tal, ela objetivou observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas objetivam a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sendo este o intuito do presente trabalho.

3.1. Local de Estudo

A escolha dos municípios de Guiricema e de São Miguel do Anta, como espaço de investigação, justificou-se por estes apresentarem um porte populacional similar, bem como por terem iniciado o processo de implementação do PNHR desde 2011, o que denota maior experiência e conhecimento adquirido com os procedimentos do programa em relação a outros municípios da mesorregião da Zona da Mata Mineira.

O município de Guiricema é delimitado, de forma mais restrita, como fazendo parte da microrregião de Ubá, MG, tendo como limites geográficos outros pequenos municípios: Visconde do Rio Branco, Ervália, São Sebastião da Vargem Alegre, Miraí e Guidoal. Já o município de São Miguel do Anta, que faz parte da microrregião de Viçosa, MG, tem como limites geográficos os municípios de Viçosa, Ervália, Pedra do Anta, Canaã, Teixeiras, Cajuri e Coimbra. Ambos compõem a mesorregião da Zona da Mata Mineira (Figura 1).

A área do município de Guiricema, de acordo com dados do IBGE (2010), é de 294 Km², com população de 8.707 habitantes, distribuídos num percentual de 48,5% (4.225 habitantes) no perímetro urbano e 51,5% (4.482 habitantes) no perímetro rural do município. De forma geral, a densidade populacional no município atinge o índice de 26,83 habitantes/Km².

Em São Miguel do Anta, também de acordo com dados do IBGE (2010), a área do município é de 152Km², com população de 6.760 habitantes, distribuídos em 55,4% no perímetro urbano (3.746 habitantes) e 44,6% na área rural (3.014 habitantes). A densidade populacional no município atinge o índice de 44,44 habitantes/Km².

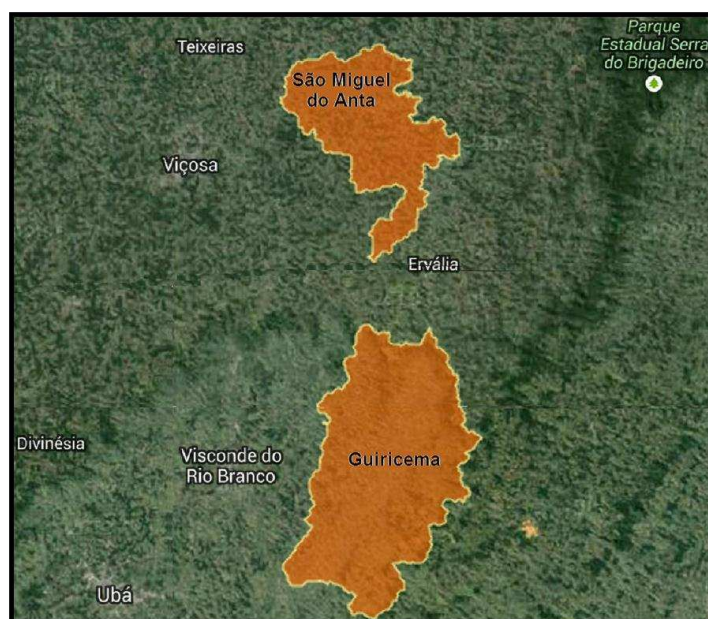


FIGURA 1 – Mapa adaptado (sem escala) dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2014.

Fonte: IBGE Cidades (2014).

A evolução da população, apresentada nas Tabelas 1 e 2, aponta que, tal qual a tendência nacional, a população urbana experimentou um crescimento percentual ao longo dos anos (IBGE, 2010).

TABELA 1 – Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2010 em números relativos e absolutos em Guiricema, MG.

População residente			
ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	2.290 (16,4%)	11.643 (83,6%)	13.933
1980	2.353 (22,5%)	8.098 (77,5%)	10.451
1991	3.359 (32,6%)	6.938 (67,4%)	10.295
2000	3.939 (42,6%)	5.299 (57,4%)	9.238
2004			8.726
2007			8.906
2010	4.225 (48,5%)	4.482 (51,5%)	8.707
2013*	-	-	8.838

Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

* Dados Preliminares (estimativa populacional)

TABELA 2 – Evolução da população urbana e rural nos anos de 1970 a 2010 em números relativos e absolutos em São Miguel do Anta, MG.

População residente			
ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	1.742 (28,6%)	4.346 (71,4%)	6.088
1980	2.143 (38,9%)	3.363 (61,1%)	5.506
1991	2.782 (44%)	3.533 (56%)	6.315
2000	3.332 (50,2%)	3.309 (49,8%)	6.641
2005			6.845
2010	3.746 (55,4%)	3.014 (44,6%)	6.760
2013*	-	-	6.991

Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

* Dados Preliminares (estimativa populacional)

Pode-se dizer, a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que o município de Guiricema apresentou uma queda populacional, ao longo dos últimos quarenta anos, enquanto que, de acordo com a Tabela 2, o município de São Miguel do Anta apresentou pouca alteração populacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que os municípios de Guiricema e São Miguel do Anta apresentaram uma queda da evolução populacional rural, ao longo dos últimos quarenta anos.

3.1.1. Unidade empírica de análise: o PNHR nos municípios

No município de Guiricema em Minas Gerais, de acordo com informações obtidas junto às EOs, após assinatura do contrato para aquisição da casa, os futuros beneficiários pagam o valor de 2 (dois) salários mínimos referentes ao contrato da empresa terceirizada, que disponibiliza os Responsáveis Técnicos - assistente social e engenheiro - para atuação no projeto.

Após o início da construção das casas, o beneficiário terá que pagar anualmente 4(quatro) parcelas de R\$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) à CEF; podendo ocupar a casa antes mesmo de quitar este valor. No município, são destinados R\$28.500,00 (vinte e outro mil e quinhentos reais) para a construção de cada casa, sendo que destes, R\$21.000,00(vinte e um mil) são destinados a materiais de construção, e R\$7.500,00 destinado à mão-de-obra do pedreiro e do servente. O regime

de construção das Unidades Habitacionais é a autoconstrução assistida.¹⁹ Contudo, a construção deve seguir a planta padronizada, alterando somente a cor da casa, cerâmica, a cor do Box, vaso e pia. Quando o beneficiário agrega outros itens na construção ou escolhe materiais com valores superiores, a diferença em relação ao recurso liberado é paga pelo próprio beneficiário. Caso a planta da casa seja alterada, com mudanças na estrutura da mesma, o beneficiário é impedido de recebê-la, travando assim o processo de execução do Programa. Na planta da casa (Figura 2) constam dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e uma varanda pequena.

No município de Guiricema a Entidade Organizadora (EO) do Programa é o Sindicato dos Produtores Rurais de Guiricema – SINDRUGUI - em parceria com a Associação dos Produtores Rurais.



FIGURA 2 – Planta da casa do município de Guiricema – MG, 2013.

Fonte: SINDRUGUI (2013).

¹⁹ No PNHR são permitidos os seguintes regimes de construção: Autoconstrução assistida - a construção é executada pelo beneficiário com o auxílio de assistência técnica especializada (engenheiro, mestre de obras, pedreiro, eletricitista); Mutirão assistido - a construção é executada pelos beneficiários, reciprocamente, com o auxílio de assistência técnica especializada (engenheiro, mestre de obras, pedreiro, eletricitista); Administração direta - a construção é executada pelos funcionários da Entidade Organizadora ou por mão-de-obra a ela vinculada; Empreitada global - a construção é executada por uma construtora, que administra os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para execução do empreendimento. Dados disponíveis em : < www.caixa.gov.br>. Acesso realizado em janeiro de 2014.

Já no município de São Miguel do Anta em Minas Gerais, segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Miguel do Anta (EO), e da Emater de São Miguel do Anta, a CEF define e disponibiliza o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a construção da Unidade Habitacional e para a mão-de-obra, sendo R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) destinados à construção das casas e R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) destinados aos gastos com pedreiro. Os gastos com servente de pedreiro ficam por conta da família. O recurso para contratar os Responsáveis Técnicos (o engenheiro e a assistente social) não está incluso neste valor, mas é pago pelo Governo.

Neste projeto o beneficiário paga anualmente 4 (quatro) parcelas de R\$250,00 à CEF somente. O próximo projeto do Programa no município terá um recurso de R\$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) destinado à construção de cada casa, tendo o beneficiário que pagar, durante 4 (quatro) anos, o valor de R\$285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) à CEF. O processo de construção das casas dura em torno de 1 ano, 36 casas já foram entregues e existe uma lista de 76 pedidos.

O regime de construção das casas também é a autoconstrução assistida, sendo que cada família escolhe o pedreiro que deseja contratar. Quanto aos materiais de construção, são realizados 3 (três) orçamentos nas lojas, sendo escolhida a loja com o orçamento mais barato. A CRE e a CAO juntamente com a EO ficam responsáveis por realizarem estes orçamentos. Foram disponibilizadas 3 opções de cerâmica para a escolha. Porém, as janelas e portas foram padronizadas, bem como a pintura externa da casa. Quanto à área interna é possível que os beneficiários, se assim desejarem, modifiquem as cores das paredes, inicialmente pintadas de branco. A pia e o tanque foram comprados em tamanho pequeno e com preço mais acessível, pois havia uma dúvida se os recursos seriam suficientes para cobrir todos os custos previstos no projeto. Contudo, os recursos foram poupados de forma que foi possível construir uma varanda de 3 metros de largura, a qual não estava no projeto. Na planta da casa (Figura 3) constam três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro.

Percebe-se, assim, que os municípios possuem características diferentes de implementação e execução do PNHR visto que cada um tem suas peculiaridades. Contudo, eles têm um único objetivo, que é o de atender às famílias que necessitam de moradia, fator este, que torna a presente pesquisa mais instigante.

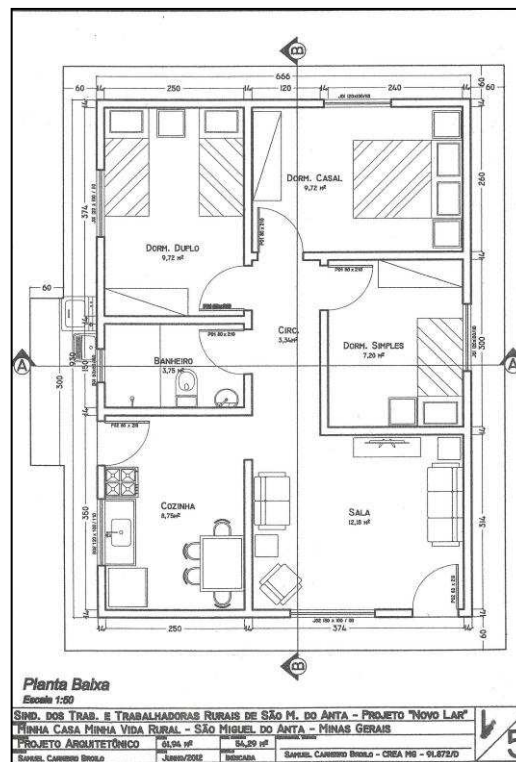


FIGURA 3 – Planta da casa do município de São Miguel do Anta – MG, 2013.

Fonte: EMATER (2013).

3.2. População e amostra

A pesquisa foi realizada num período de 2 (dois) meses, com as famílias do grupo I ²⁰, que receberam e que receberão os benefícios do PNHR, circunscrito aos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG. Para seleção da amostra foram utilizadas listagens com os dados dos beneficiários (nome e endereço) fornecidas pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Guiricema (SINDRUGUI) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de São Miguel do Anta. Outras informações, tais como, planta das casas, foram obtidas por meio do SINDRUGUI e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Miguel do Anta. A escolha dessas instituições se justificou pelo fato de que as mesmas detinham informações sobre as famílias pertencentes aos referidos municípios, em razão da necessidade de ter informações para o controle do atendimento às propriedades agrícolas familiares, em termos de atendimento técnico, como é o caso da EMATER, e em razão dos Sindicatos assumirem o papel de Entidade Organizadora (EO) dentro do programa.

²⁰ Aqueles agricultores familiares ou trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00.

Dessa forma, ao ter acesso às listagens fornecidas pelo SINDRUGUI e pela EMATER de São Miguel do Anta, constatou-se que o total de famílias cadastradas no Programa Nacional de Habitação Rural nestes dois municípios era de 237 famílias, havendo entre essas, famílias que já receberam o benefício da casa e famílias que ainda irão receber; bem como famílias cuja casa está em nome da mulher e outras cuja casa está em nome do homem (Tabela 3).

TABELA 3 – Municípios pesquisados e dados das famílias referentes ao PNHR, 2013.

Municípios pesquisados	Nº de famílias do PNHR	Nº de famílias que receberam o benefício da casa	Nº de famílias que ainda não receberam	Nº de homens inscritos	Nº de Mulheres inscritas
Guiricema	122	80	42	94	28
São Miguel do Anta	115	36	79	88	27

Fonte: SINDRUGUI (2013); EMATER (2013).

Dessa forma, a amostra foi construída, com base no número total das famílias cadastradas no PNHR, nos dois municípios.

A pesquisa de campo contou com o auxílio do presidente do SINDRUGUI e dos técnicos da EMATER de Guiricema e da EMATER de São Miguel do Anta, que auxiliaram no transporte e na localização das famílias beneficiárias do programa. Contou também com a ajuda de alguns moradores das regiões visitadas que possuíam um amplo conhecimento local. Essas pessoas serviram de guias para o trabalho de campo, o que permitiu identificar as famílias a serem pesquisadas, possibilitando o acesso a elas, e uma maior proximidade e confiança durante a realização das entrevistas. Ao todo, foram entrevistadas 55 famílias, distribuídas nos dois municípios, sendo 24 famílias pertencentes ao município de Guiricema e 31 famílias pertencentes ao município de São Miguel do Anta.

Para o cálculo da amostra, devido à população relativamente pequena de tamanho N , utilizou-se a determinação do tamanho da amostra para populações finitas, de acordo com Triola (2013, p.279):

$$\eta = \frac{N.p.q(Z\alpha/2)^2}{p.q(Z\alpha/2)^2 + (N-1)E^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

$Z \sigma/2$ = valor crítico tabelado de uma distribuição normal

N = tamanho populacional

p = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada

q = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estudada ($q = 1 - p$)

E = margem de erro ou erro máximo de estimativa

Foram realizados os cálculos, considerando um nível de confiança de 90%, e utilizando o erro máximo de 10% que, de acordo com Triola (2013, p.267), pode ser considerado um dos níveis de confiança mais comuns em pesquisas aplicadas a Ciências Humanas.

As proporções p e q foram substituídas, respectivamente, pela porcentagem referente a número de famílias beneficiárias do PNHR nos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta. Para Guiricema com 122 famílias totalizou 51% e São Miguel do Anta totalizou 49% do total de famílias nos dois municípios. Considerando a equação estatística, N é igual a 237, e o valor de $Z\sigma/2$ é tabelado²¹ em 1,645. Substituindo os valores na equação têm-se:

$$n = 237 \times 0,51 \times 0,49 \times (1,645)^2 / 0,51 \times 0,49 \times 1,645^2 + (237-1) \times (0,1)^2$$

A partir deste cálculo obteve-se um total de aproximadamente 53 famílias a serem entrevistadas no período de setembro e outubro de 2013. No entanto, por questão de precaução, achou-se conveniente entrevistar 55 famílias para garantir o total de 53 famílias estipulados *a priori*, caso fosse necessário a exclusão de alguma entrevista.

3.3. Método de coleta de dados

O método de coleta de dados adotado na pesquisa foi o estudo de caso, pois ele nos permite uma análise mais profunda da unidade de estudo e, portanto, uma maior compreensão do mesmo. Para Gil (1995, p.58): “o estudo de caso é caracterizado pelo

²¹ Verifica-se esse valor crítico ($Z_{\alpha/2}$) na tabela apresentada por Triola (2013, p.270), que corresponde a 1,645 com $\alpha = 0,10$ e nível de confiança 90%.

estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo (...)”.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas²², com auxílio de formulário, observações sistemáticas e assistemáticas²³, além da análise documental. Também foram utilizados procedimentos técnicos de registro de dados, tais como: gravação e fotografia. De acordo com Gil (1995), é importante a utilização de mais de um procedimento de coleta de dados, uma vez que isto contribui para a diminuição ou mesmo a eliminação das limitações de cada técnica.

3.4. Variáveis envolvidas no estudo

Para analisar o **perfil socioeconômico** das famílias beneficiárias do PNHR, foram consideradas as seguintes variáveis: idade, sexo, escolaridade, renda, cidade de origem (naturalidade), ocupação, composição da família, dentre outras. Para interpretação dessas variáveis, tomou-se como base a categoria analítica família. A categoria “família” permitiu estabelecer critérios de modo a conhecer esses indivíduos que receberam e que receberão o benefício da “casa” pelo PNHR. Tais informações foram adquiridas junto aos membros das famílias inscritos no Programa - mulheres ou homens com idade acima de 18 (dezoito) anos e responsáveis pela casa. As técnicas utilizadas para a coleta desses dados foram as entrevistas semi-estruturadas e a pesquisa documental em arquivos obtidos por meio do SINDRUGUI e da EMATER de São Miguel do Anta.

Para **identificar o significado e as expectativas de moradia presentes nos beneficiários do PNHR e em que medida a unidade habitacional do PNHR está em consonância com a expectativa de “casa” dos beneficiários**, foram consideradas as seguintes variáveis: representações de habitação dos beneficiários, o “sentido” de casa, imaginação do equacionamento dos espaços e mobiliário, dentre outras. Para interpretação dessas variáveis, houve embasamento em algumas categorias analíticas: o significado da casa e as expectativas dos beneficiários.

²² A entrevista é parcialmente estruturada quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso e, dessa maneira, possui uma flexibilidade para a colocação de novas questões no decorrer da entrevista (GIL, 1995).

²³ A técnica de observações, baseada em Marconi e Lakatos (2011), é dividida em observação direta intensiva sistemática e observação direta intensiva assistemática. A primeira busca observar alguns pontos específicos, já a segunda se refere à observação casualmente de alguns fatos, que podem ser relevantes à pesquisa.

Tais informações foram adquiridas junto aos membros das famílias beneficiárias do Programa, que foram inscritos no mesmo. As técnicas utilizadas para a coleta desses dados foram as entrevistas semi-estruturadas e a pesquisa documental (por meio das plantas das casas). As entrevistas foram realizadas mediante um termo de consentimento, gravadas e transcritas para a devida interpretação.

Por fim, com o intuito de **verificar as formas de utilização e funções associadas aos espaços da casa, dos cômodos e mobiliários pelos beneficiários do PNHR** foram utilizadas como categorias analíticas o uso e as funções dos espaços. E como variáveis, foram consideradas as seguintes: reflexos culturais, sociais e econômicos dos elementos que compõem o espaço doméstico do beneficiário, valores e crenças presentes no grupo familiar do beneficiado, os hábitos familiares, dentre outras. Essas variáveis foram obtidas pela realização de observações diretas, entrevistas semi-estruturadas junto aos membros familiares e levantamento fotográfico dos espaços da casa²⁴.

3.5. Método de Análise dos Dados

Para analisar os dados primários, referentes àqueles obtidos das entrevistas junto às famílias, utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, por meio do programa Software Statistical Package for Social Sciences (SPSS) - versão 20.0 – através de estatística descritiva mediante a verificação de frequências simples, média, porcentagem, montagem de tabelas e quadros, visando responder aos objetivos do estudo.

As questões abertas foram analisadas de modo a compreender a expectativa de moradia dos beneficiários do PNHR e como esta está sendo contemplada no referido Programa. A transcrição das entrevistas, observações e registros fotográficos deram o ponto de partida para o estudo. Os outros dados e informações coletados a partir da pesquisa documental foram analisados levando em consideração os objetivos e categorias adotados pelo projeto, com a intenção de contribuir na aquisição de conhecimento sobre o universo de estudo. E finalmente, a partir da tabulação e aplicação de técnicas descritivas de análise e com base no referencial teórico, os resultados foram interpretados com o intuito de responder o problema da pesquisa.

²⁴ Após concessão das famílias, ao término das entrevistas, todos os detalhes das casas foram fotografados, para o detalhamento dos registros. Todos os registros fotográficos das casas permitiram à pesquisadora fazer uma análise e comparação das mesmas (que já foram construídas pelo PNHR), sendo uma num tempo pretérito e outra num tempo presente.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo objetiva apresentar os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, descrevendo primeiramente o perfil socioeconômico dos entrevistados e de seus familiares. Em seguida, identificou-se o significado e as expectativas de moradia expressas nos beneficiários do PNHR e em que medida a unidade habitacional do PNHR estava em consonância com a expectativa de “casa” dos beneficiários. Finalmente, examinou-se as formas de utilização e as funções associadas aos espaços da casa, dos cômodos e mobiliários pelos beneficiários do PNHR.

4.1. Perfil Socioeconômico

4.1.1. Perfil socioeconômico dos entrevistados

A Tabela 4 apresenta o perfil socioeconômico dos entrevistados pertencentes aos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, sendo realizadas 24 e 31 entrevistas respectivamente.

Do total de entrevistados, 33,3% eram do sexo feminino, no município de Guiricema, enquanto, em São Miguel do Anta, correspondia a 51,6%. De acordo com o artigo 3º da Lei Nº12.424/2011, já citado neste trabalho, o PNHR exige determinados requisitos para que a família participe do mesmo, dentre eles: “*IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar*”. Contudo, constatou-se no município de Guiricema, uma possível masculinização do campo ou parte de um contexto cultural em que o homem é o chefe da família, em função da porcentagem relativamente baixa de mulheres responsáveis pela unidade familiar. Esse fator conduziu para que as entrevistas fossem realizadas junto aos membros das famílias inscritos no Programa - mulheres ou homens com idade acima de 18 (dezoito) anos e responsáveis pela casa.

TABELA 4 – Perfil socioeconômico dos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.

CARACTERÍSTICAS	GUIRICEMA	SÃO MIGUEL DO ANTA
Idade Média (em anos)	46,4	39,5
Número de membros na família		
Média	3	3,6
Sexo (%)		
Masculino	66,7	48,4
Feminino	33,3	51,6
Escolaridade (%)		
Não sabe ler e/ou escrever	8,3	3,2
Sabe ler e escrever sem ter completado qualquer nível de ensino	0,0	3,2
Ensino Fundamental Incompleto	83,3	58,1
Ensino Fundamental Completo	0,0	6,5
Ensino Médio Incompleto	4,2	6,5
Ensino Médio Completo	0,0	22,6
Ensino Superior Completo	4,2	0,0
Estuda (%)		
Sim	0,0	3,2
Não	100,0	96,8
Onde estuda (%)		
Área urbana	0,0	3,2
Área rural	0,0	0,0
Trabalha (%)		
Sim	66,7	67,7
Não	33,3	32,3
Trabalho que desenvolve (%)		
Produtor(a) rural	38,9	78,3
Outras atividades	61,1	21,7
Local de trabalho (%)		
Área rural	75,0	95,2
Área urbana	8,3	4,8
Em casa	16,7	0,0
Rendimento médio da família (%)		
Menos de 1 salário mínimo	25,0	35,5
1 salário mínimo a 2 salários mínimos	50,0	48,4
2 salários mínimos a 3 salários mínimos	16,7	9,7
3 salários mínimos a 4 salários mínimos	4,2	6,5
4 salários mínimos a 5 salários mínimos	4,2	0,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à média do número de membros na família, observou-se nos dois municípios uma similaridade nos resultados, no qual oscila entre 3 a 3,6 membros. Ao analisar a média da faixa etária dos entrevistados nos municípios, verificou-se que, em Guiricema, a média era de 46,4 anos e, em São Miguel, de 39,5 anos. Durante a pesquisa, foi notado que há um maior investimento em UHs para jovens, o que denota preocupação com a ocorrência da evasão rural e com a manutenção do jovem no campo.

Quanto à escolaridade, verificou-se nas duas regiões um maior índice de entrevistados que possuem ensino fundamental incompleto (83,3% e 58,1%), sendo que somente um entrevistado havia completado o ensino superior. A maioria optou por não estudar ou encerrar os estudos antecipadamente, devido ao trabalho, o que é evidenciado pelos percentuais dos que exercem alguma atividade econômica. A maioria dessas atividades é desenvolvida no campo, um percentual de 75% e 95,2%, de forma respectiva, em ambas as cidades.

Observou-se também uma considerável porcentagem de aposentados no município de Guiricema, correspondendo a 27,8% dos entrevistados.

Nos dois municípios o número mínimo de integrantes na família foi de 2 membros e o máximo foi de 9, embora a média, em torno de 3 pessoas, evidencie uma redução do tamanho da família.

Quanto ao rendimento total médio da família, em Guiricema, registrou-se um percentual maior de 50% para famílias com renda de 1 a 2 salários mínimos, bem como um percentual de 48,4% em São Miguel do Anta. Em segundo lugar, estão as famílias com rendimento total médio inferior a 1 salário mínimo. Importa considerar que o PNHR tem como requisito básico, para o primeiro grupo, que a renda familiar bruta anual seja de até R\$15.000,00, ou R\$1.250,00 por mês. Dessa forma, no geral, os entrevistados se enquadram na exigência do Programa. Contudo, foram registrados alguns casos que ultrapassam o valor de rendimento requisitado, o que denota que as regras do PNHR podem não estar sendo seguidas de forma rigorosa nos municípios, atendendo a camadas populacionais que apenas possuem demanda pela casa e não, por necessidade.

4.1.2. Perfil socioeconômico das famílias dos entrevistados

Com relação às famílias dos entrevistados, foram obtidos os resultados expostos na Tabela 5.

TABELA 5 – Perfil socioeconômico dos membros das famílias que residem com os entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.

CARACTERÍSTICAS	GUIRICEMA	SÃO MIGUEL DO ANTA
Idade média dos membros (em anos)	32,6	38
Sexo dos membros da família (%)		
Feminino	47,9	44,4
Masculino	52,1	55,6
Grau de parentesco (%)		
Cônjuge/Companheiro	39,6	18,5
Filho/a	47,9	22,2
Pai/mãe	4,2	22,2
Outro familiar	2,1	34,6
Outro não familiar	6,3	2,5
Escolaridade (%)		
Não sabe ler e/ou escrever	10,4	18,5
Sabe ler e escrever sem ter completado qualquer nível de ensino	8,3	4,9
Ensino Fundamental Incompleto	68,8	54,3
Ensino Fundamental Completo	2,1	4,9
Ensino Médio Incompleto	2,1	4,9
Ensino Médio Completo	8,3	11,1
Ensino Superior Completo	0	1,2
Estuda (%)		
Sim	31,3	22,2
Não	68,8	77,8
Onde estuda (%)		
Área urbana	87,5	27,8
Área rural	6,3	55,6
Visconde do Rio Branco (município vizinho)	6,3	0,0
Viçosa (município vizinho)	0,0	16,7
Trabalha (%)		
Sim	47,9	55,6
Não	52,1	44,4
Qual trabalho desenvolve (%)		
Produtor rural	36,7	51,7
Outros	63,3	48,3
Local do trabalho (%)		
Área rural	65,2	75,6
Área urbana	26,1	15,6
Em casa	8,7	8,9
Rendimento médio da família (%)		
Menos de 1 salário mínimo	27,1	42,0
1 salário mínimo a 2 salários mínimos	43,8	46,9
2 salários mínimos a 3 salários mínimos	18,8	6,2
3 salários mínimos a 4 salários mínimos	4,2	4,9
4 salários mínimos a 5 salários mínimos	6,3	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao analisar as 55 famílias dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta, totalizando 48 e 82 pessoas respectivamente, verificou-se que dessas, 52,1% e 55,6% são do sexo masculino.

Outro dado importante se encontra na idade média dos membros das famílias dos entrevistados: 32,6 e 38,0 anos, em Guiricema e São Miguel do Anta, respectivamente. Estas famílias são diversificadas e compostas por diferentes pessoas: pai, mãe, filhos, outro familiar (irmãos, tios, tias) e outro não familiar, dentre outros.

Quanto à escolaridade, a preponderância nos dois municípios foi de pessoas que possuem ensino fundamental incompleto. Sendo que mais de 68% não estudam nos referidos municípios, e dos que estudam apenas 6,3% se encontram na área rural, no município de Guiricema, enquanto 55,6% residem na área rural de São Miguel do Anta. São pessoas que deixaram de estudar para receberem renda em atividades do campo ou da cidade, sendo possível afirmar que o grau de escolaridade é baixo entre as pessoas residentes em domicílios rurais.

No que diz respeito ao trabalho, observou-se que os percentuais dos que trabalham e dos que não trabalham no município de Guiricema são muito próximos, 47,9% e 52,1%, respectivamente. Já em São Miguel do Anta, a situação se inverte, com o registro de 55,6% que trabalham e 44,4% que não trabalham. Muitos dentre os que não trabalham são crianças, aposentados ou pensionistas. O registro de aposentados é de 20% no município de Guiricema e de 21,7% em São Miguel do Anta. A atividade de produtor rural preponderou no município de São Miguel com 51,7%, diferentemente do outro município em que se registraram apenas 36,7%. As demais atividades foram de: secretária, servente de pedreiro, pedreiro, ceramista, vendedor, balconista, montador, do lar, diarista, faxineira, professora, operador de máquina, empregada doméstica, gesseiro, garçoneiro e motorista. Essa variedade de profissões expressa o quanto a atividade agropecuária tem sido substituída ou, até mesmo, desvalorizada no meio rural. Segundo Cândido (1977), essa mudança, em termos de priorização das atividades, caracteriza o surgimento de uma nova civilização e da mudança de cultura, valores, hábitos e crenças.

Em termos de localização do trabalho, muitos ainda permanecem no meio rural, conforme é evidenciado na Tabela 4: onde 65,2% e 77,6% trabalham no campo nos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta, respectivamente. O rendimento médio das famílias, conforme informado anteriormente, está entre 1,0 e 2,0 salários mínimos.

Considerando o perfil socioeconômico dos entrevistados e de suas famílias, percebe-se certa discrepância entre algumas diretrizes do Programa e a real situação dos

entrevistados e seus familiares, como por exemplo, o fato de algumas famílias receberem mais que o exigido pelo PNHR, e, mesmo assim, enquadradas no Grupo I.

Estas e outras informações obtidas atenderam ao primeiro objetivo deste estudo e suscitam questionamentos sobre como tem sido realizada a seleção das famílias participantes do Programa e quais as limitações e os avanços encontrados nesta seleção.

4.2. Significado e expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR

O objetivo deste item é analisar o significado atribuído à casa e as expectativas com relação à mesma. Dos entrevistados, importa citar que 66,7% e 41,9% receberam o benefício da casa em Guiricema e São Miguel do Anta, respectivamente. Os que ainda não receberam, também foram entrevistados, e estão no aguardo da liberação da Caixa e do Engenheiro Responsável (RT) para a construção das Unidades Habitacionais. Dessa forma, algumas percepções de moradia podem se dar diferenciadamente, e outras de forma similar, tendo em vista que, mesmo aqueles que ainda não receberam o benefício, sofrem influência do contato com vizinhos e familiares já residentes na UH.

4.2.1. Percepção da casa pelos entrevistados

Conforme apresentado no capítulo 2, a “casa” possui a função de dar abrigo e foi se transformando ao longo da história num ambiente favorável à privacidade, intimidade, transposição da cultura e de vivências. Com a finalidade de verificar o significado de moradia na percepção dos entrevistados, aos mesmos foi solicitada uma descrição da percepção da casa construída pelo PNHR, em que eles residem ou que irão residir (Tabela 6).

Do total dos entrevistados, 43,6% (dentre os que receberam e os que não receberam o benefício) responderam que a casa é bem dividida e possui um tamanho bom, adequado para a habitação. Já 20% responderam que os cômodos são grandes. Importa ressaltar que nas falas revelou-se de imediato um conformismo com relação à nova moradia. Contudo, no decorrer da entrevista, este ponto de vista foi mudando e novas percepções foram ganhando espaço. Os entrevistados demonstravam gratidão pela iniciativa do Governo e pela execução do projeto das moradias, mas, ao serem questionados detalhadamente acerca da efetividade dos cômodos aliada à realidade vivida pelos mesmos, lacunas no projeto foram notadas.

TABELA 6 – Percepção da casa pelos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	%
Cômodos grandes	20,0
Uma casa bem dividida num tamanho bom	43,6
Tamanho médio	12,7
Casa espaçosa, banheiro espaçoso forrado, cerâmica em tudo	3,6
Cômodos sem espaço para modificações	1,8
Não respondeu	18,2

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2.2. Descrição da casa pelos entrevistados

Em outro momento, foi solicitado aos entrevistados, que descrevessem a casa do Programa (Tabela 7).

TABELA 7 - Descrição da casa pelos entrevistados dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG, 2013.

Descreva a casa	
Descrição	%
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 área de serviço e 1 varanda	7,3
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 área de saída, 1 pia na cozinha e no banheiro	1,8
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 2 áreas	3,6
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 2 varandinhas	14,5
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala conjugada com a cozinha, 1 varanda, 1 área de serviço	3,6
4 cômodos, 1 varanda, 1 banheiro, 1 área de serviço	1,8
2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro, 1 alpendre	1,8
2 quartos, 1 cozinha, 1 banheiro e 1 sala.	7,3
2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 varanda	7,3
2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro, 1 alpendre e 1 área de serviço.	1,8
3 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 varanda/área	23,6
3 quartos, 1 cozinha, 1 sala e 1 banheiro	9,1
Tem 1 quarto de casal, 1 de solteiro e 1 simples, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha	1,8
3 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, um corredor pequeno, 1 varanda/área	5,5
3 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 salinha (copa), 1 cozinha, 1 fogão de lenha, 1 varanda/área	1,8
2 ou 3 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 varanda	1,8
2 quartos, 1 cozinha, 1 sala, 1 salinha (copa), 1 banheiro, 1 varanda	1,8
Não respondeu	3,6

Fonte: Dados da Pesquisa.

Esperava-se que as descrições fossem mais variadas por serem pessoais, porém, houve uma generalização dessas descrições, visto que a casa segue uma planta padronizada, conforme relatam duas moradoras:

Ah (...) tem três quartos, a sala, a cozinha e o banheiro...e tem uma varanda. É isso mesmo que eles estão fazendo né?! rs...mas que eu vi lá é isso aí mesmo. (entrevista 03, São Miguel do Anta)

Eu acho que vai ser igual a essas outras mesmo né, eu acho...tem que ter três quartos, cozinha né, tem que ter cozinha, banheiro, a sala, tem que ter uma salinha (uma copa)...igual aqui né...e fogão de lenha que eles num iam aceitar fazer né, só que na roça tem que ter fogão de lenha né...e varanda (entrevista 13, São Miguel do Anta)

Nas exposições apresentadas, a entrevistada 13 demonstrou seus anseios por uma copa e um fogão de lenha, mesmo sabendo que a casa será igual às outras já construídas.

Dentre as descrições mais relevantes da casa, 23,6% dos entrevistados afirmaram haver na casa 3 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha e 1 varanda/área; sendo estes, moradores do município de São Miguel do Anta, que já conheciam a planta. Da mesma forma, 14,5% dos entrevistados do município de Guiricema afirmaram haver na casa: 2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 2 varandinhas. Essa exatidão na descrição se deu visto que muitos dos beneficiários já tinham a residência construída, e aqueles que não a tinham, obtiveram informações por meio de outros beneficiários da região. Entretanto, ainda que seja relevante este resultado é baixo, se comparado ao total de entrevistados. O que permitiu inferir que muitos beneficiários desconhecem o modelo de planta implantado ou a ser implantado.

Nestas falas, ficou claro que a função de alguns cômodos para uns era um pouco confusa. Por vezes, a área de serviço, a varanda e o alpendre pareciam ter a mesma função. Na tentativa de trazer a compreensão ao leitor, Lemos (1989, p.27) esclarece que a área de serviço chegou ao Brasil em meados do século XX bastante diminuída, já o alpendre era comum em construções rurais nordestinas e é “(...) o telhado que se prolonga para fora da parede mestra da casa e que é apoiado em sua extremidade por colunas, tendo como função precípua fazer sombra à construção (...)”. Entretanto, há uma confusão histórica entre o termo alpendre e varanda, visto que, em 1498, no roteiro de viagem de Vasco da Gama, há a menção da palavra varanda como um local alpendrado. De forma simplificada, Lemos (1989, p.30) explica que alpendre é uma

construção anexa a casa, e varanda é um “(...) refrescante local de lazer, de estar, na casa tropical”. Complementa que “Um alpendre pode vir a ser uma varanda, mas nem toda varanda é alpendrada”. Freyre (2004) traz que foi nas moradas dos abastados no Sul do país, fora do limite urbano, que surgiram as varandas, sustentadas por pilares ou colunas de alvenaria rebocada.

Uma das moradoras da unidade habitacional do PNHR do município de Guiricema, alegou que a área de serviço não tem sido muita utilizada, porque seu tamanho não comporta os eletrodomésticos, estando para ela aquém do esperado (Figura 4):

Ah é bem pequena num cabe nem o tanquinho, porque colocou um pequeninho alí mas não cabe a máquina de lavar sabe (...) ficou sem espaço né, porque num pode pôr uma máquina porque não tem uma porta, e não pode deixar no aberto...aí teve que pôr aqui dentro de casa. No dia de bater roupa arrasta pra lá...acabou de lavar roupa, tem que botar dentro de casa..aí era bom se tivesse uma varanda né pra área de serviço que fecha né. Mas eu já até pensei de pôr uma grade, mas diz que fica caro, fica na base de uns 500 reais, e a gente ainda ta devendo um pouquinho aí num pode fazer essa compra enquanto num acertar o que tem de acertar.(Entrevista 11, Guiricema)

A lavanderia é muito pequenininha né...se colocar um tanque num cabe uma máquina, então... (risos) (Entrevista 20, Guiricema)

Nas descrições do quadro 2, também se observou que havia o interesse de alguns beneficiários em ter 1 fogão de lenha e/ou uma salinha (copa) na casa.



FIGURA 4 - Área de serviço da casa do PNHR do município de Guiricema-MG, 2013.
Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2.3. Nível de satisfação com relação à casa construída

Foi questionado aos entrevistados por meio de uma questão aberta, se a casa construída atende ou atenderá às necessidades de moradia dos mesmos; 85,5% responderam que sim e somente 14,5% disseram que não.

Ao serem perguntados sobre o motivo da satisfação ou da insatisfação (Tabela 8), 27,7% declararam que “a casa é boa”, e 12,8% responderam que “a casa é bem confortável e grande”. A satisfação dos beneficiários com a casa, é ilustrada pelas falas seguintes:

Pra mim vai atender ué...se essa casa vim pra mim...pra mim vai ser o conforto da minha vida né... (Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Atende porque os cômodos são tudo bom né...quartos tudo grande, a única que ficou menor foi a cozinha (...) mas os quartos precisava ser uns quartos bons...eles são bons...a sala muito boa...o banheiro num precisa melhor, pra roça num precisa melhor...o banheiro ficou grandão mesmo. (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

Essas falas transmitem a ideia de tranquilidade, paz e conforto - refúgio que há no espaço interior – com relação “(...) aos rigores das intempéries, do assédio de quem não desejamos, da agressão física, ou de algo menos concreto, porém não menos invasivo à nossa vida interior” (CAMARGO, 2010, p.32). Já o espaço exterior seria aquele onde se praticam as atividades coletivas e públicas.

TABELA 8 – Motivos pelos quais a casa atende as necessidades. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Motivo	%
A casa é bem confortável, grande	12,8
A família não mora em casa própria	6,4
A família é pequena	10,6
A casa atual está muito ruim	6,4
A casa é boa	27,7
É uma casa com material muito bom, bem acabada	10,6
Porque não tem problema de insalubridade	2,1
Porque o material é tudo do meu gosto	4,3
Porque ela fornece privacidade	8,5
Pretende constituir família	4,3
Porque serve para morar	2,1
Não respondeu	4,3

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outra percepção foi observada nas falas de alguns entrevistados: a ideia de que a casa foi “ganhada” e, por isso, ela deve atender às expectativas. É como se não houvesse, por parte dos beneficiários, o direito de fazer exigências, visto que receberam o benefício do governo. No entanto, na Constituição de 1988 consta que o cidadão tem direito à habitação, e a política pública surge justamente como um meio de facilitar a conquista desse direito. Numa outra perspectiva, embora a casa esteja sendo paga pelos beneficiários, ainda que em parcelas menores, no trecho que segue, a entrevistada enfatiza a ideia de “ganho” da casa e desconsidera que, além da compra de materiais avulsos, teve parte na quitação da moradia:

Atende...tá do jeito que eu queria...ela é boa pra morar né, tudo de ferro né. Falta fazer a varanda e o engenheiro passar pra liberar ela. Ganhou tudo, aí umas coisinhas que faltou a gente tem que comprar né...porque faltava na lista...faltava assim madeira, as coisas da pia...na cozinha a cerâmica foi só meia parede, aí comprou a cerâmica pôs embaixo e tudo...acho que faltou no chão também lá, num veio a quantidade certa...nós comprou...comprou um monte de coisa ainda né, nós compramos por fora, num foi na conta do governo não. (Entrevista 12, São Miguel do Anta)

Conforme ilustra a fala que segue, outros moradores, 10,6%, afirmaram que a casa atende, pois é feita, segundo eles, “com um material bom e bem acabado” e relevam a necessidade de ter uma casa com um número maior de cômodos, para comportar toda família:

É...me atende, porque uma casa nesse patamar que ela se encontra toda acabadinha...entendeu? se fosse pra terminar a minha hoje num teria condições, então eu quero dizer: ela pode ser pequena mas ela é com um material muito... entendeu? muito bom, o material dela é muito bem acabado, entendeu?(...) (Entrevista 9, Guiricema)

Outros ao alegarem que a casa atende, pois “a família é pequena”, têm a necessidade atendida momentaneamente, mas sabem que, no futuro, o espaço de moradia será reduzido devido à composição familiar que tende a ampliar:

Eu acho que vai né, porque por enquanto a gente tá sozinho né aí vai cabendo. (Entrevista 11, São Miguel do Anta)

Atende porque é só eu e minha filha...aí depois se aumentar a família né...aumenta mais né...mas por enquanto deixa assim mesmo. (Entrevista 02, Guiricema)

Atendeu porque a família é pequena né...mas se fosse pra uma família maior num ia atender as necessidades né, porque ela ficava pequena, faltava um dormitório né. (Entrevista 16, Guiricema)

Ao analisar o processo de busca da satisfação das necessidades em relação ao habitar doméstico, por meio da fisicalidade da casa percebe-se, em primeiro lugar, a

função “abrigo”, mas o conceito de “privacidade” também está imbricado com o sentido de “necessidade” e “significado” atribuído ao lar, sentidos estes, que são projetados pelos próprios moradores (CAMARGO, 2010). Assim sendo, a casa do PNHR atende de imediato a função “abrigo” do beneficiário, contudo, a ausência de cômodo(s) tende a afetar a privacidade da família constituída, o que limita, conseqüentemente, que as necessidades dos envolvidos sejam atendidas.

Ainda que algumas famílias atentassem para o número mínimo de cômodos, 8,5% enxergaram sob um viés distinto a “privacidade” na casa. Privacidade esta, que abarca as manifestações da esfera íntima, privada e da personalidade, consagradas pelo texto da constituição como um direito (CAMARGO, 2010), conforme prescrito no inciso XI, do artigo 5º da Constituição de 1988: “*XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.*” E elucidado por Camargo (2010, p.103)

Ter privacidade não é meramente viver em reclusão em relação ao mundo exterior e excluir as pessoas de nosso convívio íntimo, mas ter o poder de optar entre interagir socialmente – ou prazerosamente –, partilhar informações pessoais com quem desejamos, e interromper o fluxo dessas informações quando queremos.

A privacidade ficou subentendida em alguns comentários dos entrevistados, ao serem questionados se a casa atenderia as necessidades:

Ah vai boba...porque a gente vive junto com o pai toda vida né...a gente vai ficar sozinha né, pra descansar,rs. (Entrevista 03, São Miguel do Anta)

Demais da conta,rsrs...porque nós precisa de uma casa né, nós casou e ficar morando dentro de casa com pai e mãe e a casa pequena...tem muita gente, são muita gente dentro de casa. (Entrevista 16, São Miguel do Anta)

Vai atender sim. Ah todo mundo quer ter o cantinho dele, rsrs. (Entrevista 23, São Miguel do Anta)

Ao serem questionados sobre os motivos pelos quais a casa não atende às necessidades, a minoria insatisfeita - 14,5% - respondeu, quase que em sua totalidade (62,5%), que não atende devido ao tamanho (Tabela 9).

TABELA 9 - Motivos pelos quais a casa não atende as necessidades. Guiricema e São Miguel do Anta, 2013.

Motivo	%
Pelo reduzido número de cômodos	12,5
Porque é pequena	62,5
Porque a sala não tem separação e o banheiro é na sala	12,5
Porque faltou fogão à lenha e a copa	12,5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os depoimentos abaixo elucidam os aspectos negativos percebidos pelos beneficiários do PNHR:

É meio apertada né, mas assim (...) mais pra frente eu vou aumentar...pois eh...que enquanto num acabar de pagar o que tem de pagar né, num pode aumentar. (Entrevista 7, Guiricema)

No caso teria que ser maior um pouquinho...porque pra eu ampliar ela...num tem como eu morar nela no caso não. (Entrevista 12, Guiricema)

Dá pra quebrar um galho demais. Mas precisa de um pouco mais...aqui ficou sem...quase num tem muita virada, mas já tá bom né...precisa de pelo menos mais uns 2 cômodos né...uns 2 cômodos com a varanda né, que caiba um tanque, uma máquina.(Entrevista 11, Guiricema)

Ah! Mais ou menos né, porque aqui na minha casa aqui tem 3 quartos, na outra tem 2...aí né...a cozinha é junto com a sala...aí fica assim...se torna...assim...tá bom né, mas é um pouco pequena. (Entrevista 17, Guiricema)

Ao avaliar esses comentários, ficou evidente que os beneficiários descontentes tendem a aumentar a casa. Isto somente é permitido pelo PNHR, 60 dias após a conclusão e a legalização das unidades habitacionais, prazo em que os imóveis permanecem resguardados pela empresa do setor de construção civil participante do Programa²⁵. Contudo, notou-se que, mesmo sendo as parcelas de quitação do imóvel, baixas e com forma de pagamento facilitada, o público alvo em questão é pertencente ao grupo I e recebe no máximo R\$15000,00 ao ano, o que equivale a R\$1250,00 por mês. Portanto, além das parcelas a serem quitadas e dos gastos diários, há a proposta de um novo investimento financeiro para que a expectativa do imóvel adequado seja atendida; tendo em vista que as despesas com material de construção e mão-de-obra são altas, a solução passa a ser protelar este sonho e, na maioria dos casos, se contentar com a presente moradia.

²⁵ Dados disponíveis em : < <http://www1.caixa.gov.br>> . Acesso realizado em janeiro de 2014.

Entretanto, este não é o caso do entrevistado 12, do município de Guiricema, que somente mudará da antiga casa, quando tiver realizado as devidas reformas na unidade habitacional do PNHR. Outra que demonstra a preferência em continuar residindo na antiga morada é a entrevistada 17, que reconhece as limitações do Programa ao perceber que a casa antiga é maior. Esta entrevistada faz parte dos 43,63% que gostariam de ter mais um quarto na casa.

Importa citar que os beneficiários insatisfeitos com o tamanho²⁶, são naturais do município de Guiricema, onde foram construídas, de acordo com os entrevistados, casas de excelente qualidade de materiais, porém com apenas 2 quartos, 1 sala conjugada com a cozinha, 1 banheiro, 1 varanda e 1 área de serviço, evidenciando ser um projeto fechado, sem muita possibilidade de alterações.

É relevante citar que a habitação rural vem adotando um programa e configuração de traços urbanos. Isso pode ser constatado pela característica da sala conjugada com a cozinha, introduzida no país após a Segunda Guerra Mundial, com a industrialização. A classe operária passou a uma nova modalidade de construção residencial, a autoconstrução, levantada, quase sempre, sem um plano geral (LEMOS, 1989). Nos tempos modernos, entre aproximadamente 1940 a 1970, em São Paulo, as plantas padronizadas tiveram lugar:

Em todos essas novas moradas há o isolamento do local de dormir, sempre minimizado e o destaque do local de estar invariavelmente se confunde com a cozinha. (...) Esta superposição de atividades de estar ou lazer e de serviço num mesmo espaço, deixando isoladas aquelas de repouso torna-se a característica da então casa popular. (LEMOS, 1989, p.71)

Em outros aspectos, uma tendência contemporânea “*são os espaços exíguos, que não possuem divisórias, no entanto, assumem funções diversas pela disposição dos móveis (...), que ao serem deslocados, abertos ou fechados alteram a configuração e junção dos ambientes*”(MENDES, 2008, p.610). Estes espaços abertos e conjugados são também encontrados nos *lofts*²⁷, construídos para pessoas solteiras ou que vivem sem a família.

²⁶ O “tamanho” refere-se ao tamanho dos cômodos que são diferentes nas duas modalidades de plantas dos municípios (sendo menores no município de Guiricema), e não precisamente à área total da casa; já que a área exposta na planta baixa de Guiricema é de 53,71m² e na planta baixa de São Miguel do Anta é de 54,29m², uma diferença pouco representativa.

²⁷ São construções amplas, onde ateliê, quarto, sala, banheiro e cozinha se confundem em um mesmo salão. Os *lofts* eram construções baratas de moradia que encareceram a partir dos anos 70 em Nova York, quando se tornaram moda. As características mais comuns de um *loft* são: pé direito de no mínimo 3,20 metros; ausência de paredes com divisões internas; ambientes conjugados preferencialmente em um nível só; colunas de sustentação aparentes; uso de materiais frios como cerâmica; tijolos e tubulações à vista; ausência de forro e piso; iluminação natural garantida por grandes janelas. No Brasil há adaptações deste

Pode-se perceber, nesta configuração de espaço, que a sala conjugada com a cozinha propõe uma outra forma de se relacionar com esses ambientes, e que têm atingido não somente o espaço urbano, mas também o rural. No entanto, hábitos antigos de cozimentos, principalmente no meio rural, não foram abandonados, como por exemplo, o preparo de um torresmo.

No município de São Miguel do Anta, a cozinha está disposta ao lado da sala, mas há uma parede dividindo os dois cômodos. Já em Guiricema, a sala é conjugada com a cozinha; alguns projetos de casas possuem “meia parede” como divisória, outros não (Figura 5).



FIGURA 5 – Cozinha conjugada com a sala na casa do PNHR no município de Guiricema-MG, sem divisória (à esquerda) e com divisória (à direita), 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Abaixo, uma beneficiária expõe seu descontentamento com a configuração do espaço cozinha/sala:

Éh...ficou mais ou menos né...da cozinha sai pra sala...da sala sai pra cozinha...é desse jeito, é tudo aberto né...mas, mais pra frente se quiser fechar também pode...eu queria que tivesse a divisão mas num pode né...aí ficou assim...é chato mesmo né...ah...muitas pessoas aí ficaram desencantadas com isso, cruz credo! (Entrevista 7, Guiricema)

4.2.4. Expectativa de moradia com relação à casa

Durante a pesquisa, os entrevistados também responderam a perguntas sobre como gostariam que fosse a casa, de forma a expor expectativas e anseios (Tabela 10).

modelo, são os ambientes “loftados”. Solteiros e jovens casais sem filhos são o principal público desse tipo de empreendimento. (DANTAS,C. Dados disponíveis em : <<http://casa.abril.com.br/>> Acesso realizado em janeiro de 2014.

TABELA 10 – Expectativa de moradia com relação a diferentes aspectos da casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Aspectos da casa desejados	%
<i>1) Divisão e readequação do espaço</i>	
Separação da cozinha e sala	45,4
Cozinha/ varanda nos fundos para o fogão a lenha	41,7
Banheiro longe da sala	10,9
Separação dos quartos	1,8
<i>2) Novos ambientes</i>	
Varanda	16,2
Copa	1,8
Garagem	3,6
Despensa	1,8
<i>3) Tamanho</i>	
Mais quartos	12,6
Aumentar todos os cômodos	10,8
Aumentar cozinha	1,8
Aumentar varanda	1,8
<i>4) Materiais</i>	
Janela de vidro	1,8
Trocar pia/ tanque	1,8
Trocar encanamento	1,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Foram citados 15 aspectos desejados pelos beneficiários, cujas configurações apresentadas, foram agrupadas em 4 (quatro) categorias (Tabela 10), em termos de: divisão e readequação do espaço, novos ambientes, tamanho e materiais. Assim, somente 3,6% optaram por manter a casa conforme construída pelo Programa, o que corrobora que uma planta padrão não responde às necessidades dos beneficiários. Esses resultados contradizem com o nível de satisfação dos entrevistados com relação à casa construída e demonstra que o número de insatisfeitos é maior do que 14,5%, considerando que 1 (um) respondente pode manifestar mais de um aspecto.

Em termos das expectativas, o aspecto mais preponderante foi a separação da cozinha e sala, dessa forma, têm-se que 45,4% dos entrevistados separaria a sala da cozinha, colocando a cozinha nos fundos. Essa ideia de dispor a sala distante da cozinha é antiga, e foi trazida para o Brasil pelos arquitetos eruditos do ecletismo que definiram novos critérios de circulação dentro da casa. Segundo esses critérios, deveria haver total independência entre as três zonas: as áreas de estar, de repouso e a do serviço, “(...)

devendo estar distribuídas de tal maneira que se pudesse ir de uma delas à outra sem que fosse necessário passar pela terceira”(LEMOS, 1989, p.52). Surgiu dessa forma, uma nova dependência, o vestíbulo, que também evitou comunicação direta entre a sala e a cozinha. Esse foi um planejamento elitista que vingou nos hábitos da alta sociedade, e que, aos poucos, influenciou o planejamento das casas de classe média, ganhando variações ao longo dos anos (LEMOS, 1989).

O costume da independência dos cômodos está refletido nas falas dos moradores do município de São Miguel do Anta, ainda que suas casas possuam uma parede dividindo os dois ambientes:

Eu se fosse pra mim fazer eu mudava a sala...lá pro canto de lá né, porque todo mundo, no modo de ver assim, achou meio esquisito, da sala já sai na cozinha, entendeu?! Igual aqui é a sala e lá é a cozinha, só mudava a sala no lugar do quarto né. (Entrevista 1, São Miguel do Anta)

Se fosse pra mim fazer, eu não faria a sala junto com a cozinha. É uma coisa que, ficou meio esquisito né...eu num sei se sou eu que já acostumei tanto com essa casa ser feita a sala separada da cozinha(...) (Entrevista 8, São Miguel do Anta)

A sala tem que ser na entrada né, e os quartos tinha que ser aonde bate Sol né...e a cozinha nos fundos, sala perto de cozinha num dá não...eu gosto de cozinhar escondido,rsrs. Eu se tiver cozinhando e os outros olhando num sai nada,rs. (Entrevista 13, São Miguel do Anta)

Alguns moradores ainda diferenciaram os costumes, alegando que no meio rural as cozinhas são dispostas mais ao fundo, diferentemente do meio urbano. O ambiente dos “fundos” representa a esfera doméstica propriamente dita, diferentemente da “frente”, que representa a face pública da casa (LOUREIRO; AMORIM, 2008).

A única coisa que deveria ser mudada é a cozinha, ela ficou numa parte que devia ser em outra, porque no fundo da casa ficou dois quartos...e a cozinha e a sala ficou praticamente de um lado só...e para o pessoal da roça...eu acho que essa planta foi tirada mais pelo pessoal da cidade né...porque o pessoal da roça faz sempre a cozinha no fundo, você vê que aqui é a cozinha óh, e a sala tá lá...só que hoje em dia ninguém recebe ninguém pela porta da sala mais, cabô! Já chega todo mundo pela porta da cozinha mesmo uai, inclusive todo mundo reclamou dessa cozinha...muitos queria até mudar, só que não podia (...). (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

(...) ah a única coisa que eu achei nela que ficou coisa, é a cozinha, porque a cozinha ficou no lugar da sala, a cozinha tinha que ser mais no fundo, porque em roça a cozinha é no fundo né..ela tinha que ser mais pro fundo dela, não na frente. (Entrevista 22, São Miguel do Anta)

Vale ressaltar que na fala da moradora 5, um outro costume foi evidenciado: as visitas no meio rural são recebidas sempre pela cozinha. Este hábito rural foi citado por Foisil (1991, p.344) ao afirmar que no século XVII, “No solar, os espaços da

hospitalidade estão sobretudo na cozinha, às vezes na sala, raramente no quarto do dono. (...) Assim se revela um aspecto essencial dos costumes rurais”.

No Brasil, bem antes do modelo de casa com cômodos independentes introduzidos pelos arquitetos eruditos do ecletismo, já havia uma mescla entre os costumes dos colonizadores europeus e os índios na concepção do lar. A cozinha antes ficava próxima aos dormitórios, devido ao costume trazido pelo branco europeu que tinha como centro da casa o fogão – que mantinha a família aquecida – e, com a mudança climática do país colonizado, passou a ser desligada do núcleo residencial, ou construída como último cômodo da casa próximo ao quintal e às criações (LE MOS, 1989). Esse modelo de cozinha perdura como costume nas áreas rurais em diversas partes do Brasil (considerando a não uniformidade do país), e aliado a ele está o fogão a lenha. Durante o período colonial (1500-1822), os sobrados dos portugueses eram providos de imensas alas de serviço com seus fogões altos, encostados às paredes, providos de chaminés que não se adaptaram ao clima brasileiro e foram desaparecendo conforme destaca Lemos (1989, p.20)

O que vingou mesmo, foi o afastamento do fogão para áreas de serviço apartadas o quanto possível da área de viver, obrigando a refeição do patrão a longo percurso. Nas casas remediadas, foi comum, também, a solução que adotava duas cozinhas, uma simples, de pequeno fogão em puxado ligado à casa e outra maior, a chamada ‘cozinha suja’, no fundo do quintal para os cozimentos mais demorados, para derreter toicinho, para clarear o açúcar mascavo, para as tachadas de doces de marmelo, de goiaba.

O reflexo dessa necessidade de se ter um espaço para cozimentos mais demorados foi explicitado na pesquisa (Tabela 10) ao constar que 41,7% dos entrevistados gostariam de ter uma cozinha/ varanda nos fundos para fazer o fogão a lenha. Essa informação foi ilustrada pelas seguintes falas:

Eu gostaria de fazer mais um quarto e uma cozinha pra por um forno de lenha: esse é meu sonho! (Entrevista 08, Guiricema)

É, por mim podia ter o fogão...minha esposa lá é das antigas né, gosta de um fogãozinho de lenha, um feijãozinho de lenha...ontem ela fez um franguinho com quiabo lá no fogão de lenha, lá que tem outro gosto...(risos).(Entrevista 1, Guiricema)

Então, nessa varandinha que eu falei com você que eu iria colocar...vou fazer um puxado pra colocar...aí eu poderia fazer um fogãozinho de lenha lá fora entendeu?! Mas na casa não, porque é forrado com PVC aí é ruim né e perigoso também né. (Entrevista 2, Guiricema)

Ah do meu jeito falta uma varanda na porta da cozinha, e fazer uma cozinha na varanda pra um fogão a lenha, porque quem mora na roça, na zona rural, sempre gosta de um fogão a lenha né, pra cozinha um feijão...e aqui não pode...a casa é forrada, assim num pode colocar o fogão aqui que suja tudo...até mesmo o fogão a gás, que cozinhar aqui dentro, vai engordurar

tudo porque num tem um sugar pra puxar a gordura né...acaba sujando tudo de gordura, então a varanda com a cozinha é necessário. Só que nós não vamos fazer agora (...) as condições, por enquanto não oferece... isso é com o tempo né, aí pode levar um ano, pode levar dois. (Entrevista 16, Guiricema)

É notável que a casa fornecida pelo PNHR não ofereça uma estrutura favorável à construção de um fogão a lenha em seu interior, devido ao forro ser de *polyvinil chloride* (PVC) – um material com propriedades “termoplásticas” amolecido sob o calor excessivo²⁸. Dessa forma, a pretensão dessas famílias é construir na varanda um fogão a lenha. Cabe relembrar que somente o município de São Miguel do Anta foi beneficiado com uma varanda de 3 metros de largura (devido à administração de recursos).

Enquanto não há a possibilidade dessas famílias concretizarem este intento, elas buscam soluções alternativas para saciar a necessidade do fogão a lenha, conforme indicam as falas que seguem:

Enquanto isso a gente usa a cozinha lá na casa antiga...porque lá que tem o fogão a lenha. (Entrevista 16, Guiricema)

(...) a hora que você me gritou eu tava acendendo fogo alí no chão ali pra cozinhar o feijão...pra num gastar o gás né..dependendo do gás, se eu gastar muito gás eu gasto muito dinheiro...aí prefiro economizar naquele ali...ta até o fogo aceso lá. (Entrevista 11, Guiricema)

Eu não mudei pra casa, porque lá na roça, pra eu e minha esposa morar nela do jeito que ta num dá não...mas aí tem que usar só gás e lá nós é acostumado com o fogão de lenha sabe?! E eu quero fazer mais umquinho pra completar ela e uma cozinha pra mim pôr o fogão de lenha, porque eu num posso pôr o fogão de lenha numa casinha forrada igual ta lá do jeito que ta feito. (Entrevista 12, Guiricema)

O interessante é que este equipamento mostra-se tão necessário, que alguns entrevistados conforme apresentado, fazem uso do mesmo na antiga morada, que, no geral, apresenta péssimas condições. Outros, numa situação precária, improvisam um fogão no chão fora da nova casa, pois o anterior foi demolido para a construção da unidade.

Há também aqueles que não mudarão para a unidade habitacional enquanto não for construído o fogão a lenha, que toma uma enorme dimensão, tornando-se mais importante que a casa recebida.

Mediante estas constatações, foi questionado a um morador, o motivo da preferência pelo fogão a lenha, e obteve-se a seguinte resposta:

²⁸ Dados disponíveis em: < <http://www.usp.br/>> Acesso realizado em janeiro de 2014

É o costume né, além de ter uma economia porque num gasta gás, né...e a comida parece que fica mais gostosa no fogão a lenha. (Entrevista 16, Guiricema)

4.2.5. Lugar onde foi/será construída a casa, permanência e vínculos

Além dos parâmetros mais objetivos para identificação do significado e das expectativas de moradia presentes nos beneficiários até aqui abordados, outros elementos também foram tomados para análise. Como por exemplo, o lugar onde foi/será construída a casa. A relevância dessa questão pode ser observada nos dizeres de Camargo (2010, p.55):

Seja uma ou outra a forma como olhemos para a casa como localidade física inserida no mundo em que habitamos, ela tanto deverá ser o refúgio de que precisamos para viver nossa vida física e interior em paz e segurança, como também o lugar através do qual estabelecemos vínculos e meios de atuarmos nesse mundo.

Da mesma forma, esta localidade física, que é a casa, também se encontra inserida num município, num bairro ou em qualquer outra região. Ao mesmo tempo em que atua como refúgio, abre possibilidades para a firmação de vínculos que somente ocorrem em um ambiente de harmonização entre os moradores.

Esta firmação de vínculos possibilita a caracterização do “lugar” que

(...) constitui-se como uma paisagem cultural, campo da materialização das experiências vividas que ligam o homem ao mundo e às pessoas, e que despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive. (MOREIRA,2008)

Ao serem questionados acerca do lugar onde foi/será construída a casa, 100% dos beneficiários disseram já conhecer e habitar o lugar há muito tempo. Portanto, já existia um sentimento de identidade com este local, conforme revelam as falas que seguem:

Ah muitos anos...desde que eu casei uai...eu to morando aqui neste lugar...e tem muitos anos, sabe que eu nem sei a idade que tem...pela idade do filho mais velho meu...é a idade dele mesmo...uns 57 por aí a fora né...éh, 57 anos...ih nunca saí daqui não. (Entrevista 7, Guiricema)

Desde quando eu casei que eu vim pra cá, tem 31 anos... (Entrevista 11, Guiricema)

Moro aqui desde que nasci. (Entrevista 9, São Miguel do Anta)

O significado de lugar para essas famílias ficou mais explícito ao se verificar qual o responsável pela propriedade: 41,8% responderam que o local onde foi/será

construída a casa, é propriedade própria, enquanto 27,3% responderam que é propriedade dos pais (Tabela 11).

TABELA 11 – Propriedade onde foi/será construída a casa. Guiricema e São Miguel do Anta, 2013.

Proprietário	%
Do entrevistado	41,8
Do sogro do entrevistado	9,1
Dos pais do entrevistado	27,3
Do marido da entrevistada	5,5
Do rapaz que fez a doação do terreno para a família	1,8
Dos avós do entrevistado	1,8
Não respondeu	12,7

Fonte: Dados da Pesquisa.

As falas abaixo especificadas mostram essa identidade com o lugar, onde foi/será construída a Unidade Habitacional:

É aqui nesse terreno aqui óh, é terreno meu. (Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Conheço. É um pouco alí na frente. É propriedade do meu pai...é aqui perto, no terreiro da sala alí...2 metros...é aqui dentro. (Entrevista 16, São Miguel do Anta)

Outra questão que favoreceu o diagnóstico da satisfação do beneficiário foi buscar compreender se este pretende que aquele ambiente seja permanente ou provisório. Ao serem questionados sobre esta questão, as respostas foram unânimes: 100% responderam que pretendem permanecer na casa definitivamente, conforme indicam as falas seguintes:

Eu pretendo sim, porque eu num quero criar meu filho em cidade grande sabe?! Eu quero criar meu filho na roça.(Entrevista 4, São Miguel do Anta)

Agora pensamento de ir embora eu num tenho não né, já acostumei na roça, aí num tem jeito de sair. (Entrevista 13, São Miguel do Anta)

Ah permaneço...num quero ir pra cidade não, num volto pra cidade não..vai ser o fim da minha vida em nome de Jesus. Vou descansar, eu quero a casinha limpinha, que eu já sou de mais idade, pra mim limpar né...ter mais conforto pros meus irmãos...(...) (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

Nunca saí daqui...fazer o quê? vou ficar aqui mesmo né,rs... (Entrevista 14, Guiricema)

Nas falas é possível perceber que, além da casa, o “lugar” tem total influência na decisão de permanecer ou não na morada. O fato dos entrevistados optarem por continuar no meio rural indica que neste ambiente encontram uma identidade cultural, ou seja, um sentimento de re-conhecimento e pertencimento aos processos culturais locais.

Cândido (1982) diria que essa identidade cultural está associada à sociabilidade caipira, que se estrutura fundamentalmente pelo “(...) *agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas*”(CÂNDIDO, 1982, p.62).

Com relação à proximidade de parentes à casa do beneficiário, foi verificado que 89% possuem parentes na região. Essa relação de parentesco é tão necessária, que Camargo (2010, p. 162) declara que “(...) *muitas vezes o lugar são as próprias pessoas com quem convivemos*”; e, assim, o lugar e as coisas perdem seu significado, sem a presença de determinadas pessoas. Ao serem questionados se tinham parentes próximos à casa, alguns entrevistados responderam:

Tem meus irmãos...sobrinhos né...e meus pais estão aqui, por isso que eu vou fazer alí porque é perto deles né...se eu for fazer uma casa na rua fica longe pra cuidar deles né...(.) (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

Tem, tem uma irmã minha que mora alí...e aqueles alí são meus parentes, primos, tios. (Entrevista 22, Guiricema)

Foi observada durante o trabalho de campo, uma relação de solidariedade de parentesco, fortalecida pelas visitas de lazer e pela prática do auxílio mútuo.

Já ao serem questionados se possuem amigos próximos, 100% dos entrevistados responderam que sim. Assim, adentra-se neste universo: o da amizade, uma relação de reciprocidade que se afirma fora da família e implica um espaço de liberdade (AYMARD, 1991).

Tenho, meus vizinhos tudo são meus amigos, eu gosto muito dos meus vizinhos, graças à Deus. (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

Demais,rs...o que mais tenho,rs.(Entrevista 14, Guiricema)

Essa amizade possibilita a formação de uma teia de relações pessoais que sustenta a esperança nos encontros onde se pode celebrar a relação pela relação (DAMATTA, 1997). Um exemplo dessa relação pela relação é a necessidade de ajuda que surge em meio às diversas atividades agrícolas, determina “(...) *a formação de uma*

rede de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional” (CÂNDIDO, 1982, p.68).

4.2.6. Necessidade versus desejo

Com a finalidade de se verificar alguns sentimentos dos entrevistados foram elaboradas questões voltadas para o “desejo” e a “necessidade” dos mesmos com relação às situações propostas. De acordo com Kotler e Armstrong (2003), a necessidade resulta de situações de privação.

Entre essas necessidades estão: necessidades físicas básicas de alimentação, vestuário, abrigo e segurança; necessidades sociais de bens e afeto; e necessidades individuais de conhecimento e auto-expressão (...) são elementos básicos da condição humana (KOTLER; ARMSTRONG, 2003, p.4)

Os desejos também foram identificados por Kotler e Armstrong (2003, p.4) como *“(...) a forma que as necessidades humanas assumem quando são particularizadas por determinada cultura e pela personalidade individual”*. Tomando como exemplo os beneficiários do PNHR, os mesmos têm sentem necessidade de ter uma casa equipada, contudo o desejo expresso pode ser por equipamentos adquiridos no comércio ou não.

Essas decisões ou escolhas (...) com relação ao espaço do habitar doméstico estão submetidas ao contexto cultural de quem as define, elas estão sujeitas ao que cada cultura considera como principal componente de sua visão de mundo, assim como às visões específicas (...) dessas culturas a respeito de conceitos como conforto, utilidade, religião, etc. (CAMARGO, 2010, p.51)

Para Cândido (1982) o homem no meio rural adquiriu necessidades novas após o progresso industrial e consequente abertura de mercados. Estas necessidades *“(...) contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia geral (...) em contraste com a economia particular (...) baseada na subsistência”*(CÂNDIDO, 1982, p.165).

4.2.6.1. Necessidades ou desejos em relação a características da casa

Assim sendo, ao apresentar algumas situações para os beneficiários do PNHR (Tabela 12), obtiveram-se as seguintes respostas: 72,7% dos entrevistados responderam

que sentem desejo de terem “uma cozinha montada com micro-ondas, fogão a gás, freezer, geladeira, etc.”, e apenas 23,6% sentem necessidade dessa cozinha completa.

TABELA 12 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da cozinha e da despensa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Sentimento atribuído		
	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Cozinha			
Uma cozinha montada com micro-ondas, fogão a gás, freezer, geladeira, etc.	72,7	23,6	3,6
Uma cozinha com fogão à lenha	9,1	87,3	3,6
Uma cozinha com fogão à gás	3,6	96,4	0
Uma cozinha grande, com muito espaço para cozinhar	25,5	40	34,5
Uma pequena cozinha com espaço suficiente para cozinhar	0	38,2	61,8
Uma cozinha grande que tenha espaço para cozinhar e para a família se reunir	32,7	58,2	9,1
Uma cozinha pequena pois não tem o costume reunir as pessoas na cozinha	0	3,6	96,4
Uma cozinha com revestimento em material cerâmico/azulejo	30,9	65,5	3,6
Uma cozinha com banco de madeira, que pudessem ser feitos na própria região	41,8	36,4	21,8
Uma cozinha com armários industriais, comprados prontos da fábrica	14,5	83,6	1,8
Uma cozinha com armários feitos na própria região, com materiais locais	30,9	14,5	54,5
Uma cozinha com piso de cimento queimado	0	7,3	92,7
Uma cozinha de terra batida	0	0	100
Uma cozinha com piso de madeira	0	0	100
Uma cozinha com piso de cerâmica	5,5	90,9	3,6
Cozinha-extra			
Uma cozinha extra, fora da casa, pois normalmente utiliza esse espaço para cozinhar várias coisas (doces, abater animais, faz compotas)	20	69,1	10,9
Despensa			
Uma despensa onde colocaria os mantimentos e as compras	14,5	74,5	10,9

Fonte: Dados da Pesquisa.

O fogão a lenha foi priorizado como uma necessidade (87,3%), o que não é uma novidade, devido toda importância que lhe foi atribuído em questões anteriores. A cozinha com fogão a gás também foi considerada como necessidade (96,4%).

Grande parte dos entrevistados alegou ser uma necessidade ter uma cozinha grande, que tenha espaço para cozinhar e para a família se reunir (58,2%). Esta necessidade está associada à cultura rural, já mencionada por Kotler e Armstrong (2003). Consequentemente, 96,4% não sentem desejo nem consideram necessário “ter uma cozinha pequena, pois não tem o costume reunir as pessoas na cozinha”.

A situação de ter uma cozinha com revestimento em material cerâmico/azulejo, foi considerada necessária por 65,5% dos beneficiários. Supõe-se que houve influência do projeto de casas do PNHR nessa resposta, já que todas as cozinhas das unidades habitacionais são feitas de material cerâmico/ azulejo (Figura 6).



FIGURA 6 – Cozinha da casa do PNHR de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já o banco de madeira feito na própria região, foi considerado um desejo por 41,8% e uma necessidade por 36,4% dos entrevistados, visto que este móvel está extinto, mas ainda existe na casa de algumas pessoas e na lembrança de outras.

Aí sim eu concordo, rsrs...eu acho bonito um banco bem feito...eu acho muito bacana um banco bem feito né. Eu tenho aqui, num é assim tão bem feito, mas é um banco que eu tenho muito cuidado com ele sabe?! E é um desejo e necessidade também sabe, uma coisa que você tem vontade de ter e até usa.(Entrevista 19, São Miguel do Anta)

Né necessidade não mas é bom, o banco ficou pra trás hoje.(Entrevista 19, Guiricema)

Outro destaque está relacionado à situação de ter “uma cozinha com armários industriais, comprados prontos da fábrica”, que foi indicado por 83,6% dos entrevistados como necessidade, ao mesmo tempo que 54,5% disseram que “uma cozinha com armários feitos na própria região, com materiais locais”, não significa

desejo nem necessidade. A presente realidade foi confirmada por Cândido (1982), ao afirmar que o homem rural tem dependido cada vez mais da cidade para adquirir alimentos e bens manufaturados.

Da mesma forma, o piso de cerâmica foi contemplado como de maior necessidade pelos camponeses (90,9%). E os pisos de terra batida e madeira não inspiram sentimentos de desejo e nem de necessidade em todos os entrevistados.

Em contrapeso, alguns valores culturais do meio rural permanecem como necessários à condição humana. É o caso da cozinha externa, indicada por 69,1% dos entrevistados como uma necessidade e da despensa para colocar mantimentos e compras, verificada como necessária por 74,5%.

Outra necessidade percebida foi a do banheiro dentro de casa (Tabela 13), apresentando um registro de 96,4%. Os entrevistados, que assumiram sentir desejo (27,3%) ou necessidade (41,8%) pelo banheiro externo à casa, vêem esta situação como uma alternativa a mais no ambiente doméstico que propicia conforto.

Completando o quadro de necessidades relativas ao banheiro, estava o banheiro amplo (63,6%), equipado com os equipamentos disponíveis no mercado (87,3%), dentre eles: pia, vaso sanitário e chuveiro (ambos 87,3%). A banheira não consta como desejo e necessidade para 83,6% dos beneficiários.

TABELA 13 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características do banheiro. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Sentimento atribuído			
Características	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Banheiro			
Banheiro dentro de casa	0	96,4	3,6
Um banheiro externo à casa, pois gostaria de fazer uma higienização antes de entrar na casa	27,3	41,8	30,9
Banheiro equipado com os equipamentos disponíveis no mercado	12,7	87,3	0
Banheiro com pia	12,7	87,3	0
Banheiro com vaso sanitário	12,7	87,3	0
Banheiro com chuveiro	12,7	87,3	0
Banheiro com bidê	16,4	43,6	40
Banheiro com banheira	12,7	3,6	83,6
Banheiro amplo	20	63,6	16,4
Banheiro pequeno	3,6	27,3	69,1
Banheiro médio	0	10,9	89,1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme previsto, relacionado à acabamento (Tabela 14), os entrevistados demonstraram sentir necessidade pela utilização na casa de pinturas compradas no comércio (96,4%). Em contrapartida, 85,5%, disseram não sentir desejo nem necessidade por tintas alternativas, feitas a partir de barro; e 56,4% evidenciaram a mesma reação pela casa de adobe.

TABELA 14 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características de acabamento. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013

Características	Sentimento atribuído			
	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %	Desconhece %
Acabamento				
Utilização na casa de pinturas compradas no comércio.	3,6	96,4	0	0
Utilização na casa de tintas alternativas, feitas a partir de barro da região	1,8	3,6	85,5	9,1
Caso fosse o possível o uso do adobe – você optaria por ele.	16,4	5,5	56,4	21,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto aos quartos (Tabela 15), novamente valor e necessidade encontraram-se alinhados, visto que 94,5% dos entrevistados afirmaram sentir necessidade destes cômodos privativos, bem como anteriormente disseram ter, a mesma situação, bastante valor.

TABELA 15 – Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características dos quartos. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Sentimento atribuído		
	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Quartos			
Quartos individualizados para cada um dos filhos e o casal, pois a família precisa de privacidade	5,5	94,5	0
Quartos com TV, computador e internet	56,4	10,9	32,7
Quartos com banheiros/suítes	40	10,9	49,1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os quartos com TV, computador e internet foram expostos como desejo pela grande maioria (56,4%). Contudo, 32,7% demonstraram não se importar com esta situação. Assim, ainda que seja um desejo ter equipamentos modernos em casa, muitos camponeses limitam-se ao acesso à tecnologia.

Os quartos com banheiros/suítes foram ditos situações de desejo (40%) para uns e de insignificância (49,1%) para outros. Expressando uma diferença mínima no resultado.

Os sentimentos conferidos à copa/sala de jantar foram similares (Tabela 16): 27% dos entrevistados assumiram sentir desejo, 36,4% necessidade e também, 36,4%, indiferença. Esses resultados refletem que os costumes e valores no meio rural estão confusos em meio à transição de alguns espaços do ambiente doméstico, conduzindo a um processo de readaptação e ressignificação destes espaços.

A situação de ter uma “copa/sala de jantar grande, pois a família costuma desfrutar com frequência desse ambiente” foi indiferente a 89,1% dos entrevistados, tendo em vista que os espaços de desfrute da família são outros. A copa/sala de jantar média foi mais requisitada como sendo necessidade para o camponês.

TABELA 16 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da copa/sala de jantar. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Sentimento atribuído			
Características	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Copa/ sala de jantar			
Copa/Sala de jantar	27	36,4	36,4
Copa/Sala de jantar grande. A família costuma desfrutar com frequência desse ambiente	6	5,5	89,1
Uma copa/sala de jantar pequena	2	3,6	94,5
Uma copa/sala de jantar média	16	32,7	50,9
Uma copa/sala de jantar grande	6	5,5	89,1

Fonte: Dados da Pesquisa.

A sala de TV mais uma vez preponderou no ambiente doméstico rural, sendo considerada uma necessidade unânime dos entrevistados (Tabela 17). Destes, 63,6% afirmaram sentir desejo por “uma sala com equipamentos modernos: TV de plasma, equipamentos de som, etc”; e 50,9% disseram necessitar de uma sala de TV média.

TABELA 17 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características da sala de TV. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Sentimento atribuído		
	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Sala de TV			
Uma sala de televisão	0	100	0
Uma sala com equipamentos modernos: TV de plasma, equipamentos de som, etc	63,6	9,1	27,3
Uma sala de TV pequena	0	5,5	94,5
Uma sala de TV média	1,8	50,9	47,3
Uma sala de TV grande	10,9	38,2	50,9

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação ao cômodo para equipamentos agrícolas (Tabela 18), 83,6% dos entrevistados revelaram sentir necessidade deste espaço, já que é preciso haver um local adequado para armazenar as ferramentas de trabalho destes camponeses.

Por mais que as atividades no meio rural sejam valorizadas e priorizadas, o trabalho constante torna-se árduo e enfadonho, o que conduz os camponeses a buscarem alternativas de lazer no tempo livre. E este lazer, na maioria das vezes, estava dentro de casa por meio do acesso à tecnologia. Esta realidade é concreta tendo em vista que 96,4% dos entrevistados relataram sentir necessidade da televisão e do rádio no ambiente doméstico. Entretanto, restrições com relação ao computador e o acesso à internet, foram notadas: 36,4% dos beneficiários ficaram indiferentes a estes itens; 34,5% demonstraram sentir desejo e 29,1%, necessidade. Mais uma vez, fica transparecido um conflito de opiniões, no que expressa a relação densa entre o rural e a tecnologia.

Com relação à segurança, 54,5% disseram ser necessidade uma casa com segurança e proteção contra roubos (alarme, cerca elétrica, etc.), apesar da convivência amistosa e de confiança entre os moradores locais.

TABELA 18 - Percepção da necessidade ou do desejo em relação a características do cômodo para equipamentos agrícolas, do acesso à tecnologia e da segurança. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Sentimento atribuído		
	Desejo %	Necessidade %	Nenhum %
Cômodo para equipamentos agrícolas			
Um cômodo para guardar os utensílios e equipamentos agrícolas	10,9	83,6	5,5
Acesso à tecnologia			
Uma casa com computador e acesso à internet	34,5	29,1	36,4
Uma casa com televisão e rádio	3,6	96,4	0
Segurança			
Uma casa com segurança e proteção contra roubos (alarme, cerca elétrica, etc.)	23,6	54,5	21,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2.6.2. Necessidades dos equipamentos

Ao serem questionados acerca da nota que atribuiriam aos eletrodomésticos e aos eletroeletrônicos (Tabela 19), quanto à sua relevância, a maioria dos entrevistados citou como tendo “bastante valor” a geladeira (69,1%), o fogão a lenha (67,3%), a TV (63,9%), o celular (49,1%), o fogão a gás (45,5%), o tanquinho (43,6%) e o rádio (40%). A importância atribuída a esses equipamentos é percebida também nas falas dos entrevistados, reveladas abaixo, com relação à geladeira, por exemplo:

A melhor coisa que tem é geladeira né. (Entrevista 6, São Miguel do Anta)

Só a geladeira já dá pra suprir as necessidades né. (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

TABELA 19 – Importância atribuída aos equipamentos pelos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Equipamento	Valor atribuído ao equipamento				
	Nenhum %	Pouco %	Médio %	Tem valor %	Bastante %
Fogão a lenha	3,6	3,6	1,8	23,6	67,3
Fogão a gás	0	3,6	5,5	45,5	45,5
Forno elétrico	49,1	10,9	7,3	30,9	1,8
Micro-ondas	29,9	10,9	7,3	50,9	1,8
Máquina de lavar roupa	16,4	1,8	5,5	56,4	20
Tanquinho	1,8	1,8	3,6	49,1	43,6
Máquina de lavar louça	67,3	5,5	3,6	21,8	1,8
Aspirador de pó	52,7	5,5	5,5	34,5	1,8
Batedeira	14,5	10,9	9,1	58,2	7,2
Liquidificador	0	1,8	0	78,2	20
Geladeira	0	0	0	30,9	69,1
Freezer	36,4	9,1	3,6	41,8	9,1
Telefone fixo	50,9	5,5	7,3	32,7	3,6
Celular	1,8	1,8	3,6	43,6	49,1
Computador	32,7	1,8	1,8	49,1	14,5
Internet	40	5,5	1,8	41,8	10,9
TV	0	0	0	36,4	63,6
Rádio	1,8	3,6	5,5	49,1	40
Aparelho DVD	18,2	3,6	7,3	63,6	7,3

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já, no caso do fogão a lenha, enfatizou-se sua função de economizar combustível (do fogão a gás), além da praticidade, visto que a lenha pode ser encontrada no quintal da casa. Outra questão relevante, também perceptível nas falas, é o costume de usar a lenha no meio rural:

Aqui na roça tem que ter né...é bastante importante, porque ajuda bastante né, economiza bastante o gás. (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

Eu prefiro cozinhar num fogão de lenha do que cozinhar num fogão de gás. Gasta muito menina,rsrs... e a lenha ali você pode plantar fogo o dia inteiro no fogão aí que quando dá de tarde está tudo cozidinho já. Só gasta lenha, não gasta gás.(Entrevista 27, São Miguel do Anta)

Porque na roça a gente gosta de um fogão a lenha né.(Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Ah...tem! Deus me livre, economiza muito gás,rs (Entrevista 6, Guiricema)

O meio ambiente agora está proibindo né, de mexer com fogão a lenha por causa da fumaça né, então ele está desvalorizando né...pra mim tem valor...para o meio ambiente num tem não né.(Entrevista 10, Guiricema)

O fogão a lenha foi um dos poucos equipamentos que permaneceu no meio rural. O desaparecimento desses, talvez faça parte de um processo de transição para a

industrialização. Um símbolo da industrialização muito presente no meio rural é a televisão. A importância atribuída a este eletroeletrônico, é claramente percebida nas falas dos entrevistados:

Uma casa tem televisão! Faz falta né, rsrs. (Entrevista 3, São Miguel do Anta)

Sem TV aqui na roça fica difícil. (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

Tem valor, porque às vezes a gente num sai de casa, a gente liga a TV e está assistindo. (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

Bem importante, distração. (Entrevista 23, São Miguel do Anta)

É bom pra gente divertir tem hora né,rs.(Entrevista 7, Guiricema)

Ah! Diverte bem né! Tem valor porque a gente chega do serviço...dar uma paradinha faz parte também num faz?!...ver um joguinho, eu gosto muito de futebol né.(Entrevista 12, Guiricema)

Conforme se observa, a televisão é um dos elementos que propicia o conforto no ambiente doméstico. Outro exemplo de equipamento que promove a modernização é o aparelho celular que no meio rural tem substituído o telefone fixo, por facilitar o contato entre as pessoas sem a obrigatoriedade de um pagamento fixo mensal:

Celular depois que você acostuma com ele, você não anda sem ele não...ainda mais pra mim que mexo com verdura, direto a gente ta correndo atrás de preço, vendo como é que ta. (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

Aqui a gente mexe mais com celular né. (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

Eu tenho celular hoje, não preciso de telefone mais. (Entrevista 19, Guiricema)

Hoje o telefone fixo num tem valor nenhum, nem pra rua ta tendo valor mais...você num precisa de usar ele não, só de você ter ele, você já paga uma taxa cara.(Entrevista 26, São Miguel do Anta)

No final do século XIX, as famílias receberam os benefícios da água potável distribuída por redes públicas; da energia elétrica, que provocou fortes mudanças na vida cotidiana domiciliar e do gás, que serviu de combustível para as luminárias e fogões (LEMOS, 1989). Assim, o fogão a gás atinge a cultura rural como um meio alternativo e moderno de uso para a produção doméstica de alimentos, tornando-se uma necessidade primária para uns e secundária para outros:

Porque o fogão a gás a gente precisa dele né, porque ele faz muita falta, porque às vezes tem dia que a gente num tem a lenha direito, ou então a gente quer fazer um cafezinho depressa, rápido...fazer um leite, o fogão de gás é mais rápido. (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

É bom bobo! Às vezes a gente quer fazer um biscoito, um trem qualquer, a gente faz. (Entrevista 27, São Miguel do Anta)

Assim quando num tem o fogão de lenha né, aí tem...(...) o fogão a gás, ele fica ali...provisório né...(Entrevista 11, Guiricema)

Outro equipamento que assumiu importante papel no trabalho doméstico foi o tanquinho, que no meio rural tem sido preferido em relação à máquina de lavar roupas, para facilitar esse trabalho:

Tem porque a gente num aguenta esfregar roupa mais,rs. (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

Eu acho porque tem época que nós estamos apertados com a colheita de café ...assim, ajuda muito.(Entrevista 28, São Miguel do Anta)

Tem porque sujeira de roça é demais né..(Entrevista 11, Guiricema)

É bem melhor do que lavar na mão né (risos) (Entrevista 24, Guiricema)

A contribuição do rádio é também considerada relevante, por oferecer entretenimento e por transmitir informações para o ambiente doméstico:

A gente ouvir uma música de vez em quando é bom. (Entrevista 11, São Miguel do Anta)

Pra gente ouvir alguma música é bom né. (Entrevista 21, São Miguel do Anta)

(...) Hoje rádio comunitário, por exemplo, você liga na rádio de sua cidade, pra você saber o que ta acontecendo na sua cidade, porque uma televisão às vezes num passa o que ta acontecendo. (...) (Entrevista 26, São Miguel do Anta)

A gente num pode ter tudo né, a gente compra o que puder...se pudesse eu gostaria de ter...mas um radinho faz falta.(Entrevista 24, Guiricema)

4.2.6.3. Equipamentos desejados pelos entrevistados

Na presente pesquisa, foram identificados também os equipamentos que os entrevistados gostariam de ter na nova morada, visto que alguns residem provisoriamente na casa dos pais, ou ainda não possuem todos os equipamentos de seu interesse, ou possuem e levarão para o novo lar (Tabela 20).

TABELA 20- Equipamentos de interesse do entrevistado. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Equipamentos que gostaria de ter	Frequência relativa %
Fogão a lenha	87,3
Fogão a gás	100
Forno elétrico	40
Micro-ondas	61,8
Máquina de lavar roupas	69,1
Tanquinho	94,5
Máquina de lavar louças	18,2
Aspirador de pó	40
Batedeira	80
Liquidificador	98,2
Geladeira	100
Freezer	47,3
Telefone fixo	25,5
Celular	92,7
Computador	56,4
Internet	47,3
TV	98,2
Rádio	96,4
Aparelho DVD	78,2

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nessas condições 100% dos entrevistados responderam que gostariam de ter um fogão a gás e uma geladeira, 98,2% gostariam de ter uma TV e um liquidificador em casa, 96,4% gostariam de ter um rádio, 94,5% tanquinho, 92,7%, celular, e 87,3% fogão a lenha. Embora o fogão a lenha seja considerado muito importante pelos entrevistados, o fogão a gás tende a se tornar cada vez mais presente no espaço doméstico, seja pela recente modernização, seja pela disposição dos cômodos da unidade habitacional do PNHR que desfavorece a presença do fogão a lenha.

A máquina de lavar louças (81,8%), o telefone fixo (25,5%), o forno elétrico e o aspirador de pó (40%) foram rejeitados pela maioria dos entrevistados (Tabela 20). Ao serem questionados se teriam interesse, responderam da seguinte forma:

Pra mim não porque a gente é pobre mesmo...num tá dando pra fazer quase nada...o que a gente come mesmo já é difícil...uma carne que já tá ficando cara...a gente compra lá em cima, só pra despesa mesmo...(Entrevista 11, Guiricema)

Pra gente que é atrasado quase que num precisa não...(Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Mesmo imersos numa realidade modernizada, onde grande parte dos equipamentos da casa são industrializados, estes beneficiários, residentes no meio rural,

se consideram “pobres” e “atrasados”. Ressurge nestas falas pejorativas, a figura do “caipira”: “(...) *sujeito abobalhado, desconfiado, violento, preguiçoso, de modos grosseiros (...)*”, conforme destaca Yatsuda (2006, p.103).

4.2.7. Valores atribuídos a algumas características dos cômodos da casa

A fim de averiguar valores atribuídos pelos entrevistados, foram propostas algumas características aos cômodos. Dentre as características relacionadas à cozinha (Tabela 21), importa salientar as que receberam bastante valor: “uma cozinha com piso de cerâmica” (94,5%); “uma cozinha grande, que tenha espaço para cozinhar e para reunir a família” (85,5%); “uma cozinha com fogão a lenha” (81,8%) e “uma cozinha extra, fora da casa, pois normalmente utiliza esse espaço para cozinhar várias coisas (doces, abater animais, faz compotas, doces)” (74,5%).

Numa primeira análise, foi perceptível a preferência dos entrevistados por pisos de cerâmica à madeira, cimento queimado e terra batida. Em meados do século XIX, as casas da pequena burguesia eram de reduzidas dimensões, com um número mínimo de janelas e cobertas por telhas. Outras eram feitas de barro. Aos poucos, as casas foram se diferenciando e às mais nobres eram atribuídos elementos duradouros, como pedra e cal, adobe, telhado, madeira de lei e grade de ferro (FREYRE, 2004). Materiais que antigamente eram utilizados foram substituídos, tendo surgido o cimento queimado e a cerâmica, passando este a ser o piso de cozinha preferido pelos moradores no meio rural. Os relatos abaixo evidenciam a preferência com relação à cerâmica:

É necessidade, ninguém usa mais com terra batida e com cimento mais não né.(Entrevista 8, Guiricema)

Passei por essa situação toda mas prefiro cerâmica...pra mim teve valor na época...pra mim era um luxo na época...pra mim eu tava no céu né. Mas hoje as coisas foram mudando, então quer dizer, foi evoluindo, então eu te falo que a gente tem que agradecer muito a Deus porque uma casa dessa é uma bênção de Deus né. Hoje na verdade, as coisas que a gente deixou no passado a gente fica lembrando né..igual por exemplo, aquela época que você pegava e passava os barro nas casas, nos cômodos, entendeu?! Então hoje você vê que acabou tudo né, mas a gente limpava e ficava tudo limpinho, a gente dava um valor enorme...agora você imagina hoje uma casa dessa com tudo na cerâmica, entendeu?!(Entrevista 9, Guiricema)

A cerâmica é mais fácil pra limpar. (Entrevista 2, São Miguel do Anta)

Hoje acabou né, hoje tem que ser cerâmica mesmo né, os outros é difícil pra limpar...e nem tão caro fica.(Entrevista 26, São Miguel do Anta)

Cerâmica é melhor né. Ah! Eu acho cerâmica melhor até pra limpar...igual aqui em casa, aqui é queimado e eu passo uma cera aí...mas tem que passar de vez em quando né, se não passar fica ruim demais e sai muito também...então a cerâmica você jogou uma água, você limpou né....muito mais fácil.(Entrevista 10, São Miguel do Anta)

TABELA 21 – Valor atribuído a algumas características da cozinha e da despensa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Valor atribuído				
	Nenhum	Pouco	Médio	Tem valor	Bastante
	%	%	%	%	%
Cozinha					
Uma cozinha montada com micro-ondas, fogão a gás, freezer, geladeira, etc.	1,8	1,8	1,8	40	54,5
Uma cozinha com fogão à lenha	1,8	3,6	0	12,7	81,8
Uma cozinha com fogão à gás	0	0	3,6	29,1	67,3
Uma cozinha grande, com muito espaço para cozinhar	30,9	0	0	7,3	61,8
Uma pequena cozinha com espaço suficiente para cozinhar	49,1	3,6	0	21,8	25,5
Uma cozinha grande que tenha espaço para cozinhar e para a família se reunir	10,9	0	0	3,6	85,5
Uma cozinha pequena pois não tem o costume reunir as pessoas na cozinha	92,7	0	0	1,8	5,5
Uma cozinha com revestimento em material cerâmico/azulejo	0	1,8	1,8	30,9	65,5
Uma cozinha com banco de madeira, que pudessem ser feitos na própria região	12,7	5,5	9,1	45,5	27,3
Uma cozinha com armários industriais, comprados prontos da fábrica	0	1,8	1,8	36,4	60
Uma cozinha com armários feitos na própria região, com materiais locais	29,1	9,1	7,3	34,5	20
Uma cozinha com piso de cimento queimado	74,5	5,5	1,8	12,7	5,5
Uma cozinha de terra batida	87,3	3,6	1,8	7,3	0
Uma cozinha com piso de madeira	80	3,6	1,8	10,9	3,6
Uma cozinha com piso de cerâmica	1,8	0	0	3,6	94,5
Cozinha-extra					
Uma cozinha extra, fora da casa, pois normalmente utiliza esse espaço para cozinhar várias coisas (doces, abater animais, faz compotas).	10,9	0	0	14,5	74,5
Despensa					
Uma despensa onde colocaria os mantimentos e as compras	10,9	0	0	23,6	65,5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro destaque está na cozinha grande com espaço para cozinhar e reunir a família, uma vez que o costume de reunir a família na cozinha é próprio do meio rural. Dessa forma *“A refeição – almoço, jantar, ceia – frequentemente é oferecida num gesto natural da vida cotidiana, após uma entrada inesperada na cozinha do solar; o visitante é convidado à sentar-se à mesa já posta.”*(FOISIL, 1991, p.344).

Este costume está expresso nas falas dos entrevistados:

Minha família costuma reunir na cozinha (...) aí você num entra nem na sala mais...mas na roça é mais na cozinha.(Entrevista 26, São Miguel do Anta)

Prefiro uma cozinha grande ué né, bem melhor pra família juntar ali, almoçar, os filhos da gente, tem muitos irmãos, minhas irmãs...(Entrevista 24, Guiricema)

Coisa mais boa é você se sentar numa mesa que tudo se resolve né... É igual essa cozinha aqui...pois junta os filhos todos...quando vêm aqui pra comer, eu ponho a cadeira lá fora lá oh...todo mundo quer comer olhando pra pessoa, olhando no ‘zói do outro’...entendeu?! Ninguém quer sentar sozinha pra comer não...aí eu faço a comida lá no fogão de lenha lá...ponho ali na janela lá oh, aí todo mundo tira aí, senta tudo naquela mesa velha ali...nós senta tudo aí...e tudo pra comer e olhando pra cara do outro contando caso,rs.(Entrevista 8, Guiricema)

Esta última, a entrevistada 8, já recebeu o benefício da casa, mas, conforme exposto, continua cozinando no fogão a lenha da antiga morada. Como a cozinha não comporta todos os filhos, a beneficiária improvisa um espaço para a reunião de todos. Verifica-se, assim, que a realidade do beneficiário do PNHR não foi levada em conta, visto que a cozinha construída é considerada pequena (Figura 6).

Outra característica bastante valorizada, conforme já explicitado, é a cozinha com o fogão a lenha, também suprida pela cozinha-extra fora de casa (espaço onde se cozinham várias coisas). A varanda também tem sido utilizada pelas famílias com essa finalidade, como se verifica na fala do entrevistado 1:

A varanda vai usar de cozinha mesmo.(Entrevista 1, Guiricema)

A despensa foi indicada por 65,5% dos entrevistados como sendo um cômodo de bastante valor. Para Collomp (1991, p.507) este cômodo é tido como essencial, visto que *“A casa rural não é apenas uma construção onde reside um grupo familiar (...) abriga também (...) as reservas alimentares e as colheitas armazenadas (...)”*. A despensa, dessa forma, comporta mantimentos de uso diário, facilitando o acesso a estes e otimizando o tempo, já que o homem do campo não necessita ir à cidade em busca de alimentos, como relatado:

É bom ter a despensa né porque fica tudo arrumadinho. (Entrevista 2, Guiricema)

Aí tinha né...muito valor...eu até pensei de fechar essa daqui oh e abrir uma porta e fazer pra lá só pra guardar as coisa....e fazer uma prateleira sabe?! Porque aqui já é um cômodo pequenininho né...aí fazia tipo de uma despensa né...(Entrevista 11, Guiricema)

Tem valor, apesar que hoje em dia o pessoal não comprar como antigamente que eram sacos e sacos de coisa né, mas mesmo assim, às vezes pesa no armário né.(Entrevista 9, Guiricema)

Outra característica de bastante valor destacada por 65,5% dos entrevistados, foi a cozinha com revestimento em material cerâmico/azulejo (Figura 6), por facilitar a higienização do ambiente.

Hoje tem uma necessidade até pra limpeza...o azulejo é mais fácil pra limpeza e tudo né.(Entrevista 26, São Miguel do Anta)

Agora só usa isso né...(...) (Entrevista 21, Guiricema)

Uma cozinha com bancos de madeira (figura 7), que pudessem ser feitos na própria região, também foi valorizada (45,5%).



FIGURA 7 – Bancos de madeira encontrados na casa antiga dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Cabe lembrar que os bancos de madeira foram os primeiros móveis da casa brasileira, que depois foram sendo aperfeiçoados e substituídos. Cândido (1982, p.39) ainda acrescenta que estes e outros utensílios eram, na maior parte, feitos em casa “*mais tarde foram entrando os do comércio e as pessoas deixaram de fazer os antigos*”.

Toda vida teve né, hoje que não ta tendo mais, porque tem cadeira, mas sempre na roça teve foi banco de madeira mesmo. E faz falta ta! E eu vou mandar fazer dois bancos pra mim. Quando tem muito gente você põe um banco lá, senta todo mundo...é ué...é importante né, banco de madeira você precisa de ver...nós fazemos aqui oh, quando o pessoal junta sabe?! O que que nós fazemos? Nós colocamos o bloco assim e põe uma tábua...senta todo mundo ué, e toma cerveja, fica contando caso...(Entrevista 5, São Miguel do Anta)

Ah aqui num faz banco mais aqui né, é difícil...pra mim tem valor né, porque antigamente fazia estes bancos aí né...estas cadeiras assim também num são muito boas não...(Entrevista 18, São Miguel do Anta)

Hoje em dia quase num usa né...a gente fala pelo tempo do jeito que a gente tinha nascido...achava aquilo muito importante...tem valor sim, mas só que hoje em dia usa pouco né...hoje a vida ta diferente...ah hoje em dia quase que eu num gostaria de ter mais não...(Entrevista 12, Guiricema)

Uma importante constatação na presente pesquisa foi que uma cozinha com armários industrializados (60%) possui mais valor que uma cozinha com armários feitos na própria região, com materiais locais (Figura 8), conforme exposto por 20% dos entrevistados:

Quase num usa mais né...quase num usa mais armário de madeira não né. (Entrevista 8, Guiricema)

Hoje em dia tem que ser comprado né, porque se você mandar fazer, vai ficar do mesmo jeito ou mais caro né, aí tem valor também né...os dois tem valor...mas a mão-de-obra hoje ta muito cara né, aí acho melhor comprar.(Entrevista 12, Guiricema)

Se eu pudesse escolher armário da loja, bonitinho, eu escolheria esse.(Entrevista 20, São Miguel do Anta)

As características consideradas de “nenhum valor” pelos entrevistados foram: “uma cozinha pequena, pois não tem o costume de reunir as pessoas na cozinha” (92,7%); “uma cozinha de terra batida” (87,3%) e “uma cozinha com piso de madeira” (80%).



FIGURA 8 – Cozinha com armário industrial (à esquerda) e armário de madeira feito na própria região (à direita). Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para identificar o valor atribuído a certas características dos banheiros, foram expostas algumas situações que indicaram o modelo de banheiro almejado pelos entrevistados (Tabela 22). Verificou-se que “bastante valor” (83,6%), era atribuído ao

“banheiro dentro de casa, equipado com equipamentos disponíveis no mercado: pia, vaso sanitário e chuveiro”; e ao “banheiro amplo” (78,2%).

TABELA 22 - Valor atribuído a algumas características do banheiro. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Valor atribuído				
	Nenhum	Pouco	Médio	Tem valor	Bastante
	%	%	%	%	%
Banheiro					
Banheiro dentro de casa	1,8	0	0	14,5	83,6
Um banheiro externo à casa, pois gostaria de fazer uma higienização antes de entrar na casa	23,6	5,5	3,6	47,3	20
Banheiro equipado com os equipamentos disponíveis no mercado	0	0	0	16,4	83,6
Banheiro com pia	0	0	0	16,4	83,6
Banheiro com vaso sanitário	0	0	0	16,4	83,6
Banheiro com chuveiro	0	0	0	16,4	83,6
Banheiro com bidê	43,6	0	0	12,7	43,6
Banheiro com banheira	87,3	0	0	7,3	5,5
Banheiro amplo	14,5	0	0	7,3	78,2
Banheiro pequeno	58,2	3,6	0	23,6	14,5
Banheiro médio	0	0	0	1,8	9,1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma possível justificativa para a preferência pelo banheiro dentro de casa e não pelo externo à casa seria a adaptação à tecnologia que uniu todos os equipamentos do banheiro no interior da morada. Os 20% que atribuíram ao banheiro externo bastante valor, deram uma nova utilidade para este cômodo, seja para ampliar o espaço interno da casa ou para uma higienização prévia, evitando sujar o ambiente doméstico:

Banheiro se num for dentro de casa, até que a casa fica com os cômodos mais espaçosos né, se num for dentro de casa né. (Entrevista 31, São Miguel do Anta)

Aqui se fosse meu eu já tinha ele...é coisa muito necessária...a gente chegar com o pé sujo...e entrar pra dentro da casa com o pé sujo, é muito ruim. (Entrevista 29, São Miguel do Anta)

Em algumas casas onde residiam os entrevistados, os banheiros eram equipados com equipamentos antigos.

Aqui o chuveiro é de serpentina. (Entrevista 9, São Miguel do Anta)

Já os banheiros do PNHR são amplos e com equipamentos disponíveis no mercado (pia, vaso sanitário e chuveiro), o que pode ter influenciado as respostas dos

entrevistados (Figura 9). Alguns poucos, ainda optaram pela criatividade e pela liberdade de sonho:

Já pensou você tomar um banho e poder relaxar numa banheira? é muito gostoso, depois de um dia de trabalho, nossa é muito bom! (Entrevista 9, Guiricema)



FIGURA 9 – Banheiro da unidade habitacional do PNHR do município de Guiricema-MG (à esquerda) e de São Miguel do Anta-MG (à direita), 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda assim, banheiro equipado com banheira foi classificado pela grande maioria dos entrevistados (87,3%) como sem nenhum valor, além do banheiro pequeno (58,2%) e do banheiro com bidê (43,6%).

Na busca de valores relacionados à acabamento (Tabela 23), foi diagnosticado como tendo bastante valor a “utilização na casa de tintas compradas no comércio”, sendo que 87,3% dos entrevistados optaram por esta situação.

Tintura de comércio é mais adequada pra isso né...é mais importante né, porque a pintura descora e tal, aí você vai lá e acha a pintura e compra e faz ficar novo de novo né, caso outro tipo de pintura aí, você num vai achar e fica complicado né?! (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

Pra dar menos trabalho a de comércio né,rs.(Entrevista 6, São Miguel do Anta)

TABELA 23 – Valor atribuído a algumas características de acabamento. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Características	Valor atribuído					
	Nenhum	Pouco	Médio	Tem valor	Bastante	Desconhece
	%	%	%	%	%	%
Acabamento						
Utilização na casa de pinturas compradas no comércio.	0	0	0	12,7	87,3	0
Utilização na casa de tintas alternativas, feitas a partir de barro da região	69,1	5,5	0	14,5	1,8	9,1
Caso fosse o possível o uso do adobe – você optaria por ele	41,8	7,3	5,5	16,4	9,1	21,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

No século XIX, a opção pela pintura já era constante, uma vez que os sobrados coloniais das cidades eram pintados por fora de vermelho-sangue-de-boi; as casas urbanas eram pintadas de vermelho, amarelo, verde ou azul; e numerosas paredes eram caiadas de branco. Dentro de casa, nas salas nobres, usava-se o papel pintado com o qual forravam as paredes (FREYRE, 2004).

Pelo PNHR, as casas são todas pintadas com tintas compradas no comércio. As de São Miguel do Anta foram padronizadas na cor “cenoura”; já em Guiricema a cor da tinta foi/será escolhida pelo beneficiário (Figura 10).



FIGURA 10 - Casas do PNHR dos municípios de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita) com tinturas compradas no comércio, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O “uso de tintas alternativas na casa, como aquelas feitas a partir de barro da região”, foi considerado por 69,1% dos entrevistados de “nenhum valor”. Este material predominava na argamassa das casas nas cidades do interior do Brasil no século XVI, e também foi predominante em meio ao campesinato, onde as casas de negros, caboclos e sertanejos eram construídas com materiais feitos à mão: as estacas de bambu, os troncos de árvores, os tetos recobertos de sapé e o barro. No decorrer do século XIX e começo do século XX, a casa foi sofrendo variações de acordo com as particularidades climáticas e as vegetações características de cada região (WISSENBACH, 1998).

Ao serem questionados sobre o valor conferido à tintura de barro, a maioria dos entrevistados afirmou se tratar de um costume antigo. Outros (9,1%) demonstraram desconhecer a tintura alternativa.

Importante é né, porque na época em que a gente foi criado era assim, a gente tem até saudade, mas hoje em dia não...a gente vai acompanhando né.(Entrevista 19, São Miguel do Anta)

No passado já teve...agora não né...as coisas hoje mudaram né.(Entrevista 16, Guiricema)

Como assim? Rebocada assim você fala? rsrs...nem sei como é que é, rsrs. (Entrevista 28, São Miguel do Anta)

Eu vi um projeto que usa essa tinta, eu num sei como é que funciona, mas eles dizem que funciona muito bem...eu tenho curiosidade né, a gente poderia testar...eu num sei como é que funciona mas uns já usaram e gostaram...mas por enquanto...e tem valor né as coisas naturais. E pra mim é desejo, futuramente, às vezes as pessoas querem economizar, talvez seja necessidade sim...porque vê uma alternativa mais barata assim... uma coisa né, mas por enquanto é curiosidade mesmo. (Entrevista 9, Guiricema)

Comprado bobo, barro sai tudo com chuva..rsrs...dá muito trabalho. (Entrevista 3, Guiricema)

Da mesma forma, o uso do adobe foi considerado sem valor por 41,8% dos entrevistados, e 21,8% desconheciam do que se tratava o material citado.

Já usei muito, meu pai fazia o adobe! Meu pai fazia do barro né e fazia vários e eu num sei se queimava...e fazia e levantava as casas de abobe....ele é maior que o tijolinho e não é queimado...mas hoje não faria a casa assim né, hoje evoluiu muito, rs...evoluiu muito porque hoje tem as facilidades...e você vê os blocos de hoje é uns blocos mais reforçados, entendeu!? E o adobe com o tempo...se você num der um acabamento muito bom nele ele, acaba desmanchando né ..então hoje mudou tudo né. Tipo assim, num é dizer que to desfazendo hoje, é um meio da pessoa sobreviver fazendo a casa dessa, mais barata, então hoje evoluiu muito e tem outras alternativas né, então teria pouco valor. (Entrevista 9, Guiricema)

Pra construir assim é mais fácil né...antigamente fazia porque num tinha conhecimento né, num tinha material. (Entrevista 2, São Miguel do Anta)

Ah não, estes tijolinho num vale muito ora, a casa fica tudo balançando. (Entrevista 18, São Miguel do Anta)

O tijolo num é queimado... e ele num derrete não? Porque o tijolo que num é queimado a água que bate nele e derrete né...o tijolo bom mesmo é lajota ou o bloco né. (Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Também incorporado na arquitetura vernácula, visto que é feito pelo povo, através de materiais ou recursos provenientes do meio ambiente – a terra crua -, o adobe compõe a expressão cultural e está quase sempre ligado à casa rural. Chegou ao Brasil por meio da arquitetura vernácula popular camponesa do Norte de Portugal e foi ganhando novos formatos ao longo do tempo. A partir de 1860, o tijolo queimado foi introduzido como alternativa nas construções; também, materiais de construção foram importados da Europa (LEMOS, 1989).

Com relação ao valor atribuído aos quartos (Tabela 24), 83,6% dos entrevistados indicaram como bastante valor, ter “quartos individualizados para cada um dos filhos e para o casal, pois a família precisa de privacidade”.

Tem que ter os quartos separados né. (Entrevista 11, São Miguel do Anta)

Os quartos vai ficar um pra mim e outro para os meninos né, os dois. Aí tem que caber as camas deles e caber mais alguma coisinha né...tem valor se cada um tivesse um quarto né, até que o Mateus meu neto num gosta de dormir no outro quarto com outro não né, mas eu disse: 'agora você vai ter que dormir né, num tem outro jeito né'. (Entrevista 7, Guiricema)

Tem muito valor, meus meninos nunca dormiram assim amontado um no outro...é difícil fia,rs...é necessidade porque ninguém gosta de dormir um no quarto do outro...eu falo, aí oh tem 2 camas mas você acha que gosta de dormir num quarto junto com o outro? Nunca gostou. (Entrevista 8, Guiricema)

Acho que (...) tem que separar é o menino da menina né. (Entrevista 23, São Miguel do Anta)

TABELA 24 – Valor atribuído a algumas características dos quartos. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Valor atribuído					
Características	Nenhum	Pouco	Médio	Tem valor	Bastante
	%	%	%	%	%
Quartos					
Quartos individualizados para cada um dos filhos e o casal, pois a família precisa de privacidade	0	1,8	0	14,5	83,6
Quartos com TV, computador e internet	29,1	0	1,8	43,6	25,5
Quartos com banheiros/suítes	43,6	0	0	36,4	20

Fonte: Dados da Pesquisa.

A privacidade da casa física, com suas propriedades objetivas e palpáveis tem a função de preservar do conhecimento público as ações de caráter íntimo e confidencial do habitar (CAMARGO, 2010). Infelizmente, esta privacidade não foi considerada em todos os espaços físicos da casa do PNHR, principalmente nos quartos (Figura 11). No projeto das unidades habitacionais do Programa há de dois a três quartos por moradia, não satisfazendo o beneficiário:

O quarto faz falta sim, porque né, igual ali são 2 quartos, mas eu tenho 4 filhos e tenho um neto já...pois é, aí fica difícil né...Por enquanto, é daquele jeito mesmo né...por enquanto é daquele jeito porque num liberou também né...aí se der pra fazer, se liberar a gente faz né...mais uns 2 quartos. (Entrevista 24, Guiricema)

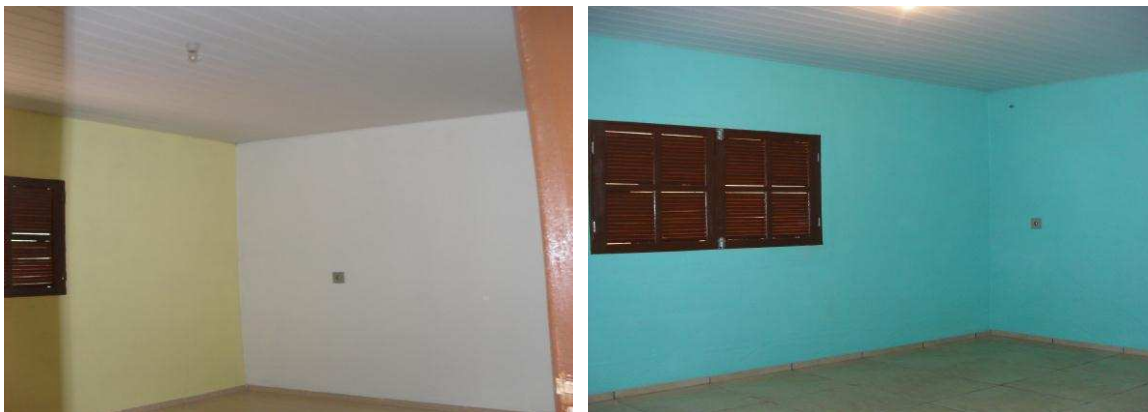


FIGURA 11 – Quartos do PNHHR dos municípios de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na casa medieval, os cômodos não tinham funções específicas. O mesmo cômodo servia de local de trabalho, sala de refeições e a noite se transformava em quarto. Os quartos próprios ou espaços fechados não existiam antes do século XVII. Na primeira metade do século XIX, os quartos eram chamados alcovas, sendo fechados e escuros; mas, com o avanço do século, passaram-se a arejados e surgiram outras modalidades, como o quarto de vestir, os toucadores e o quarto de banho. Já nas primeiras décadas do século XX, esses ambientes eram individualizados e caracterizados de acordo com a personalidade do ocupante. Em meados do século XX, os quartos passaram a apresentar uma sobreposição de funções, tendo a finalidade do recolhimento e do sono, passada a conviver com outras atividades, tais como o estudo, o lazer ou o trabalho (CAMARGO, 2010).

Esta sobreposição de funções nos quartos é almejada por 43,6% dos entrevistados, que alegaram “ter valor” quartos com TV, computador e internet. Contudo, 29,1% disseram que a situação apresentada não apresenta valor.

É bom ter né, televisão dentro do quarto é bom né.(Entrevista 24, São Miguel do Anta)

Só com televisão ta bom...não vou querer tanto luxo não, senão essa casa num sai não, sai?! (risos) (Entrevista 22, São Miguel do Anta)

Pra mim não tem porque eu nem mexo com isso,rs.(Entrevista 16, Guiricema)

Não digo em todos os quartos né, depende...ah! Põe que tem valor. (Entrevista 17, Guiricema)

A situação de quartos com banheiros/suítes também foi indicada como não tendo valor por grande parte dos entrevistados (43,6%).

Agora eu vou falar com você, igual na rua, um quarto de casal precisa ter um banheiro no quarto, agora na roça não, na roça um banheiro que eu tenho já tá bom. (Entrevista 8, Guiricema)

É necessidade na casa, mas no quarto não precisa não. (Entrevista 30, São Miguel do Anta)

No intuito de examinar o valor dado à copa/sala de jantar, algumas situações foram expostas (Tabela 25), obtendo-se como resultado: 30,9% dos entrevistados atribuíram “bastante valor” à copa/sala de jantar, porém, 32,7% consideraram este cômodo de “nenhum valor” e 34,5% disseram “ter valor”. As respostas ficaram divididas, sendo possível perceber que esse espaço está perdendo importância, ainda que possua algum valor para os entrevistados. Esta percepção é confirmada pelos próprios entrevistados que, no geral (72,7%), atribuíram “nenhum valor” à presente situação: “uma copa/sala de jantar grande. A família costuma desfrutar com frequência desse ambiente”, embora extinto e que não consta no projeto das casas do PNHR. Alguns beneficiários atribuíram a outros ambientes a função que antes pertencia à copa/sala de jantar:

Precisa de copa não...vai fazer área de serviço...e a varanda já é grande e a gente vai usar ela pra pôr as mesas né. (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

A copa não gasta não que já vai ter feito a sala né. (Entrevista 12, São Miguel do Anta)

TABELA 25 – Valor atribuído a algumas características da copa/sala de jantar. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Valor atribuído					
Características	Nenhum	Pouco	Médio	Tem valor	Bastante
	%	%	%	%	%
Copa/ sala de jantar					
Copa/Sala de jantar	32,7	1,8	0	34,5	30,9
Copa/Sala de jantar grande. A família costuma desfrutar com frequência desse ambiente	72,7	1,8	5,5	10,9	9,1
Uma copa/sala de jantar pequena	94,5	0	0	1,8	3,6
Uma copa/sala de jantar média	50,9	0	0	27,3	21,8
Uma copa/sala de jantar grande	89,1	0	0	3,6	7,3

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2013

A televisão, que foi motivo de transformações no ambiente doméstico, fez surgir na década de 1950, a sala de televisão. Esta assume, segundo Lemos (1989, p.72), a função de dois ambientes: “(...) o de estar à-toa e tomar refeições e o da televisão”. O autor, ao proferir estas palavras, faz uma crítica ao uso deste cômodo que elimina a função da copa de reunir a família – muitas vezes nela se realizavam orações antes das refeições. Contudo, cabe ressaltar que o mesmo é um espaço favorito de entretenimento e de recepção de visitas (para alguns) na casa rural.

Tem valor, porque o entretenimento que a gente faz é esse. (Entrevista 11, Guiricema)

Precisa da sala pra visita né, pra receber visita tem que ser na sala né...na cozinha num recebe visita não, só na sala.(Entrevista 15, Guiricema)

Ao serem perguntados sobre o valor que dariam a “uma sala com equipamentos modernos, como TV de plasma, equipamentos de som, dentre outros.” (Tabela 26), 45,5% dos entrevistados responderam “ter valor” e 29,1% disseram ter “bastante valor”. Estes percentuais mostram que a tecnologia tem adentrado de fato no cotidiano do camponês e tem alterado costumes e valores antes seguidos.

Tem valor...se a gente não sai né, tem que ter pelo menos alguma coisa,rs.(Entrevista 18, Guiricema)

Para parte dos entrevistados, a sala de TV média tem bastante valor (43,6). O que corresponde ao tamanho da sala da unidade habitacional do PNHR no município de São Miguel do Anta-MG.

TABELA 26 – Valor atribuído a algumas características da sala de TV. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Valor em relação a algumas situações					
Características	Nenhum %	Pouco %	Médio %	Tem valor %	Bastante %
Sala de TV					
Uma sala de televisão	0	0	0	12,7	87,3
Uma sala com equipamentos modernos: TV de plasma, equipamentos de som, etc	23,6	1,8	0	45,5	29,1
Uma sala de TV pequena	98,2	0	0	0	1,8
Uma sala de TV média	47,3	0	0	9,1	43,6
Uma sala de TV grande	54,5	0	0	9,1	36,4

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com a finalidade de avaliar a relevância de mais alguns atributos do ambiente doméstico rural (Tabela 27), foram expostas algumas situações, dentre elas, a importância dada ao “cômodo para guardar equipamentos agrícolas”. Como resultado, obteve-se que 67,3% dos entrevistados alegaram ter este cômodo “bastante valor”. Porém, este cômodo não está incluído no projeto de casa do PNHR.

E faz falta né...já chega com a ferramenta, você já lava ela, põe ela no cantinho...no outro dia você já sabe que ela tá ali. (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

Eu acho que tem que ter um separado mesmo pra guardar. (Entrevista 7, São Miguel do Anta)

TABELA 27 – Valor atribuído ao cômodo para equipamentos agrícolas, ao acesso à tecnologia e à segurança. Guiricema e São Miguel do Anta - MG, 2013.

Valor em relação a algumas situações					
Descrição	Nenhum %	Pouco %	Médio %	Tem valor %	Bastante %
Cômodo para equipamentos agrícolas					
Um cômodo para guardar os utensílios e equipamentos agrícolas	5,5	0	0	27,3	67,3
Acesso à tecnologia					
Uma casa com computador e acesso à internet	34,5	0	3,6	41,8	20
Uma casa com televisão e rádio	0	0	0	30,9	69,1
Segurança					
Uma casa com segurança e proteção contra roubo (alarme, cerca elétrica, etc.)	18,2	1,8	1,8	36,4	41,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação ao acesso à tecnologia (Tabela 27), 20% dos entrevistados responderam que “uma casa com computador e acesso à internet” tem bastante valor e 34,5% disseram que estes equipamentos não têm valor. Em contrapartida, 69,1% responderam que uma casa com televisão e rádio tem bastante valor.

Essa valorização da TV e do rádio pode ser explicada pelo costume existente de usar esses equipamentos como fontes de informação e de entretenimento, e pelos mesmos não necessitarem de um aporte técnico ou de infraestrutura especial. Ao serem questionados acerca das tecnologias citadas, os entrevistados responderam que

Hoje é necessário né, porque as coisas movem hoje à base da internet, da informação né. (Entrevista 14, São Miguel do Anta)

Tem valor pra minha filha né...ela precisa. (Entrevista 6, Guiricema)

Nos dias de hoje né...já ta quase tendo que ser necessário...porque tudo que se mexe depende disso...mas é uma vontade que a gente gostaria de ter né. (Entrevista 13, Guiricema)

Pra mim num tem valor, porque eu num sei usar né. (Entrevista 29, São Miguel do Anta)

Pra mim num precisa porque eu num sei mexer com isso né. (Entrevista 16, Guiricema)

O rádio e a televisão de qualquer maneira a gente acostudou né. (Entrevista 31, São Miguel do Anta)

Dessa forma, vale a pena notar que o computador e a internet vêm adquirindo valor para os camponeses, devido à importância que a sociedade moderna tem dado a estes equipamentos. Algumas pessoas se recusam a aderir à tecnologia, outras ainda, preferem manter o costume do uso do rádio e da TV apenas.

Cândido (1982, p.180), ao analisar a realidade do caipira de Bofete, no interior de São Paulo, e sua interação com a tecnologia, expõe a opinião acerca desse fato:

(...) se de um lado o caipira se desprende das técnicas e conhecimentos que constituíam o seu acervo cultural próprio, por outro ele encontra técnicas e conhecimentos novos que, num universo diferente, compensarão a atrofia de sua cultura, pela sua incorporação a uma nova cultura.

Este posicionamento de Cândido pode não ser a realidade em que se encontram os entrevistados da presente pesquisa, contudo expressa a disposição para novas experiências perante as tecnologias, que estão disponíveis aos indivíduos da sociedade em geral, sejam eles citadinos ou camponeses.

Quanto à segurança (Tabela 27), ao serem perguntados sobre o valor dado a uma casa com segurança e proteção contra roubos (alarme, cerca elétrica, etc.), 41,8% dos beneficiários disseram ter bastante valor.

Fica caro né, mas é bom. (Entrevista 26, São Miguel do Anta)

Tem grande valor, maior valor que tem também né...de vez em quando eles andam mexendo em casa dos outros. (Entrevista 29, São Miguel do Anta)

Isso demonstra que não basta somente o interior da casa para se conquistar a segurança e proteção. Na medida em que os valores dos cômodos, dos espaços e dos utensílios vão aumentando, aumentam-se também o cuidado e a proteção com estes bens materiais.

4.3. Formas como são utilizados e as desempenhadas associadas aos espaços da casa e equipamentos pelos beneficiários do PNHR

A fim de verificar as formas de uso dos espaços da casa, dos cômodos e mobiliários, bem como e as funções atribuídas aos mesmos, foram pesquisadas algumas características no ambiente doméstico do entrevistado, dentre elas as funções dos cômodos da casa na percepção dos entrevistados e os equipamentos presentes.

4.3.1. Funções dos cômodos da casa na percepção dos entrevistados

Ainda buscando atender ao terceiro objetivo, procurou-se investigar a percepção dos entrevistados com relação aos cômodos (Tabela 28). Camargo (2010) afirma que é preciso examinar a casa da forma como ela é percebida por seus habitantes, como objeto físico com suas relações de uso e espaço e padrões de construção ou como habitar doméstico, com todas as ações e interações particulares e individuais.

TABELA 28 – Percepção dos entrevistados em relação aos cômodos da casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Cômodos	Percepção				
	Não precisa desse cômodo	Precisa pouco desse cômodo	É indiferente	Precisa desse cômodo	Precisa muito desse cômodo
	%	%	%	%	%
Cozinha	0	0	0	7,3	92,7
Cozinha externa	10,9	0	1,8	43,6	43,6
Copa/sala de jantar	40	5,5	0	43,6	10,9
Quartos	0	0	0	7,3	92,7
Sala de TV	1,8	0	1,8	32,7	63,6
Banheiro	0	0	0	23,6	76,4
Banheiro suíte	69,1	1,8	0	23,6	5,5
Despensa para mantimentos	20	1,8	1,8	43,6	32,7
Varanda	0	0	0	47,3	52,7
Garagem	27,3	3,6	0	40	29,1
Área para criação de animais	21,8	3,6	0	41,8	32,7
Área externa para jardins	30,9	7,3	0	36,4	25,5
Área externa para horta	0	0	0	58,2	41,8
Área externa para cultivo agrícola	10,9	1,8	0	43,6	43,6
Piscina	67,3	7,3	1,8	21,8	1,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Desta forma, verificou-se que 92,7% dos entrevistados indicaram que “precisam muito” da cozinha e dos quartos, 76,4% “precisam muito” do banheiro, 63,6% “precisam muito” da sala de TV e 52,7% “precisam muito” da varanda. Este último é uma necessidade particular declarada pelos entrevistados de Guiricema, pois na unidade habitacional do PNHR local, a varanda construída é descrita como pequena pelos beneficiários (Figura 12).

Do lado de fora precisa de uma varanda pra pôr um fogão à lenha...o que mais tem utilidade na casa é isso...(Entrevista 12, Guiricema)

Se pudesse ter uma varanda em volta era bom né, porque o calor ali, a gente fica tomando uma fresca.(Entrevista 24, Guiricema)

Seja para acomodar o fogão a lenha ou para “tomar uma fresca”, a varanda expressa o elo entre a casa e o exterior (FREYRE, 2004). Camargo (2010, p.61) ainda completa que “(...) é graças à vedação física de nossas casas - graduada segundo nossa conveniência, se abrimos ou fechamos nossas portas e janelas – que obtemos o isolamento do mundo ao nosso redor”.



FIGURA 12 – Varanda da unidade habitacional do PNHR de Guiricema-MG (à esquerda) e de São Miguel do Anta-MG (à direita), 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os quartos, por exemplo, possibilitam o repouso e a restauração física e emocional que permite a volta ao mundo exterior (CAMARGO, 2010). Essa função se expressa na fala de um dos entrevistados:

É ué, porque tem os filhos da gente que chega, que tá fora né, igual eu tenho uma filha casada e quer dormir, mas já tá bom. Mas tendo mais espaço seria melhor né, tem os filhos da gente também, vem os netinho né. (Entrevista 24, Guiricema)

Quanto aos banheiros, nas casas dos entrevistados, foram encontrados ainda aqueles dispostos do lado de fora da casa, outros com uma estrutura mais arcaica (de

serpentina) ou com traços urbanos (Figura 13). O banheiro foi sendo interiorizado no ambiente doméstico, contudo, sem desmerecer a necessidade dos banheiros existentes fora da morada, principalmente no meio rural, destinados à limpeza. Nos banheiros da unidade habitacional do PNHR foram encontrados materiais, segundo os entrevistados, de qualidade, enquanto o tamanho do cômodo também foi verificado como sendo adequado nos dois municípios (Figura 9).

O banheiro tem que ser um bom igual ta sendo feito, pro cadeirante, por exemplo, ter jeito de girar nele né. Hoje por exemplo, o minha casa minha vida num dá banheiro pequeno mais não, é só banheiro grande mesmo, a casa é pequena, mas o banheiro tem o tamanho bom por causa disso mesmo, por causa do cadeirante. (Entrevista 26, São Miguel do Anta)



FIGURA 13 - Banheiro com serpentina (à esquerda) e com estrutura mais urbanizada (à direita), da casa antiga dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

As salas de TV, definidas por Lemos (1989, p.72), como “(...) *uma nova sala de especialização total*”, passam a ter como foco a televisão e são uns dos ambientes mais almejados pelos entrevistados, que se sentiram frustrados, em sua grande maioria no município de Guiricema, com o tamanho do cômodo da unidade habitacional do PNHR (Figura 14).



FIGURA 14 – A sala de TV da casa do PNHR de Guiricema (à esquerda) e de São Miguel do Anta (à direita), 2013

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação a outros cômodos, 69,1% responderam que “não precisam” do banheiro suíte, 67,3% “não precisam” da piscina, 40% “não precisam” da copa/sala de jantar e 43% afirmaram “precisar desse cômodo”. Copa esta que, na década de 1920, de acordo com Lemos (1989, p.66), era tida como “(...) *área de estar por excelência da família (...)*”, onde a família se reunia para as refeições, deixando sem uso a varanda, mas perdendo espaço para a televisão. Este cômodo que, por vezes, mesclava-se à cozinha começou a se disseminar entre as camadas mais baixas da classe média e converteu-se no centro de interesse de moradias do interior. Atualmente, apesar de ainda se mostrar útil e presente no ambiente doméstico, está sendo abandonado pela cultura rural, bem como tem sido abortado em projetos de políticas públicas do governo, tais como, o PNHR.

Importa citar que, por vezes, a copa, a cozinha externa e a varanda foram citadas pelos entrevistados como tendo a mesma função, a fim de servirem como espaço de reunião da família para as refeições. O espaço “copa” encontra-se em extinção, mas a cozinha externa ou a varanda ainda permanece firme no interesse dos beneficiários.

Os entrevistados também foram questionados acerca da quantidade de cômodos que desejariam ter na nova casa (Tabela 29), e as médias mais significativas foram representadas pelos quartos (2,95), varanda (1,28) e banheiro social (1,16) que correspondem ao nível de necessidade destes cômodos.

TABELA 29 – Quantidade de cômodos que o entrevistado gostaria de ter na nova casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Cômodos	Nº médio na casa
Cozinha	1
Cozinha externa	1
Copa/sala de jantar	1,03
Quartos	2,95
Sala de TV	1,04
Banheiro	1,16
Banheiro suíte	1,06
Despensa para mantimentos	1,02
Varanda	1,28
Garagem	1
Área para criação de animais	1,05
Área externa para jardins	1
Área externa para horta	1
Área externa para cultivo agrícola	1,02
Piscina	1

Fonte: Dados da Pesquisa

4.3.2. Equipamentos presentes na casa

Com relação aos equipamentos presentes na casa dos entrevistados (Tabela 30), os mais comuns foram: fogão a gás (98,2%), TV (98,2%), liquidificador (96,4%), geladeira (94,5%), rádio (90,9%), tanquinho (85,5%), celular (85,5%) e fogão a lenha (80%). Foram considerados equipamentos presentes na casa antiga dos entrevistados - para aqueles que ainda serão beneficiados pelo PNHR -, ou na casa do Programa, para os que já receberam o benefício.

TABELA 30 – Equipamentos presentes na casa antiga ou na casa do PNHR dos entrevistados. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Equipamentos presentes na casa	Frequência relativa %
Fogão a lenha	80
Fogão a gás	98,2
Forno elétrico	0
Micro-ondas	10,9
Máquina de lavar roupa	7,3
Tanquinho	85,5
Máquina de lavar louça	0
Aspirador de pó	0
Batedeira	27,3
Liquidificador	96,4
Geladeira	94,5
Freezer	16,4
Telefone fixo	1,8
Celular	85,5
Computador	18,2
Internet	16,4
TV	98,2
Comum	13,2
Parabólica	86,8
Por assinatura	0
Rádio	90,9
Aparelho DVD	60

Fonte: Dados da Pesquisa.

Esses percentuais revelam o grau de modernização por qual estaria passando a casa rural, particularmente no que diz respeito aos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que se tornaram mais presentes a partir da década de 1930, segundo Lemos (1989). Porém, em algumas regiões do meio rural, a presença da energia é uma realidade

recente, uma prova disso é o Programa Luz para Todos²⁹ que ainda, em 2011, atendia a populações de extrema pobreza, sem energia elétrica em suas casas.

De acordo com Cândido (1982), o agricultor rural passa a adquirir cada vez mais roupas, utensílios, alimentos e bugigangas e, em consequência, precisa produzir e vender cada vez mais. Uma indicação desse aumento no consumo está representada na Tabela 31, onde há uma média de consumo de 1,71 aparelhos celulares por família e 1,41 TVs por família.

TABELA 31 – Média de equipamentos por família. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Equipamento	Nº por família
Aparelho celular	1,71
Computador	1,0
TV	1,41
Rádio	1,16
DVD	1,06

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma ressalva deve ser feita com relação ao fogão a lenha que, apesar de dados mostrarem que ele está em 80% das moradas, este índice foi contabilizado de forma abrangente, envolvendo respostas de famílias que ainda residiam na casa antiga, outras que já estavam na unidade habitacional do PNHR, mas que utilizavam o fogão a lenha da antiga casa, e outras que improvisavam o fogão a lenha até que fosse construído um no novo lar (Figura 15).



FIGURA 15 - Fogão a lenha, ainda utilizado, da casa antiga dos beneficiários, e fogão a lenha improvisado (à direita). Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa.

²⁹ Programa lançado em novembro de 2003 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a intenção de acabar com a exclusão elétrica no país. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/mme> > Acesso em março de 2014.

Essas adaptações para ter acesso ao fogão a lenha são reafirmadas nos seguintes depoimentos:

Tem um fogãozinho velho na varanda lá na casa antiga. (Entrevista 4, Guiricema)

Tem um que eu cozinho ali fora ali...mas num pode falar que é fogão porque num é assim...ainda eu vou fazer a cozinha ali né...eu tenho um fogão ali improvisado. (Entrevista 10, Guiricema)

Equipamentos, como o forno elétrico, a máquina de lavar louça, o aspirador de pó e a TV por assinatura não foram encontrados no meio rural. Alguns dos entrevistados até mesmo manifestaram desconhecer a existência desses itens.

Enfim, com base nos resultados proporcionados, pode-se perceber que para os beneficiários, o PNHR apresenta algumas falhas com respeito à consonância com valores e culturas arraigadas no meio rural; mas, apresenta também uma nova realidade que está diretamente atrelada ao interesse de interação com a tecnologia e com a proposta de mudanças nos espaços domésticos, apresentado pela maioria dos entrevistados.

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se compreender o significado e as expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR e como seus desejos e necessidades estão sendo contemplados pelo referido Programa. Alguns questionamentos nortearam a pesquisa, na busca pela compreensão de como o beneficiário imagina o equacionamento dos espaços da sala, da cozinha, dos quartos, do banheiro, do quintal; as funções que ele pretende dar a cada um desses espaços; quais mobiliários, utensílios e equipamentos domésticos estão associados ao seu imaginário; os objetos que gostaria que estivessem presentes; e como ele avalia a segurança, o material, a adequação ao uso, a infraestrutura, a privacidade, a aparência e as possibilidades de convivência social na nova habitação.

Partiu-se da hipótese de que o programa habitacional voltado para população residente no campo estava dentro de uma lógica de uniformização que não contempla as especificidades presentes nas representações desses grupos. Hipótese esta que foi investigada com base nos objetivos específicos traçados, e que foi comprovada parcialmente, uma vez que o PNHR possui um projeto de unidade habitacional uniformizado com características mais urbanas que não contemplam a realidade desses grupos. Isto é mostrado pelas características, tais como, a sala conjugada com a cozinha, a eliminação do espaço para o fogão a lenha, o número de quartos e o tamanho reduzido da varanda em um dos municípios, assim como pelo tamanho reduzido da cozinha que impede a reunião da família neste ambiente. No entanto, a representação de “casa” para a maioria das famílias entrevistadas contém algumas características do modelo apresentado pelo Programa, como, por exemplo, a existência e importância dada à sala de TV e a eliminação da copa.

Dessa forma, o PNHR introduz no meio rural uma nova perspectiva de “casa” com peculiaridades de um ambiente com configurações urbanas, ignorando valores e costumes do meio rural. Contudo, por mais que novas estruturas habitacionais sejam notadas no ambiente doméstico familiar rural, como, por exemplo, a disposição dos cômodos, valorização, necessidade e desejo atribuído aos mesmos e aos mobiliários, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, houve uma restrição, de parte dos beneficiários com relação ao projeto habitacional imposto - visto que nenhuma pesquisa de campo foi

realizada previamente para verificar o modelo de casa a ser elaborado, e que o projeto de construção necessita ser seguido de forma rigorosa.

Assim, estes indivíduos, mesmo adquirindo a casa, demonstram que este benefício não os atende de fato, tendo em vista que continuam a utilizar a morada antiga por causa da ausência do fogão a lenha ou pela falta de espaço para a reunião da família. Além disso, ficou evidente que quase todos os entrevistados realizarão modificações na unidade habitacional adquirida, o que demonstra a insatisfação dos mesmos.

Outra hipótese assumida na presente pesquisa era de existir especificidades nas expectativas de moradia dos beneficiários do PNHR, que estão relacionadas às suas vivências (rurais e urbanas) e ao “sentido” que têm de moradia. Tal hipótese também foi corroborada, devido à constatação dessas especificidades, que estão intimamente relacionadas ao sentido que o beneficiário atribui a cada espaço, cômodo e mobiliário da casa, expressando os valores culturais arraigados.

O PNHR leva ao camponês a reafirmação desses valores, ao incentivá-lo à permanência no campo, residindo numa localidade conhecida, segura, próxima a parentes e amigos, ampliando nele o sentimento de pertencimento local e de conforto. Por outro lado, também corrompe valores, visto que implanta um modelo de casa diferente da realidade geral, e “força” o beneficiário a atribuir uma ressignificação dos espaços domésticos: a sala passa a ter mais valor que a cozinha e transforma-se no ambiente de recepção das visitas; os quartos perdem o sentido de privacidade e passam a ser habitados por mais de um filho e o fogão a lenha tende a perder utilidade ampliando-se o uso do fogão a gás. Essa ressignificação conduz a uma consequente mudança de valores culturais no meio rural. Mudança esta notada através de alguns valores considerados pelos entrevistados como “coisas do passado”, como é o caso do banco de madeira, dos armários de madeira feitos na própria região, do uso de adobe e da tinta de barro.

Em suma, as evidências empíricas expostas e os relatos revelaram as expectativas dos entrevistados e alguns comportamentos e valores rurais que permanecem no ambiente domiciliar do camponês, enquanto outros desapareceram ou tendem a desaparecer com a substituição por novos valores incorporados até mesmo pelo projeto de unidades habitacionais do PNHR.

Essas informações serão úteis para pesquisadores e órgãos públicos federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos com a temática, além de proporcionarem

um “feedback” para as próprias Entidades Organizadoras (SINDRUGUI e EMATER) dos municípios pesquisados.

Como sugestões para as próximas pesquisas destacam-se a necessidade de estudos a serem realizados em áreas rurais de cidades de grande porte. Também poderá ser efetivado a partir daí, um comparativo com os municípios de pequeno porte, de forma que seja possível verificar a execução do PNHR entre os municípios estudados, já que o Programa ocorre de forma diferenciada. Esta análise comparativa poderá ocorrer ainda entre os beneficiários que receberam e que receberão a casa.

De modo geral, apesar de não poder ser generalizada, sendo esta uma limitação do estudo, a pesquisa mostra-se importante para que as políticas públicas sejam repensadas e readequadas às necessidades e realidades do ambiente doméstico rural.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-155.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia**. 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas3/demographicas3artigo9_257a286.pdf> Acesso em: jan 2014.

ALVIM, Z. Imigrantes: A vida privada dos pobres no campo. **História da Vida Privada no Brasil**. V. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287.

AYMARD, M. Amizade e convivialidade. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991. p. 455-500.

BANCO DO BRASIL. **Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: jan 2014.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: jan 2014

BONDUKI, N; ROSSETTO, R. **O Plano Nacional de Habitação e os recursos para financiar a autogestão**. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_nabil.pdf> Acesso em: jan 2014.

BOSI, A. Plural, mas não caótico. In: _____. **Cultura brasileira: temas e situações**. 4ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. p. 7-15

BRANDÃO, A. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. **Revista CPC**. São Paulo, n.9, p.42-64, nov./2009/abr.2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/positivo/Downloads/15654-18636-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/positivo/Downloads/15654-18636-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: jan 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Decreto Nº7.499, de 16 de Junho de 2011**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Lei n. 11.977, de 11 de Julho de 1990**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Lei n. 12.424, de 16 de Junho de 2011.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Medida Provisória nº. 459, de 25/03/2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm> Acesso em: jan 2014.

_____. **Portaria interministerial nº 395, de 26 de agosto de 2011.** Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/PortariaInterministerial395_260811.pdf> Acesso em: jan 2014.

_____. **Portaria nº 610, de 27 de dezembro de 2011.** Disponível em: <<http://www.cehap.pb.gov.br/arqs/legislacao/original/201211141045100000009040.pdf>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Portaria interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://www.cehap.pb.gov.br/arqs/legislacao/original/201211201232420000006159.pdf>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013.** Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/Portaria_M_Cidades_168.pdf> Acesso em: jan 2014.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Cartilha completa: Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF> Acesso em: jan 2014.

_____. **Programa Nacional de Habitação Rural.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Programa Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

CAMARGO, E. N. **Casa, doce lar: O habitar doméstico percebido e vivenciado.** São Paulo: Annablume, 2010.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

_____. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 6.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, A. L. Política habitacional: a descentralização perversa. In: CADERNOS IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade.** Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2003.

CARDOSO, F. P. *et al.* Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária. **Revista Labor & Engenho**. Campinas (SP), v.3, n.1, p.70-81, 2009.

COLLOMP, A. Famílias: habitações e coabitações. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991. p. 501-542.

DALCIN, D; TROIAN, A. **Jovem no meio rural e dicotomia entre sair e permanecer**: um estudo de caso. In.: SOCIOLOGIA & POLÍTICA: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA UFPR 2009. Curitiba, PR, 2009.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rocco Ltda, 1986.

_____. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro, 1997.

DANTAS, C. **Loft em espaço integrado e isolado ao mesmo tempo**. Disponível em: <<http://casa.abril.com.br/>> Acesso em: jan 2014.

D'AQUINO, T. **A casa, os sítios e as agrovilas**: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão- SP. In.: XX ENCONTRO DA ANPOCS. Caxambu, MG, 1996.

FARIAS, R.C.P. 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica: marcos de uma trajetória. In: TEIXEIRA, K.M.D; DA SILVA, L.L.(orgs.). **A trajetória do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica no período de 2007-2012**. Viçosa, MG: UFV, DED, 2012. p. 15-26

FERRAZ, M. S. O morar no Brasil. **Revista Casa e Jardim**. Disponível em: <<http://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Reportagem/noticia/2013/11/o-morar-no-brasil.html>> Acesso em: nov 2014.

FOISIL, M. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. (Orgs.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991. p. 331-370.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ministério das Cidades, 2005.111p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: jan 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2011. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: jan 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2007-2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: jan 2014.

_____. **Cidades**. IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Cidades**. IBGE. Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: jan 2014.

KRAUSE, C; BALBIM, R; LIMA NETO, V.C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2003.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº. 67 de novembro de 2007**. Brasília, 2007.

LEMOS, C.A.C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA NETO, V.C; FURTADO, B.A; KRAUSE, C. **Nota técnica: estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Nº5. Brasília: IPEA, 2013.

LOUREIRO, C; AMORIM, L.M.E. A domesticidade perdida. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2008. 2 60. ISSN 1809-4120. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/viewFile/Loureiro.2009.2/314>> Acesso em: fev 2014

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: USP, 1995. p. 14-27.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATOS, R. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, R; SOARES, W. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-57

MENDES, M.D. As transformações dos estilos de vida na modernidade e a (re)configuração dos interiores domésticos. In.: **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. São Paulo, SP, 2008.

MENESES, U.B. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. **Cultura brasileira: temas e situações**. 4ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. p. 182-190

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa Luz para Todos**. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/mme>> Acesso em: mar 2014.

MOREIRA, D. **O conceito de lugar**. Disponível em: < <http://conceitosetemas.blogspot.com.br/2008/10/o-conceito-de-lugar.html>> Acesso em: jan 2014.

MOREIRA, R.C. et al. Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. São Paulo, v.47, n.4, p. 919-944, 2009..

NASCIMENTO, P; FIÚZA, A. L. C; PINTO, N. M. A. **O campo e o rural enquanto objeto de estudo da sociologia**. No prelo.

NEAD. **Governo Federal lança programa de habitação rural**. 2003. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/porta1/nead/noticias/item?item_id=4985474> Acesso em: jan 2014.

OLIVEIRA, M. **Interlocuções políticas: alguns espaços legais e legítimos de participação popular na defesa das políticas sociais públicas**. 2005. 18 p.

PAC2 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>> Acesso em: nov 2013.

RAMOS, M. H. R. ROCHA DE SÁ, Maria Elvira. Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. (Cap.7).

ROVER, O.J; MUNARINI, P.R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Rev. Katálisis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 260-269, jul./dez. 2010.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 65-86

TRIOLA, M.F. **Introdução à estatística: atualização da tecnologia**. Tradução de Ana Maria Lima de Farias, Vera Regina Lima de Farias e Flores. 11º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Tecnologia. **Composição, características químicas e produção dos plásticos translúcidos**. Disponível em: <

<http://www.usp.br/fau/deptecnologia/docs/bancovidros/compplast.htm>> Acesso em: jan 2014.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Primeira Parte)

WESZ JUNIOR, V. J. *et al.* Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. In: **XLIV Congresso da Sober**. 2006, Fortaleza, CE. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/144813/2/175.pdf>> Acesso em: jan 2014

WISSENBACH, M. C. C. **Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível**. História da Vida Privada no Brasil. v. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49-91.

YATSUDA, E. O caipira e os outros. In: BOSI, A. **Cultura brasileira: temas e situações**. 4ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006. p. 101-113

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA³⁰

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Número de controle do questionário: _____ Data da entrevista: ____/____/2013

Responsável pela entrevista: Suellen Nascimento dos Santos

Entrevistado: _____

Conjunto Habitacional: _____

Endereço: _____

³⁰ Roteiro de entrevista elaborado sob orientação da prof.^a Neide Maria de Almeida Pinto.

1. PERFIL SOCIOECONOMICO DA FAMÍLIA:

Pessoas que moram na casa	Grau de Parentesco c/ entrevistado	Idade	Escolaridade	No caso de estar estudando, onde?	Trabalha? 1-Sim 2-Não	Que trabalho desenvolve?	Local do trabalho:

CÓDIGO DE PARENTESCO COM O ENTREVISTADO		CÓDIGOS GRAU ESCOLARIDADE	
1	Entrevistado	1	Não sabe ler e/ou escrever
2	Cônjuge/companheiro	2	Sabe ler e escrever sem ter completado qualquer nível de ensino
3	Filho/a	3	Ensino Fundamental Incompleto
4	Pai/Mãe	4	Ensino Fundamental Completo
5	Sogra/Sogra	5	Ensino Médio Incompleto
6	Neto/a	6	Ensino Médio Completo
7	Outro familiar	7	Ensino Superior Incompleto
8	Outro não familiar	8	Ensino Superior Completo
88	Não sabe/Não Responde	8 8	Não sabe/Não Responde

1. Como o/a Sr./ Sra. acha que será/é a casa (que vai ser) construída pelo programa PNHR? O/a Sr. /Sra. poderia me descrever essa casa?
2. A casa (que será) construída lhe atende? Sim/Não. Por quê?
3. Como o/a Sr./Sra. gostaria que fosse construída essa casa? Poderia me explicar como o/a Sr. /Sra. gostaria que ela fosse?
4. O/a Sr./Sra. conhece o lugar onde será/foi construída a casa?
5. O/a Sr./Sra pretende permanecer lá para o resto de sua vida?
6. Existem parentes seus, além de sua família, morando próximo à casa (que vai ser) construída?
7. O Sr./Sra. têm amigos na localidade?

(ACESSIBILIDADE):

8. Como o/a Sr./Sra avalia a distância entre o seu trabalho e a casa (que será) construída?
 1. Muito longe (Km:_____)
 2. Longe; (Km:_____)
 3. Perto; (Km:_____)
 4. Muito perto: (Km:_____)
9. Como o/a Sr./Sra (e os membros da família que trabalham) farão/fazem o deslocamento até o trabalho?
 1. A pé;
 2. Bicicleta;
 3. Moto;
 4. Carro.
10. Como o/a Sr./ Sra. avalia as estradas que dão acesso ao local de trabalho?
 1. Péssima;
 2. Ruim;
 3. Boa;
 4. Ótima.

Caso tenha filhos em idade escolar:

11. Como o/a Sr./Sra avalia a distância entre a casa (que vai ser) construída e a escola dos filhos?
 1. Muito longe (Km:_____)
 2. Longe; (Km:_____)

3. Perto; (Km:_____)
4. Muito perto: (Km:_____)

12. Como eles farão/fazem o deslocamento para a escola?

1. A pé;
2. Bicicleta;
3. Moto;
4. Ônibus;
5. Carro.

13. Como o Sr./Sra avalia a distância entre a casa e os serviços de saúde?

1. Muito longe (Km:_____)
2. Longe; (Km:_____)
3. Perto; (Km:_____)
4. Muito perto: (Km:_____)

(LAZER)

14. Onde o/a Sr/Sra (e a família) se divertem? Qual o seu lazer da família?

15. Quando vão se divertir, como fazem o deslocamento?

1. A pé;
2. Bicicleta;
3. Moto;
4. Ônibus;
5. Carro.

16. Em termos de **Lazer**, acha que a localização e as atividades de lazer que estão presentes na localidade, lhe atendem? (Sim/Não/Por quê?)

17. QUE EQUIPAMENTOS ESTÃO PRESENTES HOJE NA SUA ATUAL CASA? (EQUIPAMENTOS, VALORAÇÃO, DESEJO DE POSSE):

Possui? 1- Sim; 2- Não;	Qual a nota daria para esse equipamento? 1. Nenhum valor; 2. Pouco valor; 3. Médio valor; 4. Tem valor; 5. Bastante valor. 6. Desconhece.	Gostaria de ter esse equipamento em casa? 1- Sim; 2- Não
() fogão a lenha;	()	()
() fogão a gás;	()	()
() forno elétrico;	()	()
() micro-ondas,	()	()

() máquina de lavar roupa;	()	()
() máquina de lavar louça;	()	()
() aspirador de pó;	()	()
() Batedeira;	()	()
() Liquidificador;	()	()
() Geladeira;	()	()
() Freezer;	()	()
() Telefone fixo;	()	()
() Celular. Nº de aparelhos na casa:	()	()
() Computador: Nº de aparelhos na casa:	()	()
() Internet.	()	()
() TV ...comum;parabólica, por assinatura; Nº de aparelhos na casa:	()	()
() Rádio. Nº de aparelhos na casa:	()	()
() Aparelho de DVD Nº de aparelhos na casa:	()	()
() Aparelho de CD Nº de aparelhos na casa:	()	()
<u>Outros:</u>		
() _____	()	()
() _____	()	()

18. EM RELAÇÃO AOS CÔMODOS DA CASA (QUE VAI SER) CONSTRUÍDA, QUAIS O/A SR./SRA CONSIDERA IMPORTANTES DE EXISTIREM NA NOVA CASA?

CÔMODO	<i>O/a Sr./Sra acha que a sua nova casa...?</i>	<i>Quantos desse cômodo o/a Sr./Sra gostaria que a sua nova casa tivesse? (Especificar o nº dos cômodos em questão)</i>

	1.Não precisa desse cômodo/área; 2. Precisa pouco desse cômodo/área; 3. É indiferente; 4. Precisa desse cômodo/área; 5.Precisa muito desse cômodo/área.	
Cozinha		
Cozinha Externa		
Copa/Sala de Jantar		
Quartos		
Sala de TV		
Banheiro		
Banheiro Suíte		
Despensa para mantimentos		
Varanda		
Garagem		
Área para criação de animais		
Área externa para Jardins		
Área externa para Horta		
Área externa para Cultivo agrícola		
Piscina		
Outros: _____ _____		

19. EM RELAÇÃO A ALGUMAS SITUAÇÕES, GOSTARIA QUE O/A SR./A VALORASSE PARA MIM E TAMBÉM EM RELAÇÃO AO DESEJO DE QUE ESSAS SITUAÇÕES ESTIVESSEM PRESENTES (OU NÃO) NA NOVA CASA...

VALORAÇÃO 1. Nenhum valor; 2.Pouco valor; 3.Médio valor; 4.Tem valor; 5.Bastante valor.	Gostaria dessa situação na sua nova casa? 1. Sente DESEJO de ter essa situação; 2. Sente NECESSIDADE dessa situação; 3. Nenhum 4. Desconhece
Na cozinha...	SITUAÇÕES
()	() Uma cozinha montada com micro-ondas, fogão a gás, freezer, geladeira, etc.
()	() Uma cozinha com fogão à lenha;
()	() Uma cozinha com fogão a gás;
()	() Uma cozinha grande, com muito espaço para cozinhar.
	() Uma pequena cozinha com espaço suficiente para cozinhar
	() Uma cozinha grande que tenha espaço para cozinhar e para a

	família se reunir.
	() uma cozinha pequena pois não tem o costume reunir as pessoas na cozinha.
()	() Uma cozinha com revestimento em material cerâmico/azulejo;
()	() Uma cozinha com banco de madeira, que pudessem ser feitos na própria região
()	() Uma cozinha com armários industriais, comprados prontos da fábrica.
()	() Uma cozinha com armários feitos na própria região, com materiais locais.
()	() Uma cozinha com piso de cimento queimado;
()	() Uma cozinha de terra batida;
()	() Uma cozinha com piso de madeira;
()	() uma cozinha com piso de cerâmica.
Cozinha-Extra	
()	() Uma cozinha extra, fora da casa, pois normalmente utiliza esse espaço para cozinhar várias coisas (doces, abater animais, faz compotas);
Despensa	
()	() Uma despensa onde colocaria os mantimentos e as compras
No banheiro...	
()	() Banheiro dentro de casa;
()	() Um banheiro externo à casa, pois gostaria de fazer uma higienização antes de entrar na casa.
()	() Banheiro equipado com os equipamentos disponíveis no mercado. <u>(Assinale os que gostaria que estivessem presentes:</u> () pia; () vaso sanitário () chuveiro; ()bidê; () banheira .
()	() Banheiro amplo;
()	() Banheiro pequeno;
()	() Médio.
Em relação à acabamentoo...	
()	() Utilização na casa de pinturas compradas no comércio.
()	() Utilização na casa de tintas alternativas, feitas a partir de barro da região.
()	() Caso fosse o possível o uso do adobe – você optaria por ele (mostrar uma figura que identifique essa técnica);
Nos quartos...	
()	() Quartos individualizados para cada um dos filhos e o casal, pois a família precisa de privacidade;

()	() Quartos com TV, computador e internet.
()	() Quartos com banheiros/suítes;
()	() Outra situação:
Na Copa/Sala de jantar....	
()	() Copa/Sala de jantar
()	() Copa/Sala de jantar grande. A família costuma desfrutar com frequência desse ambiente.
()	() Uma copa/sala de jantar () pequena; () média () grande
()	() Outra situação:
Na sala de TV..	
()	() Uma sala de televisão;
()	() Uma sala com equipamentos modernos: TV de plasma, equipamentos de som, etc.
()	() Uma sala de TV () pequena; () média () grande
Cômodo para equipamentos agrícolas	
()	() Um cômodo para guardar os utensílios e equipamentos agrícolas;
Acesso à tecnologia	
()	() Uma casa com computador e acesso à internet.
()	() Uma casa com televisão e rádio;
Segurança:	
()	Uma casa com segurança e proteção contra roubo (alarme, cerca elétrica, etc.);

20. PARA FINALIZAR, o senhor poderia me apontar em qual faixa se encontra o rendimento total médio da família?

Menos de 1 Salário Mínimo	1
1 Salário Mínimo a 2 Salários Mínimos	2
2 Salários Mínimos a 3 Salários Mínimos	3
3 Salários Mínimos a 4 Salários Mínimos	4
4 Salários Mínimos a 5 Salários Mínimos	5
5 Salários Mínimos a 6 Salários Mínimos	6
6 Salários Mínimos a 8 Salários Mínimos	7
8 Salários Mínimos a 13 Salários Mínimos	8
Mais de 13 Salários Mínimos	9
NS/NR (Não Sabe/Não responde)	10